

Letras

digitais

Teses e Dissertações originais em formato digital

A Construção das Identidades Sociais
de Vítimas e Criminosos no Relatório de
Crimes de Morte na Mídia Impressa

Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes

2004

PPGL
UFPE

Programa de
Pós-Graduação
em Letras



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

Ficha Técnica



Coordenação do Projeto Letras Digitais
Angela Paiva Dionísio e Anco Márcio Tenório Vieira (orgs.)

Consultoria Técnica
Augusto Noronha e Karla Vidal (Pipa Comunicação)

Projeto Gráfico e Finalização
Karla Vidal e Augusto Noronha (Pipa Comunicação)

Digitalização dos Originais
Maria Cândida Paiva Dionízio

Revisão
Angela Paiva Dionísio, Anco Márcio Tenório Vieira e Michelle Leonor da Silva

Produção
Pipa Comunicação

Apoio Técnico
Michelle Leonor da Silva e Rebeca Fernandes Penha

Apoio Institucional
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Letras

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

Apresentação



Criar um acervo é registrar uma história. Criar um acervo digital é dinamizar a história. É com essa perspectiva que a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, representada nas pessoas dos professores Angela Paiva Dionisio e Anco Márcio Tenório Vieira, criou, em novembro de 2006, o projeto *Letras Digitais: 30 anos de teses e dissertações*. Esse projeto surgiu dentre as ações comemorativas dos 30 anos do PG Letras, programa que teve início com cursos de Especialização em 1975. No segundo semestre de 1976, surgiu o Mestrado em Linguística e Teoria da Literatura, que obteve credenciamento em 1980. Os cursos de Doutorado em Linguística e Teoria da Literatura iniciaram, respectivamente, em 1990 e 1996. É relevante frisar que o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, de longa tradição em pesquisa, foi o primeiro a ser instalado no Nordeste e Norte do País. Em dezembro de 2008, contava com 455 dissertações e 110 teses defendidas.

Diante de tão grandioso acervo e do fato de apenas as pesquisas defendidas a partir de 2005 possuírem uma versão digital para consulta, os professores Angela Paiva Dionisio e Anco Márcio Tenório Vieira, autores do referido projeto, decidiram oferecer para a comunidade acadêmica uma versão digital das teses e dissertações produzidas ao longo destes 30 anos de história. Criaram, então, o projeto *Letras Digitais: 30 anos de teses e dissertações* com os seguintes objetivos:

- (i) produzir um CD-ROM com as informações fundamentais das 469 teses/dissertações defendidas até dezembro de 2006 (autor, orientador, resumo, palavras-chave, data da defesa, área de concentração e nível de titulação);

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

- (ii) criar um Acervo Digital de Teses e Dissertações do PG Letras, digitalizando todo o acervo originalmente constituído apenas da versão impressa;
- (iii) criar o *hotsite* Letras Digitais: Teses e Dissertações originais em formato digital, para publicização das teses e dissertações mediante autorização dos autores;
- (iv) transportar para mídia eletrônica *off-line* as teses e dissertações digitalizadas, para integrar o Acervo Digital de Teses e Dissertações do PG Letras, disponível para consulta na Sala de Leitura César Leal;
- (v) publicar em DVD coletâneas com as teses e dissertações digitalizados, organizadas por área concentração, por nível de titulação, por orientação etc.

O desenvolvimento do projeto prevê ações de diversas ordens, tais como:

- (i) desencadernação das obras para procedimento alimentação automática de escaner;
- (ii) tratamento técnico descritivo em metadados;
- (iii) produção de *Portable Document File* (PDF);
- (iv) revisão do material digitalizado
- (v) procedimentos de reencadernação das obras após digitalização;
- (vi) diagramação e finalização dos e-books;
- (vii) *backup* dos *e-book* sem mídia externa (CD-ROM e DVD);
- (viii) desenvolvimento de rotinas para regularização e/ou cessão de registro de Direitos Autorais.

Os organizadores

Letras

DIGITAIS

Teses e Dissertações originais em formato digital

A Construção das Identidades Sociais
de Vítimas e Criminosos no Relatório de
Crimes de Morte na Mídia Impressa

Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes

2004

Copyright © Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes, 2004

Reservados todos os direitos desta edição. Reprodução proibida, mesmo parcialmente,
sem autorização expressa do autor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DE VÍTIMAS E CRIMINOSOS
NO RELATO DE CRIMES DE MORTE NA MÍDIA IMPRESSA**

Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

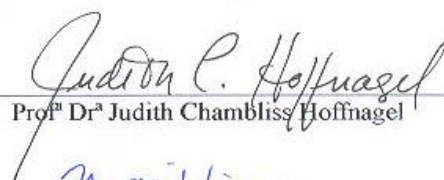
Orientadora: Judith Chambliss Hoffnagel

Recife, maio de 2004

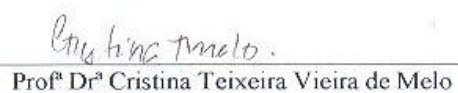
**A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS DE VÍTIMAS E CRIMINOSOS
NO RELATO DE CRIMES DE MORTE NA MÍDIA IMPRESSA**

Herimatéia Ramos de Oliveira Pontes

EXAMINADORAS


Profª Drª Judith Chambliss Hoffnagel


Profª Drª Marília Ana de Moura Viana


Profª Drª Cristina Teixeira Vieira de Melo

A minha mãe, Teresinha, mulher de fibra, intensa e cheia de desprendimento, a quem devo a vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem chamo pai e mãe, criador de todas as coisas, meu refúgio e fortaleza, e que na pessoa de Jesus Cristo, me inspira diante da utopia de um mundo mais humano e fraterno, sem violência, mais justo, e mais digno para toda humanidade.

A minha família, que amo muito, pelo carinho e incentivo.

Aos amigos e amigas - que não vou nomear, para não correr o risco de deixar ninguém de fora - pela fé, carinho e apoio.

A Judith, pela paciência, sensibilidade e firmeza no divã, digo, na orientação.

A Marígia e Marcuschi, pelo exemplo de vida ética e profissional, incentivo e mãos amigas.

A Mariane, pelo bate-papo e sugestões iniciais.

A Cristina, pela participação na banca e validação deste trabalho.

A UFPE, minha segunda casa, onde me descobri cientista.

Aos professores e professoras da casa, pela grande contribuição à minha formação acadêmica.

Ao CNPq, pelo financiamento da bolsa de estudos.

Ao pessoal da Pós-graduação, especialmente a Eraldo, que sempre “desenrolou minhas broncas” no mestrado com zelo e atenção.

A Gustavo, meu querido colega, sempre prestativo, pelo apoio técnico nos gráficos.

A Florence, pelo apoio na reprodução parcial das cópias deste trabalho.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram e para evitar injustiças, também não vou nomeá-las.

(epígrafe)

A gênese: o mito do primeiro homicídio relatado (livro de Gênesis, capítulo 4, versículos 1-15)

* Coabitou o homem com Eva, sua mulher. Esta concebeu e deu à luz a Caim; então disse: adquiri um varão com o auxílio do Senhor.

Depois deu à luz a Abel seu irmão. Abel foi pastor de ovelhas, e Caim, lavrador.

Aconteceu que no fim de uns tempos trouxe Caim do fruto da terra uma oferta ao Senhor.

Abel, por sua vez, trouxe das primícias do seu rebanho, e da gordura deste. Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta; ao passo que de Caim e de sua oferta não se agradou. Irou-se, pois sobremaneira Caim, e descaiu-lhe o semblante.

Então lhe disse o Senhor: por que andas irado? E por que descaiu o teu semblante?

Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à tua porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre domina-lo.

Disse Caim a Abel, seu irmão: Vamos ao campo. Estando eles no campo, sucedeu que se levantou Caim contra Abel, seu irmão, e o matou.

Disse o Senhor a Caim: Onde está Abel, teu irmão? Ele respondeu: Não sei. Acaso eu sou tutor do meu irmão?

E disse Deus: Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra por mim.

És agora maldito sobre a terra cuja boca se abriu para receber o sangue de teu irmão.

Quando lavrares o solo não te dará a tua força; serás fugitivo e errante pela terra.

Então disse Caim ao Senhor: É tamanho o meu castigo, que já não posso suporta-lo.

Eis que hoje me lanças da face da terra, e da tua presença hei de esconder-me. Serei fugitivo e errante pela terra. Quem comigo se encontrar, me matará.

O Senhor, porém, lhe disse: Assim qualquer que matar a Caim será vingado sete vezes. E pôs o Senhor um sinal em Caim para que o não ferisse de morte quem quer que o encontrasse.

Retirou-se Caim da presença do Senhor e habitou na terra de Node, ao oriente do Éden.

* Fonte: Bíblia sagrada, tradução de João Ferreira de Almeida, 1975, edição revista e atualizada.

RESUMO

Pode parecer comum a um/a leitor/a de jornais e revistas impressas que os editoriais ou artigos de opinião sejam os “lugares adequados” para que posições ideológicas sejam explicitadas. O que dizer das notícias e reportagens, especialmente dos relatos de crime de morte, uma vez que a mídia impressa se propõe a informar os fatos que ocorrem na sociedade de forma neutra e imparcial, deixando que o leitor os interprete e tire suas próprias conclusões?

Este estudo tem por objetivo analisar a construção de identidades sociais de vítimas e criminosos no relato de crimes de morte, como um dos efeitos da prática discursiva, constituindo-se assim, um importante instrumento para se verificar a mudança social. Através da investigação das categorias lingüístico-discursivas utilizadas na produção das notícias e reportagens, destacamos a natureza político-ideológica como base dessa construção de identidades. Para viabilizar esta análise, nos situamos na abordagem da Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social, tomando como referencial teórico-metodológico a teoria social do discurso de Fairclough (2001) que analisa o discurso enquanto produção textual, prática discursiva e prática social.

Ao verificarmos como se dá a representação lingüística da realidade social no texto noticioso, precisamente, a representação das identidades sociais de vítimas e criminosos nos relatos de crimes de morte na mídia impressa, percebemos que há uma discrepância entre a realidade e a representação textual dessa realidade que funciona ideologicamente. Uma análise crítica do discurso da mídia impressa nos permite, portanto, uma conscientização crítica dos usos da linguagem e sua relação com as práticas sociais contribuindo assim, para mudança social dessas práticas.

ABSTRACT

For most readers of newspapers and news magazines editorials and opinion articles are the most “adequate sites” for the expression of ideological positions. News reports are considered by most to be an objective and impartial informing of the facts. This implies that most readers believe that they interpret the news and arrive at their own conclusions without undue influence from those who write the news.

The objective of this study is to analyze the effects of the discursive practice of constructing social identities in news reports. In this specific case we examine the identity construction of victims and criminals in news reports of crimes resulting in death. Through an investigation of linguistic and discursive categories used by news writers, we show that the construction of social identities is a discursive process, which has a political and ideological basis. Our theoretical and methodological approach to the study is informed by Critical Discourse Analysis, especially the analytical framework developed by Fairclough (2001) which deals with discourse as textual production, discursive practice and social practice.

By examining how social reality is linguistically represented in crime news, particularly the representation of social identities of victims and criminals, we suggest that there is a discrepancy between social reality and the textual representation of this reality, which works ideologically. A critical analysis of media discourse allows us to be aware of how language is used to manipulate and control public opinion and how we might change such practices.

ABREVIATURAS

- ACD** – Análise Crítica do Discurso
- AD** – Análise do Discurso
- AL** – Antropologia Lingüística
- T** – texto do *corpus* (notícia ou reportagem)
- Ex** – exemplo

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRAC	vi
ABREVIATURAS	vii
INTRODUÇÃO	01
1. O discurso da mídia e seu poder na representação das identidades sociais.....	02
2. O gênero noticioso	03
3. Aspectos metodológicos.....	08
CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES SOCIAIS.....	13
1.1. Análise crítica do discurso: teoria e método	14
1.2. Discurso como ação e interação social	23
1.3. A relação discurso- identidade social	26
1.4. A indexação de identidades sociais	28
CAPÍTULO II: VÍTIMAS E CRIMINOSOS – ANÁLISE DAS IDENTIDADES SOCIAIS NO GÊNERO NOTICIOSO	38
2.1. Nomeação	39
2.2. Categorização	48
2.3. Distribuição de papéis	63
2.4. Modalização	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a mídia abrangem um vasto campo multidisciplinar e esse interesse, segundo Bell (citado por Barret e Bell 1998:3), se dá basicamente devido a quatro razões. Em primeiro lugar, a mídia é uma fonte rica de dados acessíveis para pesquisa e ensino. Em segundo lugar, a mídia influencia e representa os usos da linguagem e as atitudes das pessoas através da linguagem em uma sociedade. Em terceiro lugar, a mídia pode nos mostrar os acordos sobre os significados sociais e estereótipos projetados através da linguagem e comunicação. Em quarto lugar, a mídia reflete e influencia a formação e expressão da cultura, política e vida social.

Tendo em vista o importante papel que a mídia desempenha na representação da realidade social, o presente trabalho se propõe a investigar quais são as estratégias lingüístico-discursivas utilizadas pela mídia impressa para construir as categorias de vítima e criminoso no relato de crimes de morte. O tema escolhido aponta para (a) uma categoria de eventos bastante explorada pela mídia impressa – a violência, que tem se tornado “bem de consumo”, em uma sociedade alicerçada na lógica do consumo como propriedade do Capitalismo moderno (cf as obras de Dias (1996) sobre o discurso da violência e Fairclough (1989) sobre a relação da propaganda e consumismo), bem como para (b) situações de conflito entre grupos sociais distintos que constroem uma imagem de si e dos outros, incorporando representações.

Destacamos a natureza político-ideológica como base desse jogo de construção de identidades sociais, considerando as seguintes hipóteses: a) o discurso constrói as identidades sociais bem como as posições dos sujeitos sociais e b) o discurso, como luta político-ideológica, reflete, molda e constrói as relações sociais enquanto arena de lutas de classes mostrando desse modo, relações de hegemonia e assimetria de poder.

Considerando a abordagem da Análise Crítica do Discurso – doravante ACD - como método de pesquisa social e referencial teórico-metodológico, buscamos compreender a sociedade pós-moderna verificando como o discurso da mídia impressa, enquanto formadora de opinião e reprodutora de ideologias, constrói identidades sociais de grupos distintos.

1. O discurso da mídia e seu poder na representação de identidades sociais

O discurso da mídia impressa desempenha um papel crucial na reprodução, legitimação e mediação de ideologias dominantes bem como no exercício de poder social de grupos sociais sobre outros. Fairclough (1989:49) ressalta que “a natureza das relações de poder que atuam nesse discurso [da mídia] nem sempre é tão clara e há razões para vê-lo como envolvendo relações ocultas de poder”. Deste modo, tem se tornado objeto inesgotável de estudos no campo da ACD, em sua agenda explicitamente sócio-política. Sob diferentes perspectivas teóricas (cf, por exemplo, Fairclough (1995), Kress & van Leeuwen (1996), Van Dijk, (1987), Garrett & Bell (1998), etc), a ACD tem apresentado sofisticados modelos teórico-metodológicos para investigação e aplicação a importantes questões, sendo, portanto, uma ferramenta relevante para a investigação socialmente engajada.

Com uma análise crítica do discurso, procuramos compreender a relação entre realidade social e produção do discurso, neste caso, o discurso da mídia impressa. Uma notícia ou reportagem ao mesmo tempo em que é produzida também constrói a representação de uma realidade e, em último caso, determina o que se percebe como cultura, interesses e preferências de um povo. Kress, (citado por Moore 2002:499), afirma que a mídia explica os fatos para o público de modo que “façam sentido”, e o faz por explicações. Estas explicações surgem de várias formas. “Há a explicação que envolve a seleção dos fatos. Esta explicação consiste em dizer que há fatos que atendem a determinado interesse (...). Os fatos selecionados tem que ser mediados e isso envolve um segundo tipo de explicação que consiste no que o fato é e como será dito”. Em outras palavras, o fato e a representação deste fato é mediada pelo produtor/a do texto e a realidade, por sua vez, é mediada por representações. Neste sentido, a mídia tem papel crucial.

Outro aspecto importante nesta mediação da realidade social e a produção do discurso da mídia é o fato de que os produtores textuais têm sempre em mente um leitor ideal, estereotipado em seus interesses e expectativas com relação à informação. Uma vez que neste tipo de prática textual a interação não se dá face a face, o produtor do texto, a partir do seu posicionamento ideológico e conseqüente interpretação da realidade, escolherá

que fatos serão noticiados, de que modo e para quem. Segundo Fairclough (1989:49), “o discurso da mídia constrói uma posição para um sujeito ideal e o leitor é quem tem que negociar a relação com este sujeito”. Essa percepção incidirá não apenas no que será escrito, mas também como será recebido, consumido por um leitor real. Na recepção do texto, ocorre então, a interação e negociação entre texto-leitor que resultará na construção do significado.

Como leitores e consumidores de notícias, nós também assumimos o posicionamento de que os jornais e revistas trazem relatos fiéis dos fatos que acontecem em nosso mundo, concordando até certo ponto com as representações da realidade que nos são apresentadas. Nisto consumimos valores, estereótipos com seus determinantes sociais, econômicos e históricos, identidades, relações sociais, etc que são representados de determinado modo. A questão é que os fatos sociais só se transformam em notícias quando são reportados e os aceitamos como tal. Porém, a própria seleção do que é notícia nos mostra apenas uma visão parcial da realidade.

Fowler (1992:25) chama atenção para o fato de que a representação nos *media* é uma prática construtiva em que os eventos e idéias comunicadas não são feitos de forma neutra. Esta não neutralidade se dá pelo fato de que esses eventos e idéias são transmitidos através de um *medium* com suas próprias características estruturais, impregnadas por valores sociais que constroem uma determinada perspectiva para os eventos. A produção e representação das notícias seguem certas condições econômicas, políticas e ideológicas que produzem por sua vez, significados convencionados. Porém, o autor, situado em um discurso, faz escolhas na representação lingüística de determinado fato, no nosso caso, de identidades sociais.

2. O gênero noticioso

O discurso da mídia é o tipo de discurso mais difundido e acessível à maioria das pessoas; isto porque, diariamente, as pessoas são expostas à informação. Com o advento de novas tecnologias e sistemas de comunicação, a produção e o consumo de informações têm se tornado cada vez mais constante e veloz.

Como prática social, o discurso da mídia impressa se materializa em diversos gêneros textuais que circulam principalmente em dois suportes, os jornais e as revistas, amplamente consumidos pela população. Destes gêneros, destacamos a reportagem e a notícia como prototípicos.

O gênero noticioso é o mais popular porque notícias são histórias e por essa razão, são mais atraentes, mais fáceis de serem produzidas, uma vez que ouvimos e contamos histórias desde a nossa tenra infância. Por outro lado, as notícias são entretenimento (cf, por exemplo, Dias 2001). Nas bocas das pessoas, essas histórias são retomadas, reproduzidas, avaliadas, investidas de novos significados. Com isso, entendemos que as notícias não são eventos neutros, nem tão pouco a representação objetiva dos eventos, mas, são construtos sociais e culturais que desempenham um importante papel social, político e educacional na constituição da sociedade. Como afirma Caldas-Coulthard (1997:11), ao serem expostas às notícias, as pessoas fazem conexões e tentam entender e explicar como eventos reportados na mídia se relacionam à sociedade como um todo.

Isto nos leva a um importante esclarecimento, a saber, a noção de gênero textual. Percebemos gênero como evento comunicativo e prática sócio-histórica, e não apenas como forma estrutural ou lingüística, pois existem na medida em que as atividades comunicativas humanas existem. Como produtos da coletividade, “os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (Marcuschi 2002:19). Nós nos comunicamos através de gêneros textuais.

Os gêneros surgem (e morrem!) tantas quantas forem as necessidades de comunicação em uma cultura ou sociedade. Isto significa que são dotados de maleabilidade, historicidade, plasticidade, incorporando e refletindo transformações definidas sócio-historicamente. Como lembra Fowler (citado por Pinheiro 2002:277), os gêneros são como formas retóricas dinâmicas que se modificam constantemente de acordo com as necessidades sócio-cognitivas dos usuários. Estes podem ser percebidos de maneira intuitiva pelos participantes de um evento comunicativo.

É interessante observar que as possibilidades de reconfigurações criativas dos gêneros, situadas na prática discursiva (meio em que os textos são produzidos e consumidos), são restringidas, limitadas pelas práticas sócio-culturais e pelas relações de

poder imbricadas por relações e papéis sociais. Segundo Pinheiro (2002:282), adotar um gênero para expressar determinadas intenções,

implica na aceitação de suas singularidades mais constantes, mas não implica a ação de sufocar a criatividade de produtores e receptores. As restrições sofridas estão fundamentalmente vinculadas às normatizações sociais, culturais e ideológicas que cerceiam os indivíduos e determinam suas práticas na sociedade.

Desse modo, os gêneros não aprisionam a criatividade humana, pelo contrário, eles as mediam, tornando possível a interação. De acordo com Bronckart (1999:103), a apropriação dos gêneros é “um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Isso nos leva a afirmar que os gêneros se caracterizam, sobretudo, pelo seu uso e funcionalidade.

A propósito do gênero noticioso, nosso objetivo aqui não é tratar dos seus componentes estruturais ou cognitivos (para isto, confira trabalhos tais como os de Caldas-Coulthard 1997, van Dijk 2002, dentre outros) traçando as diferenças entre notícia e reportagem. A escolha desses gêneros se deu pelo importante papel que desempenham na formação de opinião, especialmente, ao construir uma representação das identidades (sociais) dos atores sociais envolvidos no relato de crimes de morte.

É importante considerar que apesar do fato jornalístico ser objeto das notícias e reportagens, este é tratado de modo diferente. Erlobato (citado por Andrade e Medeiros 2000:110), afirma que a notícia deve ser “recente, inédita, ligada à realidade, objetiva, de interesse público; os fatos relatados devem estar próximos do público, provocar impacto, ter interesse pessoal e humano, ser relevantes para a sociedade, ser originais”. Buitoni (citado por Andrade e Medeiros 2000:111), ao fazer paralelo entre notícia e reportagem, considera que enquanto o interesse da notícia é sintetizar o fato, de forma ampliada ou não ampliada, “(...) a reportagem trata de assuntos não necessariamente ligados a fatos novos. Na reportagem, busca-se certo conhecimento do mundo, o que inclui investigação e interpretação”.

Deste modo, podemos dizer que uma das formas de distinguí-las é a extensão, o desdobramento. Isto quer dizer que “a reportagem é um amplo relato dos fatos jornalísticos, enquanto a notícia tem duração marcadamente temporal, ou seja, se esgota no seu anúncio [presente]” (Melo 2000:66). O fator tempo/espço é preocupação predominante na notícia, enquanto que a reportagem pode noticiar algo que ocorreu num tempo/espço diferente. Concordamos, por exemplo, com Melo (1993) ao afirmar que a questão ‘atualidade’ é outro importante elemento de distinção entre os dois gêneros. Contudo, a tentativa de distingui-los não é definitiva, pelo contrário, a questão é mais difícil ainda pelo fato de que os gêneros podem se entrecruzar na prática discursiva. Não vamos nos aprofundarmos no mérito dessa questão por que nosso interesse aqui é observar o papel das notícias e reportagens na formação de opinião, a partir do modo como constroem identidades sociais.

Para viabilizar esta análise, nos apropriamos de uma análise crítica do discurso da mídia impressa, uma vez que esta nos possibilita uma conscientização crítica dos usos da linguagem e sua relação com as práticas sociais. Nisto inevitavelmente, entra em evidência o papel do/a analista do discurso que ao identificar o problema a ser estudado assume uma posição que também não é neutra. Nesta escolha, ele/a pode inclusive compartilhar da visão ou entendimento comum que estão naturalizados no texto. A dificuldade é que é justamente este senso comum que necessita ser investigado. Acreditamos que a postura do analista deveria ser, portanto, a de investigar como uma determinada compreensão da realidade é aceita como verdade e outra(s) não. Sendo assim, é importante que ele/a deixe claro seu posicionamento em relação ao(s) discurso(s) que está sendo investigado e tenha consciência de sua contribuição para mudança social de práticas.

Sendo assim, o problema que identificamos e pretendemos contribuir com uma leitura crítica, é justamente o modo como se dá a representação lingüística da realidade social no texto noticioso, precisamente, na representação das identidades sociais de vítimas e criminosos nos relatos de crimes de morte na mídia impressa. Há uma discrepância entre a realidade e a representação textual dessa realidade que funciona ideologicamente. Isto é, as construções das identidades sociais nesta instância vão depender em primeiro lugar, dos atores sociais envolvidos (quem são para serem noticiados), da natureza do crime que mexe com as categorias sociais que elegemos como importantes em nossa sociedade (por exemplo, o nível de parentesco entre vítimas e criminosos - filha que participa do

assassinato de pai e mãe para ficar com a herança) e da legitimação dessas representações a partir do discurso autoritário do autor do texto através das categorias lingüísticas e sociológicas que aciona para fazer tal representação. Isto nos leva a afirmar que nenhum texto enquanto construto social e cultural pode ser neutro. Elementos como a própria seleção do que é noticiável e o uso ideológico que fazemos da linguagem através de categorias lingüístico-discursivas usadas para construir a representação dos eventos já refutam o mito da neutralidade e imparcialidade na produção do texto noticioso.

É importante considerar que cada cultura tem categorias próprias daquilo que merece ser noticiado. Na nossa cultura, as agências noticiosas elegem o crime, especialmente os crimes violentos, como uma dessas importantes categorias. Como mostra Dias (1996), os jornais sensacionalistas, por exemplo, sobretudo aqueles voltados para classes populares, tomam a categoria de crimes violentos e se valem de estratégias lingüísticas para exacerbar as emoções do/a leitor/a, cujo intuito, além da venda da violência como produto de consumo, é promover o choque, o escândalo. Nesse processo, o efeito produzido é justamente a banalização de tragédias urbanas que passam a invadir com naturalidade o cotidiano das pessoas. Mas como a própria autora (Dias 1996:95) acrescenta, “a imprensa sensacionalista é um tema polêmico no âmbito da comunicação de massa, principalmente, quando o tópico em destaque é a violência”.

A partir da análise do material coletado, notamos que os jornais e revistas noticiam os crimes de morte seguindo algumas tendências ou demandas externas de consumo. Isto quer dizer que os jornais diários noticiam uma variedade maior desses crimes pelo fato desta agência ter necessidade de matérias diárias para fechar a edição e vender o jornal. Apesar dos crimes passarem por uma seleção, as variáveis classe social, idade, identidade relacional, etc de vítimas e criminosos continuam importantes, porém, parecem ter um peso menor nesta escolha se comparado às revistas semanais, sobretudo, dependendo da classe social a que estes veículos se destinam.

As revistas semanais, por sua vez, procuram noticiar crimes de morte dependendo da repercussão que este crime terá, repercussão esta determinada pela posição e papel social dos atores (sociais) envolvidos. Neste sentido, as variáveis citadas acima teriam um peso maior na escolha do que será noticiado por estes veículos.

A propósito dos tipos de crime de morte noticiados, a tendência seguida pelos autores, é o que Fishman (1978:534) denominou de *crime waves* ou ondas de crime. Estas ondas de crime constituem um tipo de consciência social de crime trazido a público que são construtos da mídia e contribuem para uma concepção ideológica de crime. Observamos que algumas dessas *crime waves* são, por exemplo, parentes próximos que matam seus próprios familiares (neto que mata a avó, filha que ajuda a matar pai e mãe, pai que mata esposa e filhas, etc) ou pessoas que matam outras pessoas próximas no ciclo de relações (rapaz que mata empregada da casa, médico que mata ex-amante, empresário que seqüestra e mata contraventores, etc), pessoas famosas ou influentes que foram assassinadas (políticos, atletas, juizes, etc) assassinato de pessoas marginalizadas ou estigmatizadas socialmente (pessoas idosas, índios, sem-terra, etc), assassinatos como resultado de conflitos políticos ou disputa de poder (morte de líder de garimpeiros, assassinato de políticos, etc), dentre outros (cf tabela 2).

É importante lembrar que um mesmo crime nessa “onda” pode ser tratado diferentemente por um jornal ou revista, de acordo com o posicionamento ideológico da agência. A escolha desses temas ou tipos de crime faz parte do componente ideológico da própria organização das agências que direcionam o que vai ser noticiado. Esses temas, por sua vez, tornam-se potenciais ondas de crime quando criados, a partir da interação e “concordância” das agências, não sendo, portanto, criações aleatórias ou individualizadas.

3. Aspectos metodológicos

A escolha da ACD como paradigma teórico-metodológico, particularmente na perspectiva de análise de Fairclough, responde a duas preocupações: a necessidade de um comprometimento interdisciplinar e um comprometimento crítico sobre o discurso midiático. Sobre o compromisso interdisciplinar, a ACD é tomada como uma ferramenta de investigação que procura contribuir para a pesquisa social no que diz respeito à compreensão da mudança social e cultural na modernidade tardia ou pós-modernidade. O posicionamento crítico, por sua vez, é para compreender, através de uma perspectiva lingüístico-discursiva, como as vidas dos sujeitos sociais são afetadas pela estrutura social e pelas práticas nela concebidas. Porém, não se limita a isso. O diferencial está justamente na

possibilidade de mudança dessas práticas através de uma consciência crítica dos usos da linguagem, buscando assim, a construção de uma sociedade mais inclusiva pelo exercício democrático da cidadania e justiça social. Deste modo, como Fairclough, concordamos que o discurso tem um papel fundamental na construção do mundo social, sendo um entre muitos aspectos da prática social.

Fairclough (1998:144) concebe três diferentes, mas, interdependentes tipos de análise que relacionam as práticas sociais e culturais a propriedades dos textos. São eles:

- a análise dos textos (orais e escritos);
- a análise das práticas discursivas que dão origem a esses textos e envolvem a sua produção e consumo; e
- a análise das práticas sociais e culturais que enquadram, situam, moldam os textos e práticas.

Deste modo, a característica principal da proposta analítica deste autor é mostrar que textos e sociedade são mediados pelas práticas discursivas. Ele considera que a análise da prática discursiva é complexa, pois abrange diferentes tipos de análise, incluindo aspectos discursivos dos processos institucionais (por exemplo, práticas de produção de notícias) bem como os aspectos sócio-cognitivos do processamento do discurso. Porém, seu interesse está na intertextualidade, ou seja, como na produção e consumo (recepção e interpretação) de textos as pessoas usam, dispõem de outros textos que lhe são culturalmente disponíveis. Isto se dá pela combinação de elementos de diferentes discursos no uso concreto da linguagem que podem mudar tanto os discursos individuais quanto o mundo social e cultural. Segundo Philips & Jorgensen (2002:7), “através da análise da intertextualidade, podemos investigar tanto a reprodução dos discursos (...) quanto à mudança discursiva através de novas combinações de discurso”. Essas mudanças apontam, portanto, para a percepção de que o mundo social está mudando e como isso está acontecendo.

Como o próprio Fairclough (2001) sugere, seu método é apenas um modelo para a análise crítica. Dispor do modelo ou de alguns dos seus elementos vai depender da escolha do analista de acordo com o problema a ser investigado e os questionamentos levantados. Não há, portanto, um modelo rígido, linear e 100% eficaz para análise. Com isto, não pretendemos cobrir os diferentes aspectos do modelo tridimensional, mas nos deter na

análise das categorias lingüístico-discursivas que contribuem para a construção das identidades sociais no gênero noticioso.

A construção das identidades sociais é um dos efeitos ideológicos e hegemônicos do discurso situada na dimensão das práticas sociais. Por isso, nos interessa investigar quais são as categorias lingüístico-discursivas mais comuns usadas pelos autores do texto noticioso para fazer a representação dessas identidades. Para isto, elegemos em van Leeuwen (1997) as categorias lingüísticas e sociológicas de nomeação, categorização e distribuição de papéis e em Fairclough (2003), a modalização e sua relação com a avaliação, a qual preferimos chamar de modalização avaliativa.

Como o interesse deste estudo se concentra na mídia impressa, selecionamos como veículos-alvos um jornal diário e três revistas semanais pela natureza dos textos, ou seja, textos escritos. É relevante mencionar que conhecemos a diferença de posicionamento político-ideológico nestes veículos, por isso a importância de um estudo voltado para cada um deles. Contudo, esse não é o nosso propósito aqui. O que norteia a escolha destes veículos é o fato de serem bastante representativos na mídia impressa nacional, pelo seu grande consumo e circulação.

A especificidade da nossa análise está no fato de que, independente do veículo que a mídia impressa utilize, se jornal ou revista, não há neutralidade ou imparcialidade na representação da realidade social. O próprio fato de ser noticiado, o modo como será relatado, as categorias lingüístico-discursivas convencionadas e o próprio gênero noticioso são escolhas que resultam de um processo sócio-histórico e atendem às expectativas da sociedade, ao passo que também conduzem a nossa interpretação e formam opinião.

Selecionamos, portanto, o jornal diário a Folha de São Paulo e três revistas semanais, a saber, Veja, Isto É e Época, nos quais coletamos um *corpus* que consiste de 25 notícias e reportagens sobre crimes de morte. A escolha dessas notícias e reportagens foi aleatória, não obedecendo nenhum critério rígido quanto ao veículo em si, nem tão pouco quanto à data de publicação, extensão ou desdobramento da matéria. Contudo, nos restringimos aos crimes de morte que ocorreram em território nacional, uma vez que nos

interessamos em verificar possíveis mudanças nas práticas sociais da sociedade brasileira. É importante ressaltar nosso olhar sobre os crimes de morte como uma prática social.

Devido à quantidade de notícias e reportagens selecionadas, não pretendemos fazer um estudo quantitativo, mas qualitativo, a partir da representatividade das amostras que buscamos na variação dos veículos. Essa delimitação proporcionou um exame mais acurado dos textos em que constatamos a relevância das categorias lingüístico-discursivas que selecionamos como tendência adotada pelos autores, para verificar a construção de identidades sociais de vítimas e criminosos nos relatos desses crimes.

Nosso estudo teve como momentos cruciais, o desenvolvimento da perspectiva teórica que norteia esta análise, a coleta do *corpus* a ser investigado e a análise dos dados propriamente.

No que diz respeito ao desenvolvimento da perspectiva teórica, procedemos com o levantamento, leitura e fichamento de referências bibliográficas para que então pudessemos nos ancorar em uma perspectiva teórico-metodológica dentro da análise do discurso que nos servisse de ferramenta para viabilizar nossa proposta de investigação. Deste modo, nos situamos na ACD, especialmente na concepção tridimensional de análise crítica do discurso de Fairclough (1989, 2001, 2003).

Quanto à coleta de dados, recorreremos ao acervo de bibliotecas para que tivéssemos acesso a edições mais antigas dos veículos selecionados, bem como a compra de edições mais recentes, abrangendo, portanto, o período de janeiro de 2001 a junho de 2003.

A análise dos dados seguiu o seguinte roteiro: Primeiro, procuramos agrupar os crimes tentando classificá-los pelo tipo e *causa mortis* (cf tabela 1). Em seguida, procuramos verificar se estes crimes seguiam alguma tendência temática (ex: filhos/as que matam familiares após consumo de drogas, seqüestros seguidos de morte, assassinatos de autoridades públicas como vingança ou queima de arquivo, etc), lembrando o que Fishman (1978) denominou de “ondas de crime” (cf tabela 2). O passo seguinte foi procedermos à leitura do material para verificarmos quais categorias lingüísticas e sociológicas estavam mais evidentes nos textos. Deste modo, destacamos a nomeação, a categorização, a

distribuição de papéis e a modalização, sobretudo a epistêmica e a avaliativa como categorias freqüentes e recorrentes.

Após a análise do corpus, a partir das categorias selecionadas, procedemos à comparação das amostras para que pudéssemos identificar regularidades, padrões ou sub-tipos em cada categoria.

Na confrontação dos resultados, observamos que própria regularidade das categorias analíticas funciona como recurso argumentativo, contribuindo assim, para a legitimação das representações de identidades sociais feitas no texto. Tais categorias ganham um status de normalidade enquanto modelos que assimilamos inconscientemente ao consumirmos tais notícias, quase sempre sem reflexão ou contestação.

Assim, a dissertação se constitui basicamente de quatro partes: a primeira parte trata de considerações gerais sobre o nosso objeto de estudo situadas nesta introdução. A segunda parte trata da exposição do construto teórico de nosso trabalho retomado com mais profundidade, mas que não se restringe a esta parte. À medida que é necessário, retomamos e discutimos alguns aspectos teóricos ao tratarmos da análise das categorias no capítulo seguinte. Procuramos mostrar com esse referencial teórico que a construção de identidades sociais é um processo discursivo. A terceira parte do nosso trabalho refere-se à análise das categorias selecionadas e interpretação dos dados. Na quarta parte, seguem-se as considerações finais em que procuramos trazer uma leitura crítica relevante dos resultados de nossa análise, contribuindo, deste modo, para o estudo do tema. Reafirmamos que devido ao caráter qualitativo deste estudo, a metodologia empregada impede que os resultados obtidos sejam generalizados. Contudo, acreditamos que é possível afirmar uma tendência no uso de estratégias lingüístico-discursivos que demonstram o modo como identidades sociais são construídas no gênero noticioso, uma vez que estas estratégias estão presentes no *corpus* desta investigação.

Capítulo I

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES SOCIAIS

“Você sabe com quem está falando?”

“Quem você pensa que é?”

“Pau que nasce torto, morre torto.”

“Filho de peixe, peixinho é.”

Enunciados como esses, tão comuns em nosso cotidiano, podem assumir significados diversos, dependendo da situação discursiva e dos elementos envolvidos, tais como, os participantes e enquadres. Porém, o mais interessante a se notar é o fato de que estes enunciados reivindicam a atribuição de uma identidade social para os interlocutores. Atribuir identidade talvez seja o processo mais intrigante na vida humana, pois, através dele procuramos compreender como nos tornamos as pessoas que somos.

Analisar a construção das identidades sociais como um dos efeitos do discurso constitui uma importante ferramenta para estudar a mudança social, porém, defini-la não é tarefa fácil. Isso se dá pelo fato de que há uma multiplicidade de questões a ela relacionadas, principalmente, de natureza epistemológica e teórico-metodológica. Signorini (1998), por exemplo, reúne uma série de trabalhos sob diferentes perspectivas com o objetivo de gerar mais reflexão sobre essas questões ainda não fechadas.

Em virtude disso, tomamos, os seguintes pressupostos teóricos sobre identidade:

(i) o conceito de identidade não é um todo estável e homogêneo, mas uma produção/construção em “permanente estado de fluxo” (cf. Rajagopalam 1998:21-42). Identidade não é fixa nem categórica;

(ii) a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela no jogo da interação social (cf. Signorini 1998:41, 42, Gumperz 1982), porém, a relação linguagem-identidade raramente é explícita;

(iii) os processos de auto e hetero-atribuição de identidade social emergem no contexto interacional. Identidade é um construto social (cf Ochs 1993:288); e

(iv) a construção de identidades é um fenômeno essencialmente ideológico (cf Fairclough 2001).

Por sermos sujeitos históricos, sociais e culturais, nossa identidade não é estática, mas, processual, ou seja, é construída no processo das atividades sócio-discursivas das quais fazemos parte, e dessas atividades provêm uma multiplicidade de papéis sociais que se articulam. Entendemos como Ochs (1996: 410) que identidades sociais engloba todas as dimensões da *persona* social incluindo propriedades como papéis (estudante, mãe, filha, professora, etc), relações (de parentesco, profissionais, etc), identidade de grupo (gênero, idade, etnia, religião, etc), posição (titulação, status profissional, classe social etc), dentre outros. Identidade social é uma das dimensões sociais ativadas pelos participantes para fazer parte de uma dada situação comunicativa e está diretamente relacionada aos papéis e ações sociais atribuídas e desempenhadas por estes, bem como às suas posturas afetivas e epistêmicas.

Nossa preocupação central não é, portanto, aprofundar o conceito de identidade ou subjetividade (cf Penna 1997, por exemplo), bem como a relação linguagem-identidade (cf Signorini 1998), mas observar que a construção de identidades sociais se dá em um processo discursivo; na verdade, identidade é um dos efeitos construtivos do discurso. Para isto é importante que nos situemos no paradigma teórico-metodológico da ACD, que nos dá subsídios para esta compreensão.

1.1 Análise crítica do discurso: teoria e método

A ACD é uma abordagem mais recente de análise do discurso que disponibiliza teorias e métodos para o estudo empírico das relações entre discurso, sociedade e cultura em diferentes domínios sociais, não sendo, portanto, homogênea. Contudo, considera-se politicamente *engagé* ao definir seus objetivos em termos políticos, sociais e culturais. Seu comprometimento está em causar efeitos na prática social e relações sociais, como, por exemplo, contribuir para o desenvolvimento do ensino através da consciência crítica dos usos da linguagem, para a elaboração de parâmetros para o uso não sexista ou racista da

linguagem ou em propostas para facilitar a compreensão de gêneros textuais como as notícias.

Seu quadro teórico recebeu várias influências tais como Marx, Escola de Frankfurt, Habermas, Halliday, Althusser, Foucault, Pêcheux, Bakhtin, Gramsci dentre outros. Como considera Titscher (2003:144), a ACD é crítica em dois sentidos: em primeiro lugar, ela se baseia nas idéias da Escola de Frankfurt, especialmente em Habermas, e na lingüística crítica. De acordo com Habermas (1970), citado por Titscher (2003:144), a ciência crítica tem que refletir sobre si mesma e deve levar em conta os contextos em que ocorrem as interações. Num segundo sentido, a ACD está relacionada à emergência de uma perspectiva de lingüística crítica que surgiu em reação a pragmática contemporânea (por exemplo, a teoria dos atos de fala) e a sociolingüística correlativa-quantitativa de Labov, levando-se em consideração que discurso não poderia existir sem significado social e que havia uma forte relação entre lingüística e estrutura social.

A ACD vai além da descrição das práticas discursivas e da análise da estrutura interna ou organização global dos textos. Ela focaliza “o processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização, e as subjetividades humanas e o uso lingüístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades sociais” (Pedro 1997:21), dando aos textos uma dimensão crítica de análise.

Isso significa que o contexto social imediato, a posição do sujeito e a concepção de linguagem são dimensões fundamentais nesta compreensão do discurso. A situação social imediata é onde as práticas sociais se realizam. A linguagem é definida como uma dessas práticas sociais e tem natureza ideológica imbricada com estruturas sócio-políticas mais abrangentes de poder e dominação. Desde modo, as escolhas lingüísticas, discursivas e textuais que fazemos em cada ato comunicativo são fruto

da consciência que temos, como falantes de uma língua particular e como sujeitos sociais, daquilo que sabemos que podemos fazer e dizer, no sentido duplo do significado da palavra, isto é, daquilo que, em função da nossa competência lingüística e comunicativa, somos capazes de dizer (ou escrever) e daquilo que nos é permitido dizer (e escrever),

como resultado do conjunto de convenções sociais institucionalizadas (Pedro 1997:15).

Nesta visão, a linguagem tem um papel central na construção da realidade social e cultural, sendo, portanto, entendida como uma forma de prática social.

O sujeito, por sua vez, não é visto como assujeitado nem como um agente com graus relativos de autonomia; é um sujeito social construído por processos discursivos ao passo que também os constrói, a partir de sua natureza de ator ideológico que interage. A relação entre os sujeitos é contextualizada por relações de poder, dominação e resistência, institucionalmente constituídas.

Ao trabalhar o lingüístico no interior do social, a ACD não despreza os componentes psicológicos e cognitivos no processamento do discurso. As estruturas cognitivas e a constituição da intersubjetividade dos indivíduos como sujeitos sociais é compreendida como um aspecto do social (cf, por exemplo, Kress (1990) e van Dijk (1993). Segundo Pedro (1997:27),

a compreensão da construção social e psicológica dos indivíduos e, portanto, uma teorização dos sujeitos sociais e das subjetividades é fundamental na problematização teórica da ACD. Por outro lado, trata-se de escrever, analisar e interpretar estruturas de poder e dominação, a sua reprodução em e através de textos e os efeitos que produzem nas possibilidades de ação individualidade, por outro lado, de entender e mostrar que eventuais possibilidades de liberdade de ação estão disponíveis para os falantes.

É importante que se esclareça que a ênfase da ACD tem sido mais nas questões sociológicas que psicológicas, contudo, alguns teóricos dentro dessa abordagem têm dado atenção aos problemas de natureza cognitiva e sua relação com os textos (cf van Dijk 1998, Wodak et all 1990). O foco está, portanto, nas práticas sociais e nas relações dialéticas entre discurso e outros momentos da vida social que incluem fenômenos mentais, mas também relações e processos sociais e atividades materiais.

Segundo Kress (citado por Pedro 1997:27, 28), alguns dos critérios gerais que dão corpo a essa abordagem são, em síntese, os seguintes:

1. a linguagem é o tipo mais importante de prática social dentre muitas outras práticas de representação e significação;
2. os textos são o resultado das ações dos usuários da língua, socialmente situados, que têm possibilidades de escolha no interior de estruturas de poder e dominação;
3. as relações dos participantes nos textos são, em geral, desiguais;
4. os significados resultam da interação dos usuários com os textos, e sujeitam-se a regras normativas e a relações de poder que regulam essas interações;
5. os traços lingüísticos enquanto signos são o resultado de processos sociais e, por esse motivo, conjunções motivadas de formas e conceitos e nunca conjuntos arbitrários de forma e significado;
6. os traços lingüísticos assim como a linguagem são marcados pela opacidade na sua ocorrência nos textos;
7. os usuários da língua, de acordo com seu posicionamento sócio-cultural, têm acessos diferentes e parciais a diferentes configurações do sistema lingüístico. Como resultado, “na maior parte das interações, os produtores textuais transportam diferentes disposições em relação à linguagem, diferente conhecimento de sistemas de configuração diversa e diferente conhecimento de formas textuais”;
8. noções como as de sistema lingüístico e de norma, são bastante problemáticas para a ACD que compreende linguagem em relação à história, quer a micro-história de uma interação falada quer as histórias mais vastas das instituições sociais e humanas;

Segundo Pedro (1997:22), a ACD, ao considerar tais critérios, tem a linguagem como prática social, o texto como produto social, os usuários lingüísticos como diferentes e diferencialmente localizados e os significados são vistos como produtos das relações sócio-políticas. A ACD é, portanto, uma teoria da ação, cujo comprometimento é com a pesquisa crítica e politicamente envolvida com a mudança social.

Tendo em vista a complexidade dos problemas sociais, a ACD possui uma abordagem multidisciplinar, pois diz respeito não só a linguagem e ao seu uso em si, mas também se preocupa com o caráter lingüístico dos processos e estruturas culturais e sociais, bem como tem uma preocupação teórica, analítica e metodológica para compreender a relação entre discurso e dominação. Não é tarefa fácil, uma vez que muitas formas de dominação são produzidas e institucionalizadas através da interação social e discursiva. É importante atentar para o fato de que o que subjaz a essa abordagem é a consciência da natureza e função social da linguagem e seu papel na construção do mundo e dos sujeitos sociais.

Apesar das diferentes abordagens na ACD, seus representantes (cf, por exemplo, Fowler, Hodge, Kress e Trew (1979), Fairclough (1985), (1989), Kress (1990), van Dijk (1993), van Leeuwen (1996)) “têm, de forma explícita ou implícita, o objetivo político mais vasto de questionar as formas dos textos, os processos de produção desses textos e os processos de leitura, juntamente com as estruturas de poder que deram azo (ocasião) a esses textos” (Kress citado por Pedro 1997:24). Nesse ínterim, os analistas críticos do discurso procuram saber, “quais as estruturas, estratégias e outras propriedades do texto, falado ou escrito, da interação verbal, ou dos acontecimentos comunicativos em geral, que desempenham um papel nestes modos de (produção e) reprodução” das relações de poder e dominação. (Pedro, 1997:25)

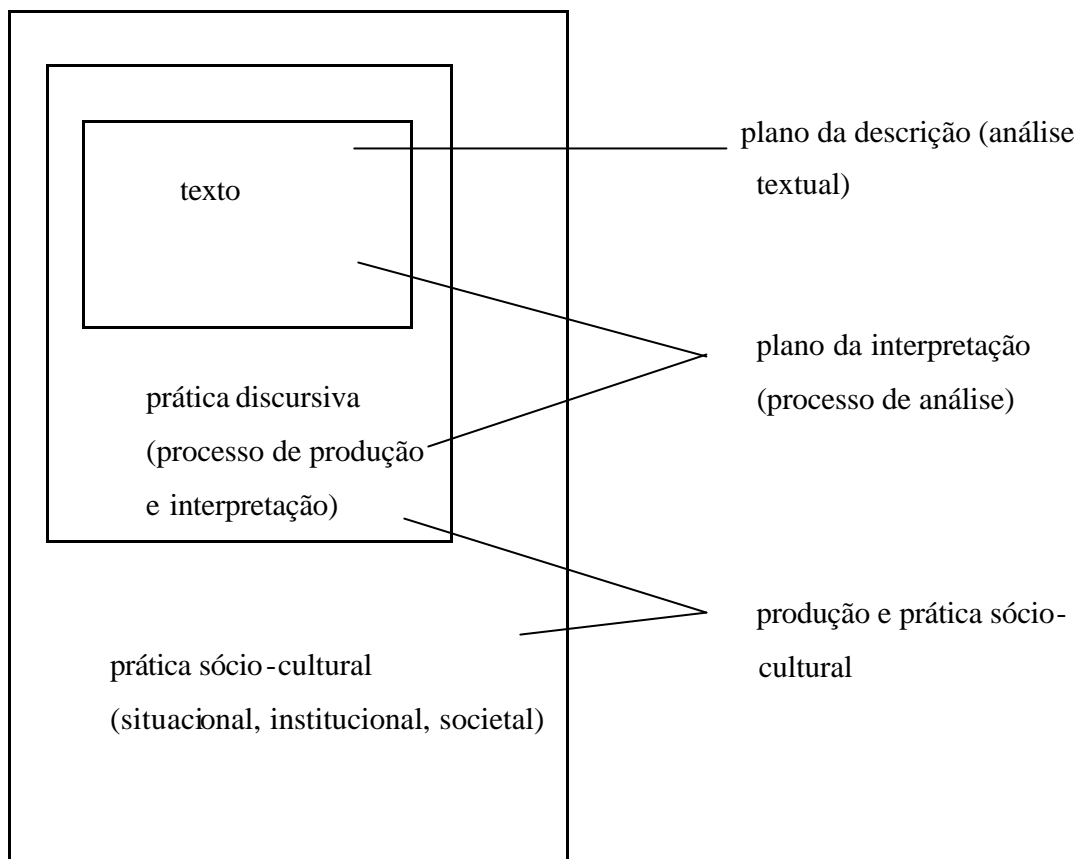
No paradigma da Análise Crítica do Discurso (ACD) como referencial teórico-metodológico entendemos discurso e qualquer exemplo concreto da prática discursiva como apresentado por Fairclough (2001) em sua teoria social de discurso, como sendo simultaneamente (i) um texto lingüístico, oral ou escrito, (ii) prática discursiva (produção e interpretação de texto) e (iii) prática sócio-cultural.

A noção de discurso de Fairclough (2001:90-91) consiste no “uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais”, ou ainda mera representação de mundo. Discurso é ação que as pessoas exercem sobre si e sobre os outros, que está em relação dialética com a estrutura social, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente, e que constrói e significa o mundo.

Percebendo o discurso moldado pela ideologia e seus efeitos construtivos sobre as identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença, o autor enfatiza a necessidade de analisar as propriedades dos textos. Daí concebe um quadro analítico com um modelo tridimensional de discurso, tentando reunir e integrar tradições analíticas indispensáveis à análise do discurso, a saber,

a tradição de análise textual e lingüística detalhada na Lingüística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base nos procedimentos de senso partilhado (Fairclough, 2001:100-131).

O modelo tridimensional de Fairclough é apresentado da seguinte forma (cf Fairclough 2001:101)



Nesse modelo, cada instância de uso da linguagem é um evento comunicativo que consiste de três dimensões: o texto em si, a prática discursiva e a prática social. A preocupação do autor é justamente fornecer um quadro analítico para a análise do discurso em sociedade, por isso todas as instâncias devem ser contempladas. Esta análise focaliza, portanto, as características lingüísticas dos textos, os processos relacionados à produção e consumo desses textos, e a prática social na qual os textos se situam.

Vale ressaltar que cada plano ou dimensão é diferente e por isso, pode ser analiticamente separada. Contudo, tal separação não é estanque. Isto significa dizer que cada dimensão está em relação de dependência e troca com as demais. Tendo isso em mente, Philips & Jorgensen (2002:68) explicam que

é importante ter consciência de que a análise das características lingüísticas do texto inevitavelmente envolverá a análise da prática discursiva e vice versa (...). Todavia, texto e prática discursiva representam duas dimensões diferentes no modelo de Fairclough, e conseqüentemente, deveriam ser separadas analiticamente. A análise da prática discursiva focaliza como autores de textos dispõem de discursos e gêneros já existentes para produzir um texto, e como os consumidores de textos também dispõem de discursos e gêneros quando consomem e interpretam textos.

Na *análise textual*, o que seria importante considerar é que pode haver contradições entre ‘um fato’, ou seja, o conteúdo e o aspecto pragmático, e ‘o texto’, ou seja, o modo de realização lingüística. Neste nível de análise, Fairclough se concentra nas características formais dos textos, tais como seleção lexical, gramática, coesão e estrutura textual para cobrir a questão da forma e significado, porém, não faz uma divisão estrita entre esses dois aspectos.

A análise da *prática discursiva* compreende o processo de produção, consumo e distribuição dos gêneros textuais em contextos sociais específicos. Por exemplo, as notícias e reportagens são produzidas por uma série de ações coletivas em diferentes estágios de produção e serão diferentemente consumidas em contextos sociais variados. Esses gêneros são, portanto, uma forma particular de prática social. Nesse nível de análise o autor considera como categorias relevantes os atos de fala, a coerência dos textos e a intertextualidade.

A análise *da prática social* (política, ideológica, econômica, etc) diz respeito à ideologia e ao poder enquanto hegemonia. Como os gêneros textuais, a prática social é uma dimensão do evento discursivo. Desse modo, as ideologias e conseqüentemente, as lutas ideológicas estão presentes na prática discursiva, chamando atenção para o aspecto da transformação. Transformação esta oriunda da “luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto de reestruturação ou de transformação das relações de dominação” (Fairclough 2001:117). A ideologia e as lutas hegemônicas seriam uma propriedade tanto das estruturas discursivas quanto dos eventos discursivos, concebidos em relação dialética.

Nesta proposta analítica, a análise textual tem lugar de destaque. Para justificar tal importância, Fairclough apresenta quatro argumentos (cf Titscher 2003:152):

(i) o teórico – as estruturas sociais tais como as relações de classe, que são de interesse central na sociologia, estão em relação dialética com as atividades sociais e os textos são uma forma significativa de ação social;

(ii) o metodológico – o uso de textos como fontes de informação (social);

(iii) o histórico – os textos são indicadores de mudança social. Essa consideração se refere à intertextualidade e heterogeneidade dos textos que evidenciam os processos sociais recentes tais como a redefinição de relações sociais e reconstrução de identidades e de conhecimento; e

(iv) o político – o controle social e o poder são exercidos com frequência através dos textos, por isso, a análise textual tem um papel crucial na análise crítica do discurso.

É relevante ressaltar que Fairclough baseia seu modelo e procedimentos analíticos em alguns conceitos-chave (cf Titscher 2003:148), a saber,

- Discurso – enquanto conceito abstrato, consiste no uso da linguagem concebido como prática social. Como unidade de análise, quer dizer um meio de significar a experiência de uma perspectiva particular.
- Evento discursivo – instância do uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva e prática social.
- Texto – produção da linguagem falada ou escrita em um evento discursivo, acrescida de outros fatores de caráter semiótico, tais como as imagens e sons.
- Interdiscursividade – a constituição de um texto a partir de outros discursos e gêneros.
- Gênero (textual) – uso da linguagem associada a uma atividade social específica (= ação social)
- Ordens do discurso – quer dizer a totalidade de práticas discursivas de uma instituição e as relações entre tais práticas.

Pedro (1997:36) observa que na proposta de Fairclough, o texto é visto como “uma unidade semântica completa a partir dos modos de padronização que dão corpo lingüístico à expressão das metafunções ideacional, interpessoal e textual, que se articulam

coerentemente e que, por isso, apenas podem ser separadas por razões de natureza analítica...”. As referidas categorias de análise em seu quadro analítico fazem um movimento progressivo da descrição do texto à interpretação da prática social na qual o discurso se situa. Cabe, portanto, ao analista/pesquisador a escolha ou ênfase dessas categorias de acordo com seus objetivos e amostra do discurso selecionada. Daí, buscamos as propriedades analíticas dos textos relacionadas à construção das identidades sociais.

1.2. Discurso como ação e interação social

Pelo fato da Análise do Discurso (AD) ser considerada uma disciplina em formação, alguns conceitos de discurso divergem e se tornam cada vez mais polissêmicos. Por outro lado, algumas abordagens da AD não dão atenção suficiente a aspectos sociais importantes no discurso. Por isso, o que norteia nosso trabalho é a opção pela ACD como ferramenta na pesquisa social e como uma teoria de ação.

A natureza social do discurso é a sua característica mais essencial na medida em que (i) usamos a linguagem quando interagimos com outras pessoas - natureza dialógica do discurso (Bakhtin 1992); (ii) participamos de uma sociedade – socialização lingüística (Ochs 1996); e (iii) construímos o mundo, especialmente em termos de identidades sociais, através dos significados indexicais (Ochs 1996, Duranti 1997, etc.)

Porém o que é exatamente ação? E o que faz o discurso uma forma de interação social?

Fairclough e Wodak (1997:259) e outros analistas críticos do discurso (Kress 1990, Pedro 1997, Fairclough 2001, etc) percebem que ação quer dizer um modo de prática social. Prática esta que interage dialeticamente com um determinado evento discursivo e a situação, uma instituição, e a estrutura social que o enquadra. O evento discursivo é moldado pela situação, instituição e estrutura social ao passo que também as modelam. Desse modo, o discurso constitui situações, objetos de conhecimento, identidades sociais e relações entre pessoas e grupos de modo que pode tanto contribuir para manter o *status quo* social quanto para transformá-lo através do trabalho ideológico.

Para van Dijk (1997), ação é o que intuitivamente as pessoas fazem e isto implica outros elementos, a saber, intenção, perspectiva, implicações-conseqüências-componentes e

interação. Nem tudo que fazemos poderia ser considerado uma ação a não ser que tenha uma intenção. “Atividades” como, por exemplo, estar andando na rua e tropeçar ou sonhar são coisas que estariam além do nosso controle e não planejamos fazer. Simplesmente acontecem sem intentarmos algo. O que fazem as ações terem sentido são os seus propósitos. Desse modo, discurso é ação, prática social. Perguntar algo, contar uma estória, acusar alguém, persuadir uma audiência, etc são exemplos do que podemos fazer com o nosso discurso situado e reconhecido socialmente. Essas ações, com suas diferentes propriedades genéricas e propósitos seriam, segundo van Dijk (1997:8), atos comunicativos. Apesar dessas ações terem uma representação mental, elas são sociais porque se manifestam no *locus* social e são representadas pelos atores sociais com propósitos comunicativos socialmente orientados para outros atores sociais.

Levar em conta o outro e o contexto do discurso como determinantes da ação comunicativa é considerar que o mais importante é perceber como essa ação foi interpretada a partir da perspectiva do interlocutor. Para van Dijk (1997:9) é a perspectiva e interpretação do outro que fazem com que a atividade discursiva se torne socialmente real, concreta. Contudo, isso não exclui a responsabilidade que temos com o nosso discurso, pois a ação discursiva traz conseqüências, implicações sociais.

Pensar o discurso como ação social não exclui a análise dos componentes que o constituem tais como a produção e a compreensão de enunciados, a escolha do léxico, o estilo, a argumentação, etc. Na verdade, todos esses componentes, segundo van Dijk (1997:10), deveriam ser entendidos como ação. Duranti (1997:214) partilha da mesma idéia ao afirmar que “palavras não só são símbolos, mas também feitos”. Esse poder de ação das palavras na representação da realidade pode ser visto, por exemplo, no modo como indexamos identidades sociais (sob indexação de identidades sociais, falaremos a diante).

A ação orientada dos participantes para um propósito comunicativo é o que se entende por interação social; porém o que envolve a interação? Apesar de van Dijk não se deter nessa discussão, certamente podemos perceber que o que envolve a interação social é algo bem mais complexo do que o senso comum e requer uma análise sócio-cultural, cognitiva e conceptual de manifestações situadas dessas interações. Por isso a importância de se recorrer aos estudos etnográficos e de antropólogos lingüistas para se compreender como funciona a interação social.

Um desses estudos observa que uma das dimensões essenciais da interação é a participação dos atores sociais. Duranti (1997:281) toma a noção de participação como unidade social de análise, argumentando que unidades de participação ajudariam a conectar aspectos importantes da linguagem com dimensões da experiência humana tais como, os papéis desempenhados pelos atores sociais, os recursos materiais que são usados por estes e as instituições sociais constituídas pelas práticas lingüísticas.

Dentre essas unidades ou elementos de participação no evento comunicativo, Duranti (1997:329) focaliza os “participantes” como objeto principal de sua análise. E ele o faz pelas seguintes razões:

(i) através da decomposição de Goffman (1998) do paradigma conversacional tradicional falante-ouvinte em partes mais diferenciadas para abranger a complexidade das relações discursivas presentes na estrutura de produção (referente ao falante) e na estrutura de participação (referente ao ouvinte), seria possível enquadrar o “ato de fala” como uma junção de diferentes atividades onde a mensagem produzida por um indivíduo seria, de fato, um “produto” de uma unidade organizada socialmente;

(ii) essa decomposição das categorias falante-ouvinte de Goffman em outras categorias (falante = animador, autor e principal; ouvinte = participante ratificado e participante não ratificado) permite observar que cada participante pode assumir e representar uma multiplicidade de papéis sociais, individuais ou institucionais;

(iii) tendo como foco a estrutura de participação e não enunciados individuais, é possível utilizar elementos do estudo da interação conversacional para investigar as conseqüências dos diferentes tipos de organizações sequenciais na formação dos papéis sociais e categorias em sistemas sociais específicos; e

(iv) a ênfase na participação coloca a linguagem como um recurso semiótico usado pelos atores sociais para interagir.

Na interação, os participantes ativam um conjunto de dimensões sócio-culturais, incluindo seu próprio repertório lingüístico, para que “atuem” devidamente. Ochs (1996:410), por exemplo, considera as identidades sociais como uma dessas importantes dimensões situacionais ativadas pelos participantes, e que se multiplicam de acordo com as atividades sociais realizadas.

1.3. A relação discurso-identidade social

Através do discurso, os participantes constroem e representam a sua realidade social, a si mesmos e aos outros. Como aponta Fairclough (2001:91), discurso é um modo de ação social em que significados são negociados e compartilhados em sociedade nas práticas discursivas situadas historicamente. Isto nos faz perceber a interação social como o *locus* legítimo para esse processo bem como unidade de análise a ser considerada. Fazendo referência a Shotter, Lopes (2002:31) aponta para o fato de que “a análise da dinâmica da interação torna possível compreender quem tem responsabilidade por qual atividade na construção dos significados de qualquer comunicação”. Conseqüentemente, tanto a análise dos diferentes meios usados pelos participantes para atuar no mundo quanto à compreensão dos significados construídos e compartilhados no processo discursivo são importantes.

A construção discursiva do significado é então orientada para dois elementos essenciais: alteridade (o outro) e o contexto (situação social mais imediata que determina os enquadres interacionais). Como afirmou Bakhtin (1992:112), a expressão da enunciação será determinada pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, a *situação social mais imediata*, ao passo que também é produto da interação de pelo menos dois indivíduos socialmente organizados. *A palavra dirige-se a um interlocutor.*

Nessa orientação para o outro, há o “confronto” em que percebemos quem somos nós mesmos e identificamos quem são esses outros. É o que Ochs (1993:288) caracteriza como auto e hetero-atribuição de identidades sociais. Contudo, no contexto interacional há relações assimétricas determinadas por um lado, pela estrutura social em que vivemos, e por outro, pelos projetos políticos e ideológicos particulares dos sujeitos sociais e do grupo social a qual estamos vinculados. Isto quer dizer que somos quem somos a partir de um “lugar” e “momento” sócio-históricos.

Fairclough (2001:91) nota que uma das implicações do discurso como prática social - com orientação econômica, política, cultural e ideológica - é perceber a relação dialética entre discurso e estrutura social. Dialética porque ao mesmo tempo em que é moldado pela estrutura social (classes, relações sociais, relações institucionais, etc), o discurso também contribui para a construção da estrutura social. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o

mundo em significado”. Daí poder-se distinguir como efeitos construtivos do discurso: as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença.

As identidades sociais são construtos sócio-discursivos. Isto quer dizer que não são fixas nem categóricas, mas processuais, pois, dependem “da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros engajados no discurso” (Lopes 2002:34). Da mesma forma, as identidades sociais são múltiplas, heterogêneas, ou seja, possui um feixe de traços – gênero, etnia, classe social, opção sexual, religiosa, política, etc.

Acontece também que no momento em que interagimos há um confronto identitário em que nos expomos a outras identidades. Isto permite que posicionemos a nós mesmos e aos nossos interlocutores. Goffman (1998:70), quando desenvolveu sua noção de *footing*, estava interessado na investigação de como ocorriam as mudanças de posicionamento entre participantes na situação sócio-discursiva. Os *footings* representam justamente “o alinhamento, a postura, a posição do eu de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”, bem como caracterizam o aspecto dinâmico da natureza discursiva dos enquadres. São uma forma de discurso metapragmático que permitem observar como as identidades sociais dos participantes emergem, como são constituídas no discurso e que efeito produzem na interação em andamento.

Pensar na forma como posicionamos a nós mesmos e aos outros na situação discursiva nos remete a questão do poder nas relações sociais. Há uma assimetria interacional entre participantes nas práticas discursivas porque as pessoas são posicionadas em relações de poder diferentes, a partir dos papéis sociais que desempenham (Fairclough 1989). Segundo Lopes (2002:35), “o modo como o poder é distribuído na sociedade é uma característica central na visão de identidade como construção social”.

O estudo das representações que os atores sociais desempenham nas situações discursivas é um aspecto relevante no trabalho de teóricos da ACD, que aponta para o modo como identidades sociais podem ser construídas no discurso. Segundo van Leeuwen (1997:186), a estes atores sociais são dados papéis ativos e/ou passivos para serem desempenhados. A relevância dessa questão se dá pelo fato de que pode não haver “congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham, de fato, em práticas

sociais e os papéis gramaticais que lhe são atribuídos nos textos. As representações podem redistribuir papéis e organizar as relações entre os participantes”.

Para identificar como ocorrem essas representações no discurso, ele aponta categorias ou escolhas representacionais que estão relacionadas a realizações lingüísticas ou retóricas específicas, como por exemplo, a distribuição de papéis (quem é representado como agente ou paciente em determinado discurso), a nomeação (identidade única dos atores sociais) e a categorização (representação em termos de identidade e funções partilhadas com outros), dentre outras.

Uma vez que as identidades sociais são construídas e mediadas no e pelo discurso, um outro aspecto na distribuição do poder na sociedade nos chama atenção, a saber, o modo como discursos institucionais constroem determinadas identidades (criminosos, vítimas, homossexuais, donas de casa, etc) como uma forma de controle social. Entra em cena o trabalho ideológico de instituições como a mídia (cf, por exemplo, van Dijk 1998, Moore 2002) para fazer com que determinadas vozes sociais falem em vez de outras. Porém, essa situação não é definitiva.

Fairclough (2001) afirma que a natureza social do discurso é dialética, isto é, ao passo que pode reproduzir o *status quo* social, o discurso pode também transformá-lo. Isso se aplica também a ação dos participantes, pois, “embora uma pessoa possa estar posicionada de certa forma num discurso específico, ela pode resistir a esta posição ou mesmo criar um contra discurso que a coloque numa posição de sujeito e não de marginal” (Peirce citado por Lopes 2002:36). Embora as múltiplas identidades sociais que assumimos sejam resultantes das práticas sociais marcadas pelas relações de poder, podemos também resistir a essas práticas bem como exercer diferentes identidades.

1.4. A indexação de identidades sociais

As identidades sociais, enquanto construtos sócio-discursivos, são uma das dimensões sócio-culturais ativadas pelos participantes ou atores sociais nas situações comunicativas. Contudo, o processo de auto e hetero-atribuição de identidades ou confronto identitário em que identificamos a nós mesmos e ao(s) outro(s) passa pela atribuição de significados indexicais.

O modo como usamos a linguagem, enquanto conjunto de recursos simbólicos que entra na constituição do sistema social e a representação individual de mundos reais ou possíveis, e como atribuímos determinado valor aos objetos, aos quais nos referimos existencialmente em determinadas situações comunicativas, evidencia a capacidade humana de indexar significados através da linguagem. Entender como ocorre esse processo e quais são seus efeitos não é só interesse de lingüistas ou analistas do discurso propriamente, mas de outros teóricos como antropólogos lingüistas ou semanticistas que colocam o fenômeno da indexicalidade como central em suas pesquisas, por afetar diretamente a interação social ou socialização humana.

Tendo isso em vista, faremos então, breves considerações sobre como alguns desses teóricos tratam tal fenômeno, grosso modo, denominado indexicalidade, destacando também sua relevância no processo de construção das identidades sociais dos participantes envolvidos nas situações comunicativas.

Como conjunto ou sistema de recursos simbólicos, a linguagem produz e interpreta as práticas sociais, o conhecimento e a experiência. Através dela ordenamos o mundo e interagimos enquanto membros de uma sociedade. Isso nos faz pensar que o início e fim último da linguagem é promover a socialização humana continuamente, num processo dialético (constituímos a linguagem e somos constituídos por ela) e ininterrupto, tão complexo quanto o é a própria linguagem. Nesta perspectiva, usar a linguagem e participar de uma sociedade são atividades indissociáveis.

Ochs (1996:407-437) chama atenção para um campo de estudos na Antropologia Lingüística (AL) denominado “socialização lingüística”, em que a aquisição de linguagem e a socialização são estudadas. Tal processo consiste em perceber como os indivíduos desenvolvem sua competência lingüística na socialização das atividades comunicativas, social e culturalmente organizadas. Uma premissa fundamental neste campo é a de que a linguagem socializa não só pelo seu conteúdo simbólico, mas também pela *práxis* lingüística situada. Deste modo, os atores sociais se tornam membros efetivos de uma sociedade quando compreendem as ações sociais, os eventos comunicativos, os relacionamentos e outros elementos no fenômeno sócio-cultural pela interação verbal.

Um dos problemas cruciais apontados pela socialização lingüística é entender como a linguagem “codifica” práticas e socializa informações sobre sociedade e cultura. Essas

informações, que nem sempre são explícitas, dizem respeito, por exemplo, a construção de identidades sociais. Deste modo, o processo da socialização lingüística aponta para a capacidade que a linguagem tem de indexar informações sócio-culturais num determinado contexto.

Preocupada com o que o falante faz com a linguagem, a AL tem procurado compreender como se dá o processo pelo qual relacionamos enunciados a momentos, lugares e pessoas em determinadas circunstâncias, ou seja, o processo de indexicalidade. Daí “indexicalidade” constituir-se um dos principais temas no escopo da AL contemporânea.

A capacidade das práticas lingüísticas de indexar informações sócio-culturais pode ser facilmente identificada em expressões lingüísticas tais como os pronomes pessoais (eu, tu, você, etc) e demonstrativos (este/a, aquele/a, etc), expressões de tempo (agora, amanhã, etc), expressões espaciais (acima, abaixo, etc), verbos, dentre outras; contudo, não se restringe a essas categorias de dêiticos. Duranti (1997:18) aponta para o fato de que até a escolha de uma língua em vez de outra numa comunidade bilíngüe pode indexar a etnicidade ou escolha política na relação língua e etnicidade. Por outro lado, os índices também podem englobar desde perguntas aparentemente inócuas a posições políticas. Daí a importância de distinguir entre diferentes tipos e graus de indexicalidade.

A abordagem indexical e metapragmática de Silverstein (1976:11-55), que procura descrever a relação entre linguagem e cultura bem como compreender o significado, tem alimentado perspectivas mais recentes de cultura como comunicação. Isto se dá pelo fato de chamar atenção para o papel que a força comunicativa da cultura desempenha, não só para representar a realidade através de símbolos próprios de cada cultura, mas também para apontar, relacionar aspectos dessa realidade, tais como indivíduos, grupos, identidades, crenças, eventos, etc, a contextos.

É interessante notar que o valor indexical dos signos não é intrínseco à natureza do próprio signo, mas este é baseado em pressupostos culturais. Este tipo de índice referencial foi denominado por Silverstein (1976:25) de *shifters*. Segundo o autor, o aspecto indexical do significado dos *shifters* envolve a pressuposição da existência de algo ou o foco cognitivo em algo de valor específico no domínio das variáveis na situação de fala. Estas variáveis contextuais e os sinais indexicais dos *shifters* dependem, por sua vez, da “regra de

uso” ou “regra de indexicalidade” que consiste na descrição da relação contexto de fala e enunciado. De outro modo, sem o conhecimento de algum aspecto da situação, a interpretação referencial destes sinais não seria possível.

Nesse modelo podemos perceber que o valor indexical está não somente em certas categorias lingüísticas tradicionalmente eleitas com este valor como os chamados termos dêíticos (eu, você, aqui, lá, agora, ontem, etc). Outras formas comunicativas tais como expressões lingüísticas ideologizadas, signos gráficos, gestos, etc também se constituem veículos para práticas culturais. Segundo Duranti (1997:38), estas formas comunicativas têm esse valor quando pressupõem ou estabelecem alguns traços contextuais (por exemplo, quem é o receptor do que está sendo dito, a relação social relativa entre falante e ouvinte) que não são necessariamente “descritos” pela mensagem (ou em seu significado denotacional), mas são mesmo assim entendidos pelos participantes.

Através dos usos indexicais de seus elementos, toda língua forneceria uma teoria de ação humana, ou seja, uma metapragmática, em que o importante seria identificar como a linguagem se torna uma ferramenta pela qual nosso mundo social e cultural é constantemente descrito, avaliado e reproduzido – aspecto criativo e performativo da indexicalidade (Duranti 1997:19). Isto quer dizer que os falantes, em sua consciência metapragmática, teriam a capacidade de interpretar a força pragmática das formas lingüísticas usadas. Essa abordagem expande, portanto, a noção da relatividade lingüística.

Por outro lado, Lyons (1995) restringe a indexicalidade como sendo um tipo particular de dêixis. Na verdade, ele é partidário da concepção de que não há uma distinção clara entre os dois termos pelo uso que outras áreas como a Filosofia, a Psicologia e a Lingüística têm feito. Segundo ele, ambos podem ser explicados etimologicamente, com base em uma noção de “referência gestual”.

Na noção de referência gestual, dêixis e indexicalidade teriam a mesma origem, pois indicariam o referente através de algum gesto corporal do falante. Deste modo, qualquer expressão que apresente propriedades de indicação pela gesticulação corporal, a princípio, seria um dêítico. Logo, os pronomes seriam essa classe de expressões de referência por excelência ao determinar o significado proposicional dos enunciados. Daí o trabalho do autor em classificar diferentes tipos ou subclasses de dêíticos.

O que é interessante notar é que Lyons enfatiza que a maioria dos enunciados em quaisquer línguas são indexicais ou dêiticos e que o valor-verdade das proposições é determinado pelas dimensões espaço-temporais estabelecidas no contexto pelos próprios dêiticos. Contudo, ele reconhece a limitação dos estudos para compreender a enormidade das informações dêiticas ou indexicais codificadas nas diferentes línguas naturais.

Como semanticista, Lyons está preocupado em captar o significado dos enunciados pelas pistas que os dêiticos dão. Ele fica preso ao enunciado e não se refere ao fato de que estas pistas são negociadas na interação pelos participantes. Além do que, as práticas lingüísticas utilizam-se de outros elementos, além dos dêiticos, para indexar. É o que mostraremos na análise do nosso corpus com as categorias lingüísticas e sociológicas selecionadas.

Percebemos também no trabalho de Gumperz (1998) uma outra forma de referência ao fenômeno da indexicalidade. Ele propõe um modelo teórico para tratar do que denominou “pistas” ou “convenções” de contextualização em sua análise da inferência conversacional. Essas pistas dizem respeito aos traços lingüísticos presentes na superfície das mensagens sinalizadas pelos falantes e interpretadas pelos ouvintes de modo que se compreenda a atividade comunicativa, o conteúdo semântico e a referência ou ligação do discurso com o que precede ou segue. Estas pistas são condicionadas ao processo e ao contexto onde o discurso ocorreu (ou está ocorrendo).

Por serem convenções sociais, tais pistas têm valor sinalizador quando organizadas, negociadas na interação entre participantes que manifestam seu conhecimento de mundo ou conhecimento pressuposto, construído e partilhado social e culturalmente.

Na tentativa de identificar tais pistas, Gumperz reconhece que elas podem aparecer sob várias formas lingüísticas e isto dependerá do repertório lingüístico de cada participante, historicamente situado e determinado. Ele não privilegia, portanto, uma categoria lingüística como o faz Lyons, mas além de expressões formulaicas, fenômenos de alternância de código e sinais prosódicos, engloba também sinais rítmicos e fonéticos, bem como reconhece a contribuição do trabalho de outros estudos (cf, por exemplo, Hall 1959, 1966; Birdwhistell 1970, etc) que analisam sinais não-verbais como movimentos faciais e gestuais. Todos estes sinais entram, portanto, no processo de contextualização. Este processo tem um papel importante, pois possibilita identificar os rumos de uma interação.

Em Gumperz, a diversidade das pistas de contextualização tem como tarefa a promoção do trabalho interacional. Elas têm valor indexical uma vez que permitem aos participantes da situação comunicativa saberem o que está acontecendo.

Na tentativa de compreender como se organiza o discurso (oral) e como este se orienta em relação à situação interacional, Goffman (1998) desenvolveu o conceito de *enquadre*. “O enquadre situa a metamensagem contida em todo enunciado indicando como sinalizamos o que dizemos ou fazemos e sobre como interpretamos o que é dito ou feito” (Goffman 1998:70). Através destes enquadres, os participantes organizam o discurso e se orientam na situação interacional.

Ao desenvolver sua concepção de enquadre, Goffman formulou o conceito de *footing*, como referimos anteriormente. Os footings caracterizariam o aspecto dinâmico da natureza discursiva dos enquadres, pois são introduzidos, negociados, modificados e apontam para o modo como os participantes organizam a produção e a recepção dos enunciados. São uma forma de discurso metapragmático, nos termos de Silverstein (1976).

O interesse de Goffman está em investigar como ocorrem as mudanças de footing partindo da decomposição da sua base estrutural, a saber, o paradigma conversacional tradicional falante - ouvinte, em partes mais diferenciadas para poder abranger a complexidade das relações discursivas presentes na estrutura de produção (referente ao falante) e na estrutura de participação (referente ao ouvinte). Haveria, portanto, tipos de ouvinte (participante ratificado ou oficial, participante não-ratificado ou circundante, por exemplo) e tipos de falante (animador, autor e principal ou responsável) na situação social.

Nesta perspectiva, os participantes competentes podem ou manter o mesmo *footing* ou alternar de uma postura ou alinhamento para outro na situação social dinamicamente. E como nos lembra a metáfora dramatúrgica de Goffman para a interação humana, os falantes ou participantes são atores (sociais) num palco que podem desempenhar uma multiplicidade de papéis, sempre em função dos seus interlocutores, na tarefa de compartilhar um foco cognitivo ou tema.

Finalmente, vejamos como Ochs (1996) percebe a indexicalidade. Segundo ela, a indexicalidade está no centro da socialização lingüística e possui três princípios constitutivos: (i) princípio da indexicalidade em si; (ii) princípio da cultura universal e (iii)

princípio da cultura local. A teoria da indexicalidade é uma teoria de socialização que se dá nas práticas lingüísticas.

Isto se dá porque para interagir numa dada situação social, os participantes fazem uso de formas, concepções, valores, etc modelados culturalmente, incluindo o seu repertório lingüístico. Em outras palavras, os participantes ativam dimensões sócio-culturais como tempo, espaço, identidades sociais, atos sociais (ex: uma pergunta, uma oferta, etc), atividades (ex: narrar uma estória, dar um aviso, etc), posturas afetivas (humor, sentimentos, etc) e epistêmicas para interagir.

Essas dimensões sócio-culturais ativadas na interação são imbuídas de significado que se materializam em formas particulares (ex: perguntas, afixos de diminutivo, pronomes, entonação, etc). Portanto, na linguagem, a indexação é realizada por formas lingüísticas cuja função seria apontar a presença de alguma “entidade” na situação imediata. Essas formas variam de acordo com a situação e são convencionalmente associadas às dimensões sócio-culturais que foram ativadas.

Com o princípio da cultura universal, Ochs se refere ao fato de que a cultura é parte constituinte de nossa humanidade e por isso assume algumas características mais universais ou “comuns”. Estas características estariam presentes nos significados lingüísticos usados para formar determinados significados situacionais nas sociedades. Esse princípio sugere que os interlocutores utilizam-se de certos significados semelhantes para atingir determinados fins sociais. Contudo, é limitado por não se aplicar para a caracterização de todas as práticas indexicais situadas.

As bases para este princípio seriam as seguintes: a) as formas lingüísticas usadas pelas sociedades indexam as dimensões situacionais de tempo e espaço, as posturas afetivas e epistêmicas, as identidades sociais, atos e atividades; b) nas sociedades, algumas categorias nas dimensões de postura (ex: categorias epistêmicas tais como certeza/incerteza, categorias afetivas como intensidade/mitigação, surpresa, etc são indexadas universalmente) e significado de atos sociais podem ser comparados (ex: saudação, agradecimento, aceitação, discordância, etc aparecem nas mais variadas culturas); e c) certas formas lingüísticas são usadas nas sociedades para indexar posturas e significados de atos sociais comparáveis (ex: na postura epistêmica, a incerteza geralmente é indexada através do uso de verbos modais como poder, dever, etc).

Com o princípio da cultura local, Ochs considera que a cultura local é formada, em parte, por uma série de valências situacionais que relacionam tempo, espaço, posturas, atos, atividades e identidades. As relações entre essas dimensões se dão nas expectativas culturais de cada sociedade no que diz respeito ao *escopo* das posturas que são associadas a determinadas atividades e identidades, às *preferências* por certas posturas e atos em determinadas atividades e identidades sociais, e à *extensão/duração* de determinadas posturas e atos realizados em determinadas atividades e identidades.

Segundo Ochs, escopo, preferência e duração caracterizam como os participantes, situados num contexto sócio-cultural, usam a linguagem distintivamente para indexar sentimentos, conhecimentos e atitudes de outras pessoas, seus interlocutores, bem como para construir identidades sociais no processo da interação. Na interação é que é possível compreender os significados indexicais das formas lingüísticas utilizadas.

Diante das considerações expostas, percebemos que através das práticas lingüísticas e sociais, a linguagem é um instrumento poderoso pelo qual pensamos, descrevemos, avaliamos e reproduzimos nosso mundo social e cultural. Essa capacidade aponta para o aspecto criativo e performativo da indexicalidade, usada pelos falantes para construir, dentre outras coisas, as identidades sociais.

A construção de identidades sociais é um fenômeno ideológico e processual que se dá socialmente pela linguagem no jogo da interação social e leva em conta a postura afetiva e epistêmica dos participantes numa sociedade. Por isso, constitui-se uma dimensão sócio-cultural ativada na situação comunicativa.

Como se dá então, a indexação de identidades sociais?

A indexação de identidades sociais é desempenhada por estruturas e categorias lingüísticas e discursivas que exercem esse papel, e nem sempre são gramaticalizadas. É importante perceber que essas estruturas e categorias não têm valor em si mesmas a não ser que sejam interpretadas em uma situação comunicativa maior, que envolve papéis e relações sociais. Compreender e atribuir o significado indexical dessas estruturas faz parte da habilidade humana de indexar. Desse modo, a indexação está no centro de nossa competência lingüística e cultural e é o “lugar” onde a aquisição da linguagem e a socialização se encontram, se conectam. (Ochs 1996:414).

Vejamos no exemplo de Ochs (1996:412), como essa indexação de identidades sociais pode ocorrer. Na sociedade de Samoa, os papéis e relações sociais são organizados hierarquicamente baseados em título, geração e idade, dentre outros. Nessa situação, Mauga orienta, instrui as ações de sua irmã mais nova, Matu 'u:

Mauga: Matu 'u sau (Matu'u, venha cá.)

Matu 'u sau (Matu'u, venha cá.)

Alu mai sau 'ie (Vá e pegue um pedaço de pano/lenço pra você)

Alu amai lê meã solo ai lou isu (Peque e limpe seu nariz)

Kamo' e, alu e amai lê solosolo 'ua e loa 'ua e loa (Depressa, pegue o lenço, você sabe)

Os verbos usados para direcionar os atos, os dêíticos *sal* (vir) e *alu* (ir), são dirigidos a pessoas que ocupam uma posição hierárquica inferior (como a irmã mais nova) pelas que ocupam uma posição superior (como a irmã mais velha). Na situação comunicativa, esses verbos indexam tanto dimensões espaciais quanto assimetria das relações sociais em questão. É interessante que as crianças mais novas compreendem o significado indexical dessas formas verbais e as utilizam apropriadamente para se dirigir aos animais, pois estes ocupam um status inferior ao delas. Isso ocorre porque os membros das sociedades, enquanto interagem, compreendem tacitamente as normas, preferências e expectativas que relacionam, indexam dimensões situacionais, tal como as identidades sociais, pelos papéis que são esperados que se representem.

A atribuição e desempenho de papéis sociais nas situações discursivas é um aspecto importante observado por Ochs e por outros autores como Goffman (1998) e Van Leeuwen (1997) como pista para compreender a construção de identidades sociais. Na verdade, papéis sociais sinalizam, dentre outras coisas, para o tipo de relação social entre os participantes, num nível micro, e todas as normas, preferências e expectativas sócio-culturais, num nível macro em cada sociedade.

Contudo, além da atribuição e desempenho de papéis, outras categorias lingüísticas e sociológicas indexam identidades sociais. É o que constatamos em nosso corpus quanto à construção das identidades sociais de vítimas e criminosos. Tais categorias seriam

nomeação, categorização, e modalização como veremos no capítulo a seguir, que trata da análise e interpretação dos dados.

Capítulo II

VÍTIMAS E CRIMINOSOS: ANÁLISE DE IDENTIDADES SOCIAIS NO GÊNERO NOTICIOSO

A questão geral que norteia este estudo é a preocupação em perceber os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados no discurso da mídia impressa e que efeitos de sentido resultam das escolhas representacionais que fazemos na materialidade da língua. Especificamente, no recorte desta análise, meu interesse está em ver como essa representação se dá em termos de duas principais categorias de atores sociais no relato de crimes de morte: as vítimas e os criminosos. A quem é dado mais proeminência e por que? Quem é nomeado e como isso ocorre? Que classificações ou categorias julgamos relevantes para identificar os outros? Quem recebe papéis ativos? Quem é paciente e recebe os efeitos de uma ação como objeto ou beneficiário? Quem é avaliado positiva ou negativamente em relação à dada ação e como isso ocorre? Essas escolhas são socialmente significantes na representação dos atores sociais (grupos, comunidades)? Tentaremos, portanto, investigar questões dessa natureza.

A questão da representação é tanto gramatical quanto sócio-semântica. Isto se explica pela biunicidade da língua, resultando em uma não co-referência exata entre categorias lingüísticas e sociológicas. Um exemplo disso é a representação da agência, ou seja, nem sempre a agência sociológica se realiza através da agência lingüística, resultando assim em uma incongruência entre papéis lingüísticos e sociológicos. Por exemplo, em ‘Ela [a vítima] perdeu a vida’[T 21] e ‘O juiz morreu no hospital’[T 23], as vítimas são acionadas gramaticalmente como agentes dos processos verbais introduzidos por ‘perdeu’ e ‘morreu’ quando na verdade, são sociologicamente pacientes desses processos, pois foram vitimados pelos criminosos, agentes de fato.

Por outro lado, o problema da representação é sócio-semântico porque os significados indexicais são inerentes à cultura em si e não a língua, podendo ser associados a uma semiótica diferente. Um exemplo disso, são as categorias que consideramos importantes socialmente para identificar pessoas (faixa etária, classe social, nível de

escolaridade, profissão, etc). Em ‘A estudante Gabriela Prado Ribeiro, filha única, 14 anos, foi atingida num tiroteio entre bandidos e policiais (...)’ [T 23], podemos observar algumas dessas categorias consideradas importantes para identificar pessoas, a saber, a nomeação pelo nome próprio (Gabriela Prado Ribeiro), a classificação pela ocupação (estudante), a idade (14 anos) e a identidade relacional (filha única).

Deste modo, as realizações ou categorias lingüístico-discursivas que mais se destacam no relato de crimes de morte para identificar vítimas e criminosos são: nomeação, categorização, distribuição de papéis e modalização. É importante ressaltarmos que:

(a) usamos o termo “categorias” num sentido mais abrangente para especificar as categorias analíticas do nosso trabalho citadas anteriormente, como também num sentido mais restrito, significando classificação, ou seja, subtipos da categorização (ex: classe social, opção sexual, política ou religiosa, função ou ocupação profissional, etc);

(b) o elemento centralizador dessas categorias analíticas em nosso estudo é o conceito de “ator social” (Goffman 1998) e não um conceito lingüístico como o de “grupo nominal”, por exemplo.

(c) tanto van Leeuwen (1997) quanto Fairclough (2003) apresentam várias categorias para tratar da representação dos atores sociais; porém, as quatro categorias que elegemos são resultado da maior recorrência em nosso corpus, como amostra do processo de produção das notícias e reportagens sobre crimes de morte.

Com isso procuramos verificar, em termos mais abrangentes, como as práticas sociais que produzem representações se transformam em discursos sobre essas mesmas práticas.

2.1. NOMEAÇÃO

Os atores sociais podem ser representados pelo nome para sinalizar uma identidade única (nomeação), ou em termos de identidades e funções que partilham com outros (categorização), dependendo do papel dos indivíduos ou grupos nas estruturas de poder (van Leeuwen 1997, Fairclough 2003). Ocorre às vezes que a distinção entre nomeação e categorização torna-se difícil. Sobre essa dificuldade de distinção em determinadas situações, falaremos a diante.

Nomear é uma poderosa estratégia ideológica que pode mostrar os diferentes modos pelos quais percebermos e diferenciamos os outros. Em suas reflexões sobre a nomeação como poder simbólico, Bourdieu (1987:142) a considera como um dos modos elementares de diferenciação, de produção e imposição de sentidos (senso comum), de representação objetiva do mundo social.

A imprensa escrita, por sua vez, enquanto aparelho ideológico, não está fora dessa realidade. Nas narrativas noticiosas, a nomeação das vítimas e criminosos torna-se um importante ponto de identificação para o leitor.

Observamos que na representação dos atores sociais pela nomeação, a realização típica se dá através de nomes próprios acrescidos de outras informações consideradas relevantes culturalmente pelo autor na identificação desses atores. Isso é reflexo das práticas sociais nos textos, mostrando que as nomeações quase nunca acontecem sozinhas porque nossa sociedade identifica pessoas e grupos de determinado modo, como vemos nos exemplos abaixo:

Ex 1: ... a fonoaudióloga *Márcia Maria Lopes Coelho Lyra* [T 2]

Ex 2: O líder sem-terra *Gilson de Souza Lima* ...[T 4]

Ex 3: ...Ele e seu comparsa, *Marcelo Melo Gonçalves dos Santos* [T 2]

Ex 4: ...o estudante *Gustavo Napolitano* ... [T 13]

Esse conjunto vasto de informações acrescidas aos nomes próprios são recursos que enriquecem e de certo modo categorizam as identidades sociais dos atores. Muitas vezes ocorre que tais informações podem substituir o nome próprio como forma de referência carregada de significações, sobretudo quando um ator social ocupa uma certa posição ou desempenha determinada função social.

É importante considerar que a substituição do nome próprio por outras formas de nomear, como identificaremos a diante, pode ocorrer ou para chamar atenção para determinado aspecto da identidade social dos atores ou como apenas um modo de progressão referencial no texto para evitar repetições. Contudo, acreditamos que a escolha por determinado tipo de referência, neste caso, o modo como os atores são nomeados, não é uma escolha inocente, mas traz um sentido. Por exemplo, em “a fonoaudióloga *Márcia*

Maria Lopes Coelho Lyra” [T 2], a informação importante é dada quanto à profissão. A vítima não é simplesmente uma mulher, mas uma mulher que tinha uma carreira profissional. Já em “o líder sem-terra *Gilson de Souza Lima ...*”[T 4], a vítima não é apenas mais um trabalhador do campo que foi morto, ele era um líder sem-terra. A escolha por nomeá-lo pela atividade que exercia traz uma conotação política.

Isso nos faz pensar no fato de que a maioria desses recursos outros usados para nomear, tanto nomeiam quanto categorizam os atores sociais, ou seja, eles se fundem e se confundem, com exceção dos nomes próprios e idade.

Deste modo, observamos que os atores sociais podem ser nomeados pela faixa etária, por titulações, por apelidos, por pseudotítulos, pela condição social marginal ou estigmatizada, por generalizações, pelas iniciais dos nomes e pelo grupo social ou corporação a que pertencem.

(i) identificação pela faixa etária

Ex 5: *O garoto* Welson Frazão Serra, 13, foi encontrado morto (...). [T 5]

Ex 6: Na cadeira de rodas, *a velhinha* é sacudida e estapeada (...). [T 12]

Ex 7: *Os rapazes* enjoaram da diversão, andaram algumas quadras (...). [T 17]

No que diz respeito à identificação pela idade ou faixa etária, suspeito que essa valorização está relacionada diretamente à força produtiva ou inserção no mercado de trabalho, numa economia capitalista, que gera desigualdades e exclusão. Crianças, adolescentes e idosos, por exemplo, geralmente são tidos como não produtivos, a não ser nos casos de exploração de mão de obra infantil, mais barata que a adulta. Neste sentido, esta classificação aponta para a distinção de classes pela força produtiva.

Efeitos dessa distinção carregada de estigmas sociais são, por exemplo, o grande número de crianças que vivem nas ruas dos grandes centros urbanos do Brasil em condições de pobreza e abandono, e o desprezo às pessoas idosas que também são vitimadas por familiares ou pessoas do seu convívio, quando não, mal sobrevivem com aposentadorias que não suprem suas necessidades básicas. Um grande avanço neste último aspecto, foi à instituição do Estatuto do Idoso como lei federal neste ano, que tornou

obrigatório um comportamento social que deveria estar naturalmente na consciência e atitude das pessoas: o respeito e cuidado com nossos idosos e idosas.

(ii) identificação por titulações (honorificação, cargos, afiliações, etc)

Ex 8: (...) *o engenheiro* Manfred Albert von Richthofen, 49 anos, *diretor da Dersa, sobrinho-neto do lendário Barão Vermelho*, e sua mulher, *a psiquiatra* Marísia von Richthofen, 50 foram mortos em casa. [T 10]

Ex 9: (...) *o ex-policia*l militar José Lucas Gomes, confessou o crime e revelou o nome do mandante. O homicídio foi encomendado por Adelino Gonçalves, *padre da paróquia local e prefeito de Mariluz*. [T 1]

Quanto aos títulos ou nomeações oficiais, estes se constituem um bem que representa ganhos simbólicos. Especificamente com relação ao título honorífico, nobiliário, escolar e profissional, Bourdieu (1987: 148) considera que estes são capitais simbólicos e sociais, podendo ser até juridicamente garantidos pelo Estado. Segundo ele,

o nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre (...). Ele é aquele que é também reconhecido por uma instância social, ‘universal’, quer dizer, reconhecido por todos. O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (...).

Vale ressaltar que títulos escolares estão estritamente relacionados à retribuição profissional e conseqüentemente, ao reconhecimento social e aceitação em sua sociedade economicamente ativa. É por isso que quando um ator social, sendo jovem e não tendo um cargo ou função profissional já estabelecida em que atue, ele/a é referido como “estudante” ou equivalentes. Essa referência ocorre, principalmente, com relação aos atores pertencentes a uma classe social de prestígio, como nos mostra o exemplo abaixo:

Ex 10: *Universitária*, bonita, nascida em berço privilegiado, Suzanne von Richthofen, 19 anos, *tinha tudo para um futuro promissor* (...) Ela confessou ter planejado e participado do brutal assassinato de seus pais. [T 10]

(iii) identificação por apelidos que acompanham ou não os nomes próprios

Ex 11: O prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, *o Toninho do PT*, (...) [T 3]

Ex 12: O rapper Mauro Mateus dos Santos, 29, *Sabotage*, foi morto (...). [T 18]

Ex 13: A caçada a Elias *Maluco* (...) [T 15]

A nomeação por apelidos foi uma classificação que contrariou nossas expectativas porque esperávamos uma maior ocorrência, principalmente, na referência aos criminosos. Notamos que este tipo de nomeação não é muito comum nos textos noticiosos selecionados. Creio que isso se deve ao perfil dos veículos e dos leitores a que se destinam, uma vez que no relato de crimes em jornais e revistas mais populares, a nomeação por apelidos é mais comum, sobretudo, com relação aos criminosos.

Portanto, há um diferencial no efeito causado pelo uso de apelidos. Em “Toninho do PT” [T 3] e “Sabotage” [T 18] os apelidos, que se referem a vítimas, não tem um sentido pejorativo, mas significam uma atribuição carinhosa ou indicativa de sucesso e carisma profissional. Por outro lado, quando são usados para identificar criminosos, os apelidos ganham outro valor. “Em Elias Maluco” [T 15], por exemplo, “maluco” diz respeito ao comportamento agressivo e violento do criminoso que executava suas vítimas de maneira brutal.

(iv) identificação por pseudotítulos (tal como classifica Bell, citado por van Leeuwen 1997:202).

Ex 14: *Compositor da maioria das músicas da trilha do filme “o Invasor”*, Sabotage foi encontrado caído na calçada. [T 18]

Ex 15: (...) *o mais famoso navegador da atualidade, o grande campeão de iatismo mundial e o ídolo* que chegou a ser condecorado pela rainha da Inglaterra tomou dois tiros pelas costas. [T 6]

Ex 16: Marcelo, *o monstro de Santa Tereza*, foi enterrado (...) [T 2]

No que diz respeito aos pseudotítulos, estes também não são muito freqüentes nos textos. Van Leeuwen (1997:202), fazendo referência a Bell, afirma que os jornalistas da imprensa escrita se apropriam freqüentemente deste recurso. Isto se dá para caracterizar titulações não oficiais ou institucionalizadas, resultantes muitas vezes de avaliações feitas pelo próprio autor ou de avaliações que estariam no senso comum das pessoas, sobretudo quando os atores sociais têm notoriedade.

Em “Compositor da maioria das músicas da trilha do filme ‘o Invasor’” [T 18], na referência ao rapper que foi assassinado, o uso do pseudotítulo é fruto do fato de que o sucesso do filme projetou o músico que era de origem pobre. Deste modo, o pseudotítulo é sinal de mérito ou reconhecimento. O mesmo ocorre na referência a Peter Blake, iatista estrangeiro de fama internacional, que foi assassinado no Brasil, quando o autor se refere a este ator como “o mais famoso navegador da atualidade, o grande campeão de iatismo mundial e o ídolo que chegou a ser condecorado pela rainha da Inglaterra” [T 6]. Contudo, os pseudotítulos associados a Blake parecem trazer uma conotação de incredulidade e indignação maior por sua morte, por causa do status social da vítima. Já em “o monstro de Santa Tereza” [T 2], notamos a carga avaliativa de julgamento e reprovação do autor em relação ao criminoso e seus atos.

(v) identificação pela condição social marginal ou estigmatizada

Ex 17: (...) as ordens emitidas ao final da operação que culminou na morte de *19 sem-terra* em Eldorado dos Carajás (...) [T 9:9]

Ex 18: A idéia era chutar *o mendigo* (...).[T 17:9]

Ex 19: No dia seguinte souberam que *o índio caingangue* (...). [T 17:16]

Quanto à identificação pela condição social marginal ou estigmatizada, notamos que ela ocorre, principalmente, para identificar atores que foram vitimados. Talvez essa forma de nomear relacione o crime e a situação de exclusão em que estas pessoas se encontravam. É o que nos mostram os exemplos “19 sem-terra” [T 9], “o mendigo” [T 17] e “o índio caingangue” [T 17]. Mais uma vez, é importante ressaltar a relação identidade e papel social.

(vi) identificação por generalizações

Ex 20: A polícia investiga o eventual envolvimento de *um desafeto do rapper*. [T 18]

Ex 21: A polícia não tem dúvidas de que o juiz morreu por ordem de *integrantes da teia criminosa que mantém conexões com a máquina estatal do Espírito Santo*. [T 21]

Ex 22: Os investigadores esperam chegar aos *mandantes* nos próximos dias. [T 21]

Sobre a identificação por generalizações, notamos que esta ocorre, principalmente, quando se tem dúvida na identificação precisa dos criminosos. É o caso de “um desafeto do rapper” [T 18], “integrantes da teia criminosa que mantém conexões com a máquina estatal do Espírito Santo” [T 21] e “mandantes” [T 21].

(vii) identificação pelas iniciais dos nomes

Ex 23: (...) e *os menores F.R. e A. M.* continuarão presos. [T 16]

Já na identificação dos atores sociais pelas iniciais dos nomes, ao invés dos nomes próprios, isto só ocorre com relação aos criminosos que são menores de idade, uma vez que a Justiça não permite a exposição nem da imagem nem dos nomes próprios desses personagens, visando proteção e não constrangimento. Essa forma só ocorreu uma vez como nos mostra o exemplo “(...) e os menores F.R. e A. M. continuarão presos” [T 16].

(viii) identificação pela ação criminosa ou tipo de crime

Ex 24: O quebra-cabeça da misteriosa morte do *seqüestrador* Fernando Dutra Pinto (...). [T 7]

Ex 25: *Os assaltantes* foram presos (...). *Esses ratos-d'água*, (...). [T 6]

Ex 26: (...) foi assassinado (...) por *um pistoleiro*. T [11]

Ex 27: Para escapar do cerco, *o traficante* (...) [15]

Uma forma comum de nomeação dos criminosos é a identificação pela ação criminosa ou tipo de crime, tais como em “assaltantes” ou “ratos-d’água” [T 6], “seqüestradores” [T 8], “pistoleiro” [T 11] e “traficante” [15].

Uma curiosidade ocorre no exemplo “O quebra-cabeça da misteriosa morte do *seqüestrador* Fernando Dutra Pinto (...)” [T 7] em que o criminoso passou a ser vítima. Mesmo nessa mudança de categoria, o personagem continuou sendo referido como criminoso, ou seja, “seqüestrador”. Porém, em outro contexto em que o personagem matou sua família e depois cometeu suicídio, em momento algum ele é referido pela ação criminosa, como assassino ou equivalente. Isto se deu pela posição social de prestígio que ocupava, como ilustra o exemplo abaixo:

Ex 28: Na entrada do apartamento dos Wunder, uma cobertura de 500 metros quadrados, quatro suítes, na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta carioca, há uma mensagem religiosa. (...) Na madrugada de terça-feira, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder, 57 anos, assassinou sua mulher e as duas filhas, enquanto dormiam. Paulete Kahane, 48 anos Carolina, 22 anos, e Mariana 14 anos, haviam se deitado após um jantar em família. Wunder matou-as a tiros, num total de dezoito disparos de pistola, quase todos no rosto ou pescoço. (...) Em seguida andou até o banheiro e se suicidou (...) [T 24]

(ix) identificação pelo grupo ou corporação

Ex 29: O herói foi morto (...) por *um grupo de assaltantes* (...). [T 6]

Ex 30: (...) foi abordada pelos *seqüestradores*. Ele não foi levado pelos *bandidos*. [T 8]

Ex 31: Vimos à *polícia* atirando contra *os sem-terra* (...).[T 9]

Ex 32: *Integrante da Scuderie Le Cocq, organização* que age como um *esquadrão da morte* no Estado (...). [T 21]

A identificação pelo grupo ou corporação parece apontar mais para o conflito entre grupos sociais distintos, que são ou institucionalizados (tais como a polícia [T 6]), ou marginalizados (tais como os sem-terra [T 6]), ou contrários à lei e ordem social (bandidos, seqüestradores [T 8], esquadrão da morte [T 21]). O que confere a identidade do grupo são os propósitos comuns em suas ações.

A partir dessa tentativa de organização dos tipos de nomeação que encontramos em nosso *corpus*, tentativa esta que não tem a pretensão de ser rígida ou estanque, notamos que a identificação de vítimas e criminosos ocorre basicamente do mesmo modo. É o caso, por exemplo, da nomeação pelo nome próprio, que parece ser quase absoluta, imprescindível nestas narrativas.

Ocasionalmente, ocorre a ocultação desses nomes nos textos em que outros recursos são usados para nomear como, por exemplo, a nomeação pelo grupo ou organização a que os atores pertencem, pelas iniciais do nome, ou por generalizações na falta de identificação precisa dos atores, principalmente, dos criminosos. Também ocorre que grupos nominais (ex: o comparsa de Militão, o autor dos disparos, etc) podem ser usados para nomear, substituindo o nome próprio ou acrescentando outra informação à constituição da identidade social dos atores sociais.

Algumas distinções nas nomeações de vítimas e criminosos são quanto ao uso de apelidos ou pseudotítulos, que não aparecem com muita frequência, porém, quando usadas causam efeitos de sentido diferentes, e a identificação de criminosos pela ação criminosa ou tipo de crime, ou seja, “seqüestradores” por que são os agentes da ação “seqüestrar”, “assaltantes” relacionados a “assaltar”, e assim por diante.

2.2. CATEGORIZAÇÃO

Como foi dito anteriormente, van Leeuwen (1997:200) define categorização em termos das identidades e funções que os atores sociais partilham com os outros no processo das interações sociais. Podem ser identificados individualmente - ex: a mãe, a vítima - ou enquanto grupos - ex: as mães, as vítimas - (Fairclough 2003:146). As formas como categorizamos nosso mundo social demonstram nosso modo de organização e percepção das coisas bem como o que consideramos como valores desejáveis e indesejáveis em nossa sociedade. Contudo, estas categorias são histórica e culturalmente variáveis. Algumas delas estão necessariamente ligadas aos papéis sociais que desempenhamos em dada situação, não sendo, portanto, fixas ou permanentes. É o caso, por exemplo, do status profissional de um indivíduo que muda na medida em que muda de profissão.

Categorizar ou classificar atores sociais em grupos distintos mostra, basicamente, como uma dada sociedade ou cultura diferencia classes de pessoas, representando, portanto, uma forma de poder e controle social. Bourdieu (1987:142) considera que o trabalho de categorização

faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e mal dizer, da bênção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. Não é por acaso que *katègorein* [termo grego] de que vem nossas categorias e nossos *catègoremas*, significa acusar publicamente.

Diante do exposto, vem o questionamento: temos identidades múltiplas por trás dos papéis múltiplos que desempenhamos, dependendo das interações que travamos, ou nossa identidade é a soma de todos esses papéis que aprendemos a desempenhar socialmente? Apesar de nosso objetivo aqui não ser a resolução deste problema, acreditamos que

identidade social é formada por um feixe de traços distintivos, que constituem a *persona* social, tais como, sexo, opção sexual, profissão, identidade relacional, etc.

Deste modo, a partir da análise do nosso corpus, constatamos que a categorização das vítimas ocorre basicamente por: (i) funcionalização (ocupação, função); (ii) idade; (iii) identidade relacional; (iv) identificação física; (v) classe social; (vi) origem; (vii) papel de gênero social e (viii) religião.

Vejamos exemplos típicos desses tipos de categorização.

(i) funcionalização

Ex 33: Há duas semanas um homem munido de uma pistola 9 milímetros invadiu o escritório *do presidente do diretório local do PPS*, Carlos Alberto de Carvalho, matando-o, e ao *vice-presidente* Aires Domingos. [T 1]

Ex 34: O *engenheiro e economista* Celso Daniel, *um dos políticos* mais populares do PT, tinha 50 anos. [T 8]

Ex 35: O Ministério Público já se prepara para questionar a absolvição do *capitão Lameira*. Na terça-feira 21, será a vez do *major José Maria Pereira de Oliveira* sentar no banco dos réus. Ele deveria ser julgado junto com *Pantoja e Lameira*, mas conseguiu sessão independente, sob o argumento de que estava distante do palco dos acontecimentos. Depois dos oficiais, será a vez de *outros 146 policiais militares* envolvidos no massacre acertarem contas na justiça. [T 9]

Ex 36: Foi um crime horrendo tanto pelo método adotado pelo autor, *o cirurgião plástico* Farah Jorge Farah, de 53 anos, que tem uma clínica de cirurgia plástica num bairro de classe média de São Paulo há vinte anos.[T 19]

Verificamos que a categorização pela ocupação ou função é uma das mais frequentes e realiza-se tipicamente através de substantivos (ex: o engenheiro) ou grupos nominais (ex: o presidente do diretório local do PPS). Isso pode refletir a importância que nossa sociedade dá ao exercício de uma profissão, como um valor indispensável na constituição dos sujeitos sociais podendo indicar por um lado, status social e poder; por outro, pode

trazer uma conotação negativa como, por exemplo, “líder sem-terra”, associado geralmente à atividade ilegal de invasões de propriedades.

Tanto vítimas quanto criminosos são identificados pela ocupação ou função. O curioso é que essa funcionalização pode estar diretamente relacionada à circunstância do crime. Vejamos, por exemplo, alguns trechos do texto 1 (cf anexo com o corpus ampliado)

Um crime político assustou a população ... de Mariluz no interior do Paraná. Há duas semanas, um homem ... invadiu o escritório do presidente do diretório local do PPS..., matando-o, e ao vice-presidente... O autor dos disparos, o ex-policia militar José Lucas ..., confessou o crime e revelou o nome do mandante. O homicídio foi encomendado por Adelino Gonçalves, padre da paróquia local e prefeito de Mariluz. ... Os aliados teriam tentado chantagear o prefeito com fitas de vídeo que comprovariam a pedofilia [do padre prefeito].

O trecho acima evidencia que as vítimas, dois líderes políticos (o presidente e o vice-presidente do PPS), foram mortas por um pistoleiro a mando do adversário político, o prefeito da cidade, que também é o pároco local. A razão para o crime seria a chantagem, certamente motivada por interesses políticos, que as vítimas estariam fazendo contra o prefeito, acusado de pedofilia.

(ii) identificação pela idade

Ex 37: O assassinato do jornalista Tim Lopes, *aos 51 anos de idade*, revelou ao país um novo patamar da barbárie imposta pelos traficantes de drogas. [T 15]

Ex 38: Os empresários da construção civil Joaquim Silva Mendes, *52 anos*,_Joaquim Manoel Pestana da Costa, *49*, Joaquim Fernandes, *57*,_Manoel Joaquim Barros, *55*,_Vitor Manuel Martins, *53*, e Antônio Correia Rodrigues, *42*, foram barbaramente assassinados na mesma noite em que desembarcaram em Fortaleza e enterrados na barraca de Luiz Miguel Militão Guerreiro, *31 anos*, na praia do Futuro. [T 25]

Ex 39: Três pessoas foram presas – entre elas Gilliard Ferreira de Souza, *de 20 anos*, ... [que] atirou no juiz. [T 21]

Ao lado da funcionalização, a idade é um dos recursos mais usados para categorizar tanto as vítimas quanto os criminosos sendo, portanto, outro aspecto importante na representação de identidades sociais nesses relatos.

(iii) identificação relacional

Ex 40: Uma família teve sua casa invadida por criminosos. *Mãe e filha* foram estupradas e esfaqueadas. A mãe, com requintes de selvageria, foi escarpelada e seu rosto desfigurado a golpes de falcão. A menina sobreviveu [T 2]

Ex 41: O prefeito *era casado e tinha uma filha* de 15 anos. [T 3]

Ex 42: Além de Suzane, participaram do crime *seu namorado*, (...) e *o irmão dele*. Suzane disse que matou *os pais* por amor. [T 10]

Ex 43: Na madrugada de terça-feira, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder, 57 anos, assassinou *sua mulher e as duas filhas*, enquanto dormiam. [T 25]

As identificações relacionais também são bastante frequentes no corpus. Estas apresentam os atores em termos de relações pessoais e de parentesco. Realizam-se através de um conjunto de substantivos tais como “mãe”, “filha”, etc. Alguns destes nomes são normalmente possessivados ou por um pronome possessivo (“sua mulher e duas filhas”) ou por um genitivo possessivo (“o irmão dele”) ou ainda através de sintagmas verbais (“O prefeito era casado e tinha uma filha quatro filhos pequenos”).

Através da análise, verificamos que a identificação relacional continua sendo funcionalmente importante em nossa sociedade, como no caso da relação pai/mãe = filhos/filhas. Este aspecto nos dá pistas para algumas considerações:

- (a) as instituições como o casamento, secundam certo “status” ou credibilidade ao indivíduo e a geração de filhos/as, um resultado esperado, “normal” dessa relação;
- (b) as mulheres são mais funcionalizadas como esposas e mães do que como profissionais, que passa a ser uma informação secundária. Isso demonstra o preconceito de gênero ainda vigente em nossa sociedade;
- (c) a identificação relacional pode indicar status social ou, como lembra van Leeuwen (1997:204), nepotismo ou corrupção na esfera das atividades públicas.

(d) em se tratando de crimes de morte, a identificação relacional tem um efeito de choque no leitor/a, sobretudo em se tratando de crimes cometidos por familiares ou pessoas próximas das vítimas. Notamos que crimes que envolvem familiares é um dos temas recorrentes. É o caso, por exemplo, de um filho/a, um pai, um marido, etc que participou do crime ou matou pelas próprias mãos outros membros da família nuclear (pai, mãe, avó, filhas, etc), lembrando o que Fishman (1978) designou de “crime waves” ou ondas de crimes. Certamente, esse elemento causa mais impacto no relato das mortes.

(iv) identificação física

Ex 44: Cristiana, *morena de 1,78 metro*, queria fazer carreira de modelo, mas aos 24 anos, havia conseguido apenas se tornar uma figura popular entre os ricos e famosos da capital mineira. [T 20]

Ex 45: Universitária, *bonita*, nascida em berço privilegiado, Suzane von Richthofen tinha tudo para um futuro promissor. [T 10]

Ex 46: *Forte, de músculos definidos*, Gustavo gostava de praticar esportes, principalmente artes marciais (...) [T 13]

Ex 47: Acredita-se que na primeira incisão, ele tenha feito um longo corte, do pescoço até o púbis, para retirar as víceras e diminuir o peso do cadáver. *Farah é franzino, anda com a ajuda de bengalas*. Sem órgãos internos, o corpo ficou mais leve e pôde ser manuseado com mais facilidade. [T 19]

Segundo van Leeuwen (1997:206), a identificação física representa os atores em termos e características ou atributos físicos que os identificam singularmente em determinado contexto. É certo que tais atributos trazem conotações.

Nos exemplos 1 e 2 acima, esta identificação é feita com base em substantivos que demonstram a cor da pele ou cabelo e sexo (“morena”), altura (“1,78 metro”), avaliação da aparência física (bonita) e idade (24 anos). Subtende-se que a vítima (em 1) e a criminosa (em 2) se encaixam no perfil de mulher considerada esteticamente bonita, sensual e desejada.

É interessante notar que a descrição física antecede a identificação relacional, levando-se a crer que os atributos físicos foram o meio ou condição para a vítima se relacionar com “ricos e famosos da sociedade mineira” (em 1), e são mais uma qualidade que reforça incredulidade ante o fato da personagem ter cometido tal crime (em 2). Não há, portanto, inocência empírica nesta descrição.

Já nos exemplos 3 e 4, a descrição de atributos físicos é dirigida aos personagens masculinos que cometeram crimes. Diferentemente do que ocorre na identificação das vítimas, a descrição física do criminoso é um recurso usado para mostrar um certo poder sobre a vítima, seja pela força física (em 3) ou pelo conhecimento técnico específico (em 4) que foi usado para subjugar-la.

(v) identificação pela classe social

Ex 48: Toninho era popular e se considerava um homem do povo. Resistia ao uso de carro oficial e de seguranças. Apesar de *filho de uma rica e tradicional família de Campinas*, ele preferia caminhar pelas ruas como um cidadão igual aos outros. [T 3]

Ex 49: O perfil de Welson é semelhante ao dos 19 meninos que já foram assassinados e emasculados. Todos eram *pobres*, tinham entre nove e quinze anos e *moravam em área de ocupação irregular*. [T 5]

Ex 50: Os pais dos acusados são *de classe média*. Com os filhos que saíram de Brasília para se divertir na praia agora e estão presos em Porto Seguro, alugaram uma casa na cidade para ter alguém sempre perto deles. [T 16]

Ex 51: *Os três rapazes são de famílias humildes*. Roberto e Almiro têm antecedentes por ameaças, porte ilegal de armas e danos ao patrimônio público. Foram presos e indiciados por homicídio qualificado. [T 17]

Ex 52: *Na entrada do apartamento dos Wunder, uma cobertura de 500 metros quadrados, quatro suítes, na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta carioca, há uma mensagem religiosa.* (...) Na semana passada, esse ambiente foi palco de um extermínio brutal. Na madrugada de terça-feira, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder (...) assassinou sua mulher e as duas filhas (...) [T 24]

Classe social é uma categorização extremamente excludente, que dependendo da origem do indivíduo, pode se tornar estigmatizada em nossa sociedade, uma vez que ainda lhe são agregados certos valores, do tipo ser pobre é ruim, é ter uma inclinação “natural” à marginalidade, é não ter cultura, etc, enquanto que ser rico, é ser bom, ter status, reconhecimento, acesso aos bens de consumo, etc. No contexto de crimes, quando esse elemento não está explícito, como nos exemplos acima, pode ser inferido a partir de outros recursos, tais como, a categorização pela ocupação ou função profissional, por exemplo, o cargo de “juiz”.

Geralmente, no senso comum, os criminosos são vistos como pertencentes a classes sociais menos privilegiadas. Contudo, nos veículos analisados, os crimes selecionados envolvem, na maioria, pessoas influentes, ricas, de destaque social, que atuam no papel de vítimas ou criminosos. Quando vítimas, esses atores causam certa comoção pelo fato de serem quem são. Quando criminosos, o “sentimento” causado é de incredulidade. Talvez pela sensação de “ineditismo” é que os veículos selecionados preferiram noticiar crimes envolvendo essa categoria de pessoas. É o caso dos exemplos 1, em que a vítima é um prefeito conhecido, vindo de família rica e tradicional, e 2, em que o criminoso e as vítimas são pessoas ricas, de prestígio social.

Poucos dos crimes analisados foram cometidos por populares. Suspeito que noticiar esses crimes tenha algum valor simbólico, como é o caso do assassinato do índio caingangue no texto 17, pelo fato de mais um índio, “símbolo nacional” (?) ter sido assassinado, ou para se confirmar a imagem dos criminosos como oriundos de classes sociais menos privilegiadas, como nos textos 2 e 3.

(vi) identificação pelo papel de gênero sexual

Ex 53: Luciana aparecida Vieira Pinto tinha 92 anos, era professora aposentada, *possuía filhos e netos* e vivia sozinha, escoltada por três empregadas contratadas pela família bem de vida de São José do Rio preto, no interior paulista. [T 12]

Ex 54: Na sexta-feira 24, ele [Farah] trabalhou até seis horas da tarde. Depois que sua secretária e também o último paciente do dia tinham saído, o interfone tocou. Era sua *ex-amante*, a dona-de-casa Maria do Carmo Alves de 46 anos. [T 19]

Ex 55: Na madrugada de terça-feira, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder, 57 anos, assassinou *sua mulher e as duas filhas*, enquanto dormiam. [T 24]

Essa classificação chama atenção especial para o papel social da mulher e como é representada na mídia impressa. Geralmente, os personagens femininos são descritos mais em termos de sua vida privada, ou seja, pelo papel sexual (“mulher de”, “ex-amante”) ou funcional (“mãe”) apontando para relações de família, especialmente no seu relacionamento com um homem, do que em termos do seu papel profissional ou vida pública. Isso demonstra que a mídia impressa, como um instrumento de reprodução cultural envolvida com estruturas de poder, reflete valores sobre o mundo. Esses valores continuam refletindo e reproduzindo preconceitos e estereótipos sociais enquanto construções cognitivas naturalizadas na sociedade. Deste modo, o personagem masculino continua tendo destaque, evidência.

Na análise do corpus, dos 25 crimes abordados, mulheres são vitimadas em 09 textos, enquanto em 2, elas são criminosas. Por outro lado, homens são vítimas em 15, e criminosos explícitos ou subtendidos em 24. Essa proporção dá, portanto, mais evidência aos atores masculinos. Contudo, o que podemos inferir desses números? Acredito que esses números não representam a realidade em que muitas mulheres são vitimadas e sofrem vários tipos de violência. Será que a escolha dos crimes em que as vítimas ou até mesmo criminosos são atores masculinos não perpetua e legitima o status quo, em que homens estão ligados a estruturas de poder, inclusive o poder de representação na mídia impressa, enquanto as mulheres continuam com um acesso mais restrito às estruturas de poder e menos representatividade?

O fato é que homens e mulheres são tratados lingüisticamente como categorias diferentes nas notícias, e isso não muda no relato de crimes de morte, refletindo assim, como a sociedade trata os gêneros sexuais. Como aponta Coulthard (1997:101), ignorar a reprodução assimétrica de poder entre os gêneros nas notícias tende a reforçar os estereótipos. Por outro lado, a consciência desta assimetria permitirá mudar as práticas discriminatórias a que somos expostos diariamente, inclusive nos textos noticiosos.

(vii) identificação pela religião

Ex 56: Com muitos clientes, o médico trabalhava seis dias por semana. *Descansava aos sábados em função de sua religião.* [T 19]

A classificação pela religião é um dado incomum na identificação dos atores sociais, especialmente, de criminosos. Talvez essa referência seja uma tentativa de abrandar a identidade social do criminoso suscitando incredulidade diante do fato de uma pessoa religiosa cometer homicídio.

Em suma, pudemos perceber que basicamente, vítimas e criminosos são representados em termos das mesmas categorias. Em destaque ou grau de importância estão as classificações por ocupação ou cargo profissional, identidade relacional e idade ou faixa etária.

Um caso problemático é quando categorização e nomeação se misturam. Vejamos os textos a seguir:

Ex 57: T 14

Folha de São Paulo
14/12/02
Cotidiano

Justiça: Acusado foi considerado culpado pelos 24 desembargadores que votaram; pena é de 13 anos e meio de reclusão.
Juiz é condenado por homicídio da mulher

Pela primeira vez na história do Estado de São Paulo, um juiz foi condenado por homicídio e saiu preso do Tribunal de Justiça. Ele está detido na cavalaria da PM.

Após sete horas de sessão de julgamento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça – formado pelos 25 desembargadores mais antigos – declarou Marco Antônio Tavares, 47, juiz presidente do Tribunal do Júri de Jacareí (75 km de São Paulo), culpado pela morte da mulher, Marlene Aparecida Moraes. A pena foi fixada em 13 anos e meio de reclusão, além da perda do cargo de juiz.

Por unanimidade, todos os 24 desembargadores votantes se convenceram de que Tavares atirou duas vezes na mulher e raspou – utilizando produtos químicos – as digitais, para dificultar a identificação do corpo.

Segundo Tânia Lis Tizzoni Nogueira, advogada de defesa, Tavares recebeu a decisão “com grande surpresa”. A defesa alega que o juiz é inocente e vai recorrer.

Não houve consenso na hora de quantificar a pena, e a decisão foi tomada pela maioria: 13 votaram pelos 13 anos e meio, nove por 16 anos, e dois por 18 anos.

A sessão foi conduzida pelo presidente do TJ, Sérgio Nigro Conceição, que só vota quando há empate.

Marlene foi encontrada morta no dia 30 de agosto de 97, na rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123), que liga Campos do Jordão a

Taubaté. Embora o crime tenha acontecido oito dias antes, o corpo estava em avançado estado de decomposição. Por isso precisou ser reconhecido pelas roupas, jóias, esmalte nas unhas e arcada dentária.

As suspeitas recaíram sobre Tavares, que, mesmo separado de Marlene, a teria convidado para sair, levando-a ao local do crime. Testemunhas ouvidas no decorrer do processo disseram que Tavares comprou luvas de borracha em um supermercado no dia do crime – o tribunal concluiu que, com as luvas, o juiz manipulou o produto usado para eliminar as digitais de Marlene.

Por ser juiz, Tavares tem direito a foro privilegiado – o que significa ser julgado diretamente pelo órgão colegiado de segunda instância. Ele foi o segundo magistrado acusado de homicídio no Brasil. O primeiro foi um desembargador do Maranhão em 1873.

O julgamento começou às 9h e terminou às 16h, com um intervalo de 30 minutos. Na acusação e na defesa, as sustentações foram feitas por mulheres.

Pelo Ministério Público falou a procuradora de Justiça designada, Valderez

Deusdedit Abbud, que teve na platéia a presença do marido, o ex-secretário da segurança do estado Marco Vinício Petrelluzzi. Tavares foi apresentado como “frio”, “arrogante”, e “homem que muitas vezes agrediu a mulher”. A acusação afirmou que era estranho o comportamento do réu, que não foi reconhecer o corpo e que teria começado a falar da mulher no passado antes mesmo da certeza da morte.

Tânia Liz, advogada de defesa, disse que o juiz foi vítima de desafetos que quiseram prejudicá-lo durante o inquérito policial. Afirmou ainda que o corpo encontrado não era o de Marlene, que poderia estar viva, e ressaltou que o juiz compareceu a todos os atos do processo.

Segundo a procuradora, Marlene, que amava os filhos e o marido, jamais desapareceria.

Quando foi anunciada a condenação, a irmã e a vizinha de Marlene, testemunhas do processo, abraçaram-se no plenário. “Estou muito feliz. Podia ter sido mais [tempo de prisão], mas ele perdeu o cargo, a coisa que mais importante para ele”, disse a irmã da vítima, Marli Moraes, 40.

O foco da matéria recai sobre o criminoso por causa do cargo que ele ocupa e o que representa diante da sociedade (valor simbólico e institucional): ele é um juiz que presidia o Tribunal do Júri de Jacareí (São Paulo). O lead e o sub-lead da matéria já chamam a atenção do/a leitor/a sobre este fato:

Lead: Pela primeira vez na história do Estado de São Paulo, um juiz foi condenado por homicídio e saiu preso do Tribunal de Justiça. Ele está detido na cavalaria da PM.

Sub-lead: Após sete horas de sessão de julgamento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça - formado pelos 25 desembargadores mais antigos – declarou Marco Antônio Tavares, 47, juiz presidente do Tribunal do Júri de Jacareí (...), culpado pela morte da mulher, Marlene Aparecida Moraes. A pena foi fixada em 13 anos de reclusão, além da perda do cargo de juiz.

A nomeação é feita com nome próprio mais título honorífico/profissional e idade: “Marco Antônio Tavares, 47, juiz presidente do Tribunal do Júri de Jacareí.” O escritor prefere referir-se ao criminoso pelo título e não pelo nome: “juiz” ou “magistrado” ocorre 8

vezes em detrimento do nome próprio (5), réu (1) e marido (1). Isto ocorre por que “juiz” é um nome de prestígio que passou a ser uma nomeação oficial de uma identidade oficial reconhecida institucionalmente.

Vale salientar que os títulos são organizados hierarquicamente, distinguindo grupos profissionais que possuem (ou não!) vantagens materiais e simbólicas, legitimadas por práticas sócio-discursivas. O trecho “Por ser juiz, Tavares tem direito a foro privilegiado - o que significa ser julgado diretamente pelo órgão colegiado de segunda instância (...)” [61] é um exemplo de como isso ocorre, ou seja, o juiz é julgado não pelo júri popular, como outros criminosos, mas seu cargo lhe permite um júri especial, formado por outros magistrados.

Contudo, que efeito de sentido teria essa nomeação?

É de certo modo irônico, condenar um juiz por que juizes representam a lei. A ênfase no título honorífico chama a atenção para o fato de que um juiz foi condenado, estabelecendo a relação juiz-criminoso, e mostrando que uma figura pública de tal prestígio também não está acima da lei. A lei que representa também pode condená-lo. Isso, de certo modo, conquistaria a simpatia do público leitor ao colocar o juiz no mesmo patamar de um cidadão comum que é julgado pelos seus atos, ao passo que sacia o senso coletivo de justiça.

Por outro lado, outras relações representadas no texto produzem outro sentido, ou seja, nem todas as sentenças fazem a relação juiz-criminoso.

Ex 58: Por unanimidade, todos os 24 desembargadores votantes se convenceram que *Tavares* atirou duas vezes na mulher e raspou (...) as digitais dela para dificultar a identificação do corpo.

Ex 59: (...) A defesa alega que *o juiz* é inocente.

Ex 60: *Tavares* foi apresentado como “frio”, “arrogante” e “homem que muitas vezes agredia a mulher”.

Ex 61: Tânia Lis Tizzoni Nogueira, advogada do réu, disse que *o juiz* foi vítima de desafetos que quiseram prejudica-lo durante o inquérito policial (...) e ressaltou que *o juiz* compareceu a todos os atos do processo.

Nos exemplos acima o criminoso é nomeado pelo nome próprio “Tavares” que é introduzido como agente pelas formas verbais “atirou” e “raspou”. Aqui o sujeito é um nome comum como qualquer outro cidadão associado a ações com valor negativo. O mesmo ocorre no exemplo 60, para descrever a identidade do criminoso como “frio”, “arrogante” e “homem que muitas vezes agredia a mulher” por outro participante discursivo. Ou seja, nestes casos, “Tavares” e não “o juiz” é representado negativamente. Tal escolha talvez denote uma tentativa de abrandar a identidade institucional do criminoso, representante de um grupo que tem acesso ao poder.

Nos exemplos 59 e 61, “juiz” é relacionado a atributos como “inocente” e “vítima” bem como a ações positivas, como por exemplo, a ação introduzida pelo verbo “compareceu”. Tais exemplos reforçam ou argumentam a favor de uma classe institucionalmente constituída como portadores da verdade ou acima de qualquer erro ou crime. Ideologicamente, essa imagem é reforçada já no lead da notícia, quando o escritor introduz o fato a ser noticiado com a expressão “pela primeira vez na história do Estado de São Paulo” chamando atenção para o ineditismo do caso.

Em nomeações desse tipo, não há como distinguir um limite entre nomear e categorizar, pois “juiz” tanto nomeia quanto categoriza o criminoso.

Um outro caso que nos chamou atenção não só porque nomeação e categorização são indistintas, mas também pelo fato da nomeação dos criminosos está diretamente relacionada às estruturas de poder institucionalizado sendo determinadas pelos papéis exercidos. Essa relação com o poder institucionalizado teria facilitado o abuso de poder resultando na morte sumária de várias pessoas.

Ex 62: T 9

Revista Isto É
22/05/2002
Justiça

PENA DURA SEM CADEIA
Coronel Pantoja é condenado a 228 anos de prisão por massacre de 19 sem-terra, mas vai recorrer em liberdade.

“Ninguém viu nada. Todos calados”, determinou o coronel da Polícia Militar Mário Colares Pantoja ao entrar no ônibus da viação Transbrasileira que transportava sua tropa: “Missão cumprida”. Seis anos e 30 dias depois, as ordens emitidas ao final da operação que culminou com a morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, revelaram-se inócuas. Até a estratégia passa-borracha, que o

oficial atualmente renega, foi relembrada na semana passada pelo motorista de ônibus, Pedro Alípio da Silva, durante a primeira sessão de julgamento do massacre. Comandante da operação que visava liberar trecho de uma estrada ocupada por mais de mil sem-terra, o coronel Pantoja acabou condenado a 228 anos de prisão, 12 anos para cada um dos 19 homicídios. Ele acompanhou impassível a leitura da sentença. Embora esteja na reserva, usou uma viatura da Polícia Militar para deixar o tribunal, pouco antes do amanhecer da quinta-feira 16.

No carro oficial, Pantoja estava acompanhado pelo capitão Raimundo Almendra Lameira, seu auxiliar no comando da operação, que foi absolvido pelo mesmo júri. Desde o começo da sessão, na manhã da terça-feira 14, o coronel e seus advogados tentaram responsabilizar o governador Almir Gabriel (PSDB) pelo massacre. “O governador mandou desobstruir a pista da rodovia a qualquer custo”, garantiram. Um dos advogados do oficial, Roberto Lauria, argumentou que, em Eldorado dos Carajás, o papel do comandante Pantoja era fictício. “Ele não comandava nada”, disse Lauria. “É uma vergonha o governo do Estado não estar neste processo”. Em 1999, no entanto, o próprio Almir Gabriel teve de discorrer sobre sua participação no episódio. Em depoimento prestado à Justiça, assegurou que o responsável pela liberação da estrada era o coronel Pantoja. Na ocasião, o governador ressaltou que a PM sempre teve autonomia para conduzir as negociações com o MST.

Na tarde em que PMs e sem-terra se enfrentaram em condições desiguais não se registrou tentativa de negociação. Na batalha travada pelos peritos que atuaram no caso também foram raros os pontos convergentes. Convocado pelo Ministério Público, o perito Ricardo Molina a única fita de vídeo gravada durante o confronto pela TV Parauapebas, afiliada do SBT no Pará. Seu laudo, revelado a ISTO É em setembro de 2000, identificou imagens impossíveis de se observar numa exibição usual, pois cada segundo da fita foi desdobrado em 33 frames ou cenas. “Há fortes evidências de que aconteceram tiros em direção dos sem-terra com intenção de matar ou ferir”, concluiu Molina. No laudo, ele ainda demonstrava que o primeiro disparo foi feito por um PM e havia pelo menos um ferido antes do revide dos sem-terra. O cineasta Osvaldo Araújo,

que registrou as imagens, deu informações que reforçaram a análise de Molina. “Vimos a polícia atirando contra os sem-terra, mas não vimos os trabalhadores atingindo a PM”, declarou Araújo no tribunal.

Considerado pela acusação uma das peças principais do processo, o laudo de Molina e o do próprio perito foram questionados pela defesa de Pantoja. “É um laudo feito de encomenda pelo Ministério Público”, declarou o advogado Américo Leal. A Pantoja e seus advogados interessavam mais as análises do médico legista Fortunato Badan Palhares, o mesmo que concluiu que PC Farias, caixa da campanha do ex-presidente Collor havia sido vítima de um crime passional. Convocado pela Secretaria de Segurança do Pará, Badan preparou dois trabalhos com base nos laudos dos 19 cadáveres dos sem-terra, feitos por peritos do Estado. “O governo do Pará desejava mostrar que não tinha nada a esconder”, lembra o diretor do Instituto de Criminalística, Joaquim Araújo. Badan concluiu que, “se tivesse intenção de matar, centenas de pessoas teriam sido mortas”. No parecer, ele também ressalta o fato de os sem-terra terem sido vítimas de armas brancas, cortantes, “não usadas pelas forças policiais”. No julgamento, soube-se que, pelo menos, 60 policiais de Parauapebas – que participaram do confronto – usam habitualmente armas brancas por pertencerem a um pelotão florestal.

O MST, que considera o julgamento uma farsa, decidiu só se manifestar no final do processo. “Infelizmente, a Justiça do Pará não tem credibilidade”, aponta o frei Henri Des Rosiers, que é advogado e integra a Comissão Pastoral da Terra. “Nos últimos 30 anos, 714 pessoas morreram por causa dos conflitos de terra no Estado e só duas pessoas foram condenadas”, afirmou. Pantoja recebeu uma condenação pesada, mas continua fora das grades. Como é réu primário, tem o direito de recorrer em liberdade. O ministério Público já se prepara para questionar a absolvição do capitão Lameira. Na terça-feira 21, será a vez do major José Maria Pereira sentar no banco dos réus. Ele deveria ser julgado junto com Pantoja e Lameira, mas não conseguiu sessão independente, sob o argumento de que estava distante do palco dos acontecimentos. Depois dos oficiais, será a vez de outros 146 policiais militares envolvidos no massacre acertarem suas contas na Justiça.

A reportagem trata da possibilidade do Coronel Pantoja, condenado pela morte de 19 pessoas, sem-terra, recorrer em liberdade. O título e sub-título da matéria “Pena dura sem cadeia – Coronel Pantoja é condenado a 228 anos de prisão por massacre de 19 sem-terra, mas vai recorrer em liberdade” já demonstram o posicionamento da autora do texto sobre o fato: reprovação e insatisfação.

O texto nos mostra o confronto entre grupos distintos: de um lado a polícia, liderada pelo Coronel Pantoja que representa a “força” da lei e interesses dos que detêm o poder na sociedade. Do outro lado do confronto, está um grupo de pessoas marginalizadas, em protesto por justiça social na questão agrária.

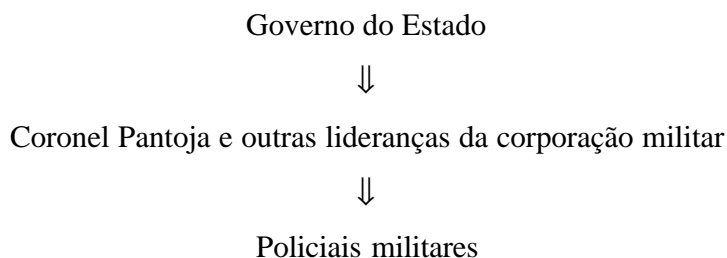
Ex 63: *Comandante da operação* que visava liberar trecho de uma estrada ocupada por mais de mil sem-terra, *o coronel Pantoja* acabou condenado a 228 anos de prisão, 12 anos para cada um dos 19 homicídios.

Ex 64: Pantoja e seus advogados tentaram responsabilizar *o governador Almir Gabriel* (PSDB) pelo massacre. “O governador mandou desobstruir a pista da rodovia a qualquer custo”, garantiram.

Ex 65: O Ministério Público já se prepara para questionar a absolvição do *capitão Lameira*. Na terça-feira 21, será a vez do *major José Maria Pereira de Oliveira* sentar no banco dos réus. Ele deveria ser julgado junto com *Pantoja e Lameira*, mas conseguiu sessão independente, sob o argumento de que estava distante do palco dos acontecimentos. Depois dos oficiais, será a vez de *outros 146 policiais militares* envolvidos no massacre acertarem contas na justiça.

A nomeação / categorização destes personagens se dá pela ocupação ou cargo público + nome próprio “coronel Pantoja” também “comandante da operação”; o “governador Almir Gabriel” + legenda do partido a que é filiado “PMDB”; “os policiais militares” ou instituição que representam, a saber, “a polícia” ou “PM”. Isto nos mostra que tais nomeações e/ou categorizações estão relacionadas aos papéis de poder representados pelos atores sociais.

Os trechos acima mostram que vários personagens são responsabilizados direta e indiretamente pelos 19 homicídios e estão em ordem hierárquica.



É interessante como estes atores tentam culpar uns aos outros pelo crime. O que está caracterizado é o “jogo” de poder entre autoridades públicas que tentam se dirimir da responsabilidade pelas mortes. Neste caso, o recurso para atribuir mais poder ao outro é acionar esse outro como agente de verbos que denotam poder de ação. É o caso, por exemplo, de “o governador *mandou desobstruir* a pista da rodovia a qualquer custo”.

O ator social “coronel Pantoja” é acionado como agente de processos representados por formas verbais tais como “determinou”, “emitidas”, “visava liberar trecho”, etc que denotam exercício de poder sobre outras pessoas, apesar de que em “ordens emitidas” e “comandante da operação que visava liberar trecho”, a referência direta é a “ordens” e “operação”. O uso da nominalização, no primeiro, e a substituição de um sujeito humano por uma ação abstrata no segundo, suavizam a responsabilidade da ação do agente humano.

Ex 66: Na tarde em que sem-terra e PMs *se enfrentaram* em condições desiguais *não se registrou tentativa* de negociação.

Ex 67: No parecer, ele [o médico legista Fortunato Badan] ressalta o fato de *os sem-terra terem sido vítimas de armas brancas, cortantes, ‘não usadas pelas forças policiais’*. No julgamento, soube-se que, pelo menos, *60 policiais* de Parauapebas – que participaram do confronto – *usam habitualmente armas brancas* por pertencerem a um pelotão florestal.

Os exemplos acima mostram a situação em que se deflagrou o conflito, atribuindo toda ação violenta à polícia que não tentou negociar com os manifestantes do MST, e não lhes deu chance de defesa ao usar armas. Vemos, portanto, o reflexo da idéia da ação policial que vem desde o período da ditadura militar no país, que batia primeiro para perguntar depois. Aqui os sem-terra são reconhecidos de fato como vítimas.

Ex 68: O MST, que considera o julgamento [de Pantoja] uma farsa, decidiu se manifestar no final do processo. ‘Infelizmente a justiça no Pará não tem credibilidade’, aponta o Frei Henri Des Rosiers, que é advogado e integra a Comissão Pastoral da Terra. ‘Nos últimos 30 anos, 714 pessoas morreram por causa de conflitos de terra no Estado e só duas foram condenadas’, afirmou. Pantoja recebeu uma condenação pesada, mas continua fora das grades. Como é réu primário, tem direito de recorrer em liberdade.

No exemplo acima vemos ainda a representação de dois outros participantes discursivos, o MST e um advogado da Comissão Pastoral da Terra, que na luta pela inclusão e cidadania desse grupo de excluídos, denunciam a inclinação do poder público, ou melhor, da Justiça em beneficiar aqueles que detêm o poder. Este posicionamento se manifesta neste caso através da contradição moral (!) em que se encontra o criminoso – ele recebeu uma “condenação pesada” mas “continua fora das grades” e da associação “réu primário” com “direito a recorrer em liberdade” que se opõe a “pessoas que morreram” nestes conflitos.

A partir do exposto, pudemos verificar que, geralmente, a nomeação e a categorização estão relacionadas aos papéis desempenhados nas interações e podem refletir assimetria de poder. Passemos agora à verificação de como se dá a atribuição de papéis de vítimas e criminosos nos relatos de crime.

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE PAPÉIS

Considerar os papéis desempenhados em representações pelos atores sociais é um aspecto bastante significativo no trabalho de lingüistas críticos, tais como van Leeuwen (1997), Fairclough (1989), (2003), dentre outros. Ou o ator social é agente nos processos ou ele é paciente desses processos. O ator social é agente quando desempenha uma determinada ação ou ainda quando faz coisas acontecerem. Por outro lado, paciente é aquele que sofre os efeitos ou é a finalidade desses processos. Necessariamente, o agente age ou exerce alguma influência sobre o paciente.

Como nos referimos anteriormente (capítulo 1 item 3), a relevância do estudo da atribuição de papéis nas representações se dá pelo fato de que pode haver discrepância ou

incongruência entre os papéis gramaticais desempenhados textualmente e os papéis sociais desempenhados nas práticas em que estes atores se situam. Segundo van Leeuwen (1997:187), tais representações podem deliberar quem receberá papel ativo ou passivo, podendo até redimensionar as relações sociais. Deste modo, a atribuição de papéis é ideologicamente significativa.

Ex 69: [Os criminosos] perguntaram a Márcia com quem ela queria ficar presa no quarto. Ela *escolheu* a filha de 13 anos. [T 2]

Ex 70: O médico-legista que examinou o corpo informa que o mais famoso navegador da atualidade, o grande campeão de iatismo mundial e o ídolo que chegou a ser condecorado pela rainha da Inglaterra *tomou dois tiros pelas costas*. [T 6]

Ex 71: Fernando *recebia surras* de cano, que era enrolado numa toalha molhada para evitar o aparecimento de hematomas em seu corpo. [T 7]

Ex 72: No andar superior, deitada na cama, Vera Kuhn, morta, *exibia* um corte profundo na garganta (...) e três perfurações no tórax. [T 13]

Ex 73: Ele [a vítima] foi levado ao Hospital São Paulo, mas *não resistiu e morreu* às 11h25 de ontem. [T 18]

Os exemplos acima tipificam a incongruência entre papéis sociais e papéis gramaticais que os atores podem desempenhar na representação textual. Gramaticalmente, as vítimas, em cada situação, são sujeitos ou agentes gramaticais dos processos representados, tais como “escolheu”, “tomou”, “recebia”, etc pela posição que ocupam ao nível da sentença; só que na verdade, a prática social revela que esses atores estão sujeitos ou submetidos ao poder de ação dos outros participantes, ou seja, os criminosos. Desse modo, as vítimas são pacientes porque recebem, sofrem os resultados ou efeitos dos processos representados, marcando assim, a discrepância entre representação textual e a realidade dos fatos.

No mesmo pensamento, Fairclough (2003:150) afirma que o significado da ativação e passivação é bastante transparente, isto é, o que se acentua quando atores sociais são ativados em uma circunstância ou processo é a sua capacidade de exercer uma ação agentiva, como também fazer com que as coisas aconteçam ou até mesmo poder de

controlar pessoas. Por outro lado, quando passivados, o que se acentua nos atores sociais é a sujeição aos processos, sendo, portanto, afetados ou sofrendo os resultados das ações dos outros.

Na circunstância dos crimes, as vítimas são os atores sociais que estão submetidos à ação violenta dos criminosos exercendo assim, papéis sociais passivos na representação da mídia. Os criminosos, por outro lado, são os atores sociais que exercem ou ocupam uma posição de poder e controle neste tipo de interação, poder este sobre a vida de outras pessoas. Logo, há uma assimetria total de poder entre essas duas categorias de atores sociais.

As escolhas que o autor do texto faz para representar os processos e participantes, escolhas estas codificadas nas formas gramaticais da língua, são inúmeras e revelam uma percepção do mundo social em termos inclusive de identidades sociais. Tanto van Leeuwen quanto Fairclough reconhecem que essa representação pode ocorrer de vários modos disponibilizados pela gramática, por isso vamos nos limitar aos processos verbais e participantes (agente e paciente), uma vez que estão em maior evidência no corpus.

Quem aparece nas sentenças ativas e nas passivas? Há clareza ou encobrimento da agência? Há o uso de nominalizações e no que isso implica? São questões dessa natureza que tentaremos abranger em nossa análise para tentarmos compreender como se dá a distribuição de papéis nos textos.

Vejamos no texto a seguir, como se dá a representação típica desses atores no que diz respeito à distribuição de papéis.

Folha de São Paulo
10/10/01
Violência

MAIS UM GAROTO É MORTO E VIOLENTADO NO MARANHÃO

É o 20º caso de menino encontrado sem os órgãos sexuais no Estado. OAB processa Brasil em razão dos assassinatos

O garoto Welson Frazão Serra, 13, foi encontrado morto e sem órgãos genitais anteontem em uma área de um sítio desabitado em São Luiz (MA). Foi o vigésimo caso semelhante registrado no Estado desde 1991.

Welson foi violentado, emasculado, teve um dedo da mão direita cortado e ainda foi asfixiado, segundo peritos do Instituto de Criminalística. A perícia achou terra nos pulmões, no nariz e na boca do menino. Ele estava desaparecido desde à tarde de domingo. O perfil de Welson é semelhante ao dos 19 meninos que já foram assassinados e emasculados. Todos eram pobres, tinham entre nove e quinze anos e moravam em área de ocupação irregular.

OEA - A morte de Welson deve merecer atenção internacional, já que no último dia 27 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) anunciou que está processando o Brasil em razão dos assassinatos dos garotos maranhenses. Nenhum crime foi elucidado e ninguém foi punido. A OEA só age quando a Justiça local não resolve o problema.

O corpo de Welson foi encontrado pelo irmão Wilson Diniz Serra, de 15 anos. A vítima estava deitada de bruços, coberta por palhas de coqueiro. Não havia sangue no local, o que pode indicar que ele foi morto em outro local e arrastado para o sítio. Foram presos dois suspeitos que seriam vigias da região. Os nomes não foram divulgados. A suposição de rituais de magia negra chegou a ser cogitada pelos parentes de Welson que são evangélicos. Outra hipótese levantada é a de que o menino teria sido atacado por um maníaco sexual, que poderia ter enfiado seu rosto na terra antes ou depois da violação. Então teria cortado os órgãos genitais para desviar a investigação.

O crime relatado trata do assassinato de mais um garoto em na cidade de São Luiz, no Maranhão.

Ex 75: O garoto Welson Frazão Serra, 13, *foi encontrado morto* e sem os órgãos genitais.

Ex 76: O perfil de Welson é semelhante ao dos 19 meninos que já *foram assassinados e emasculados*.

Ex 77: Welson *foi violentado, emasculado, teve o dedo da mão direita cortada* e ainda *foi asfixiado*.

Ex 78: Outra hipótese levantada é de o menino *ter sido atacado* por um maníaco sexual

Os processos que configuram ações podem aparecer na forma de sentenças ativas ou passivas. Nos exemplos acima, a predominância é de sentenças na voz passiva em que a agência é apagada. Deste modo, os enunciados apresentam apenas um participante, a vítima. Isto caracteriza um tipo de ação, ou seja, uma sentença passiva sem agente, que torna obscura ou encoberta a agência ou causalidade responsáveis pela ação. Essa escolha representacional dá destaque ao paciente, no caso, à vítima, apesar da natureza violenta do crime.

Apenas no último exemplo, a sentença passiva esclarece quem é o agente da ação - “um maníaco sexual” - que na verdade, continua encoberto pela referência imprecisa, que se infere pelo tipo de violência empregada: o agente não só matou, como também emasculou a vítima.

É interessante notar que apesar do autor representar os processos verbais preferencialmente na voz passiva, apagando o agente pelo fato de ainda não se ter certeza de quem é (ou quem são), essa representação dá pistas para a construção do *ethos* do criminoso: o criminoso tem comportamento extremamente desumano e suas ações violentas mostram tratar-se de um agente cruel, frio e sádico – ele violentou, matou e emasculou a vítima. Também aparenta possuir algum tipo de distúrbio emocional/sexual, sendo possivelmente um “maníaco sexual”. Outro traço da identidade deste criminoso é uma possível crença religiosa – ele decepou partes do corpo da vítima. Esta última pressuposição é evidenciada no texto pela voz dos parentes da vítima, caracterizando seu *ethos* religioso: “a suposição de rituais de magia negra chegou a ser cogitada pelos parentes de Welson, que são evangélicos”.

Diante do exposto, podemos concluir que na atribuição de papéis, o autor, mesmo focalizando a vítima, atribui a esta um papel passivo, tanto gramaticalmente – pelo uso de

estruturas verbais passivas – quanto sociologicamente – ao colocá-lo como finalidade das ações criminosas. A posição na interação deste ator é de total submissão e falta de poder. Já o criminoso, apesar da pouca evidência no texto, sociologicamente, é o ator agente dos processos verbais em que a vítima é acionada como agente gramatical, havendo, portanto, incongruência de papéis. Os criminosos exercem total poder, através da violência física na interação.

Podemos concluir que a opção pela forma verbal passiva evidencia que:

(i) o foco recai sobre a vítima em si ou sobre a ação da qual ela foi paciente. Em relação ao segundo aspecto, o uso da forma passiva cria o efeito de horror ou choque diante da brutalidade ou violência da ação.

(ii) algumas vezes há o encobrimento total do agente ou criminoso, ou porque não se tem clareza de quem praticou o crime ou por que não se tem interesse em evidenciar este agente.

Seguindo na análise do corpus, verificamos que outro aspecto nos dá subsídios para compreendermos uma tendência seguida pelos autores dos textos noticiosos na representação das vítimas em termos lingüístico-discursivos. Ocorre que as vítimas são acionadas como agentes gramaticais em precisamente duas situações: (a) na tentativa de se explicar a possível razão que motivaria os crimes de morte e (b) na descrição da rotina de vida pessoal desses atores.

Na situação (a), a ativação ocorre mais freqüentemente através de processos verbais, nominalizações e ações indiretas ou pressupostas.

(i) processos verbais

Ex 79: Ao *assumir* em Janeiro, o prefeito [Toninho do PT] *extinguiu* cargos de confiança, *demitiu* gente e *substituiu* os que ganhavam altos salários. Ele ainda *bateu de frente* com o tráfico de drogas ao *promover* a remoção de grupos que vivem em terrenos a ser desapropriados para ampliação do Aeroporto de Viracopos. [T 3:22]

Ex 80: Armado com rifle de calibre 38, ele [Peter Blake] *reagiu* ao assalto e *tentava esconder-se* do revide dos bandidos ao ser acertado. Blake *apareceu* no convés logo que os piratas subiram ao barco e estavam tentando render outros tripulantes. [18]

Ex 81: Lemos era um dos líderes *que ameaçavam invadir* a área de garimpo. [T 11]

Ex 82: Na manhã de segunda-feira 24, o juiz *resolveu dispensar a escolta* de um policial militar e *foi* a academia de ginástica sozinho. Levou três tiros que foram desferidos por dois rapazes que passaram numa moto. Morreu na hora. [T 21].

De certo modo, parece que nessas representações, as vítimas são responsabilizadas pelos crimes, como se fossem os agentes desencadeadores de uma ação violenta. No exemplo 79, a tentativa de extinguir a corrupção teria sido a causa do revide dos assassinos. No exemplo 80, a reação da vítima ao assalto foi a causa de sua morte. No exemplo 81, a escolha do verbo “ameaçar” imputa a vítima uma ação violenta, hostil que teria culminado com sua morte. No exemplo 82, a vítima teria sido irresponsável ao dispensar sua escolta, tornando-se, deste modo, alvo fácil para os bandidos.

(ii) nominalizações

Ex 83: De acordo com presidente do sindicato, Antônio Rodrigues da Silva, Lima fazia parte de uma lista de 24 pessoas marcadas para morrer no Pará *por suas atuações em invasões de seis fazendas em Marabá e em Paraupebas*. [T 4]

Nominalização é a conversão de um processo em um nome ou grupo nominal. É o caso do exemplo acima, em que o autor preferiu nominalizar as ações “atuar” e “invadir”. Segundo Fairclough (1989:124), os processos podem ocorrer na forma reduzida de uma nominalização; forma reduzida no sentido de que alguma coisa do significado na sentença é perdida ou omitida, como por exemplo, o tempo da ação, a modalidade ou até mesmo o agente ou paciente.

No exemplo acima, a nominalização se torna a justificativa ou explicação para o crime, feita de modo claro, que não deixa dúvidas para a compreensão do leitor. Essa clareza do fato permitida pela nominalização talvez tenha uma motivação ideológica ao responsabilizar a vítima indiretamente pelo seu próprio assassinato, uma vez que encobre não só o processo como também a causalidade ou responsabilidade pelo crime. Veja que no enunciado acima, a vítima é acionada como agente e não como paciente.

(iii) ações indiretas ou pressupostas pelo contexto

Ex 84: Essa confusão aconteceu (...) quando o agente Mateus Messias da Silva “batia grades” (procedimento para conferir se as grades não estão cerradas). No xadrez ao lado de Fernando, Mateus *encontrou um celular e um punhado de maconha*. [T 7]

Ex 85: Nelson *pediu* aos garotos que se retirassem de uma mesa, já que não estavam consumindo nada no restaurante. Em resposta foi imobilizado e espancado com chutes e cadeiradas. [T 16]

Essas ações dizem respeito ainda à inferência da responsabilidade do crime à própria vítima, só que, diferente das nominalizações, os processos verbais são explicitados. No exemplo 84, pressupõe-se que a vítima, o preso Fernando, agiu ilegalmente ao manter consigo um aparelho celular e maconha, o que é proibido num presídio. Esta ação teria provocado indiretamente a agressão do carcereiro. No exemplo 85, ocorre que a vítima, Nelson, ao pedir aos “garotos” que se retirassem da mesa no bar teria provocado a agressão que resultou em sua morte.

No que diz respeito a (b), às vítimas é atribuída força agentiva em se tratando da descrição de sua rotina de vida pessoal. Essa ativação ocorre frequentemente através de processos verbais.

Ex 86: O crime aconteceu quando seu marido saíra e a fonoaudióloga Márcia Lopes Coelho Lyra *estava acompanhada* do casal de filhos adolescentes. [T 2]

Ex 87: O índio *tinha ido* a Miraguai de carona na manhã de segunda 6, para fazer compras. Como *teria de voltar* à cidade no dia seguinte (...) *preferiu dormir* na rua e *economizar* o dinheiro da passagem (...) [T 17]

Ex 88: A estudante carioca Gabriela do Prado Ribeiro, de 14 anos, raramente *saía sozinha*. [T 23]

Ex 89: A família *circulava* com relativa desenvoltura na alta sociedade carioca e *continuava* comprando roupas de grife como se nada tivesse acontecido. A filha mais nova *estudava* em um dos melhores colégios da cidade, frequentado pelos filhos da elite. A mais velha *fazia* faculdade de odontologia, pela qual ele [o pai] pagava 1300 reais de mensalidade. No armário havia praticamente só roupas e bolsas caras. [T 24: 57]

Ex 90: Aos 32 anos Castro Filho *vivia na corda bamba* de quem *resolve enfrentar* a alta criminalidade que sobrevive às custas de suas infiltrações no aparelho estatal.

Algumas desses processos verbais podem aparentar simples descrições do cotidiano das vítimas, contudo, acredito que não são tão inocentes assim, pelo fato de que o autor escolhe determinadas ações para relatar ao invés de outras.

No exemplo 86, veja que os criminosos só atacaram quando o marido da vítima saiu de casa, deixando-a desacompanhada. Isso consolida a idéia em nossa sociedade machista de que o homem é quem protege a família e de que mulheres e adolescentes estariam à mercê da violência sem a proteção masculina.

No exemplo 87, o fato da vítima ter saído de sua reserva indígena e de ter se exposto ao perigo da violência urbana ao dormir na rua teria causado sua morte.

No exemplo 88, sair a rua sozinha não soa como um direito à liberdade de qualquer indivíduo, neste caso um adolescente na conquista de sua independência, mas soa como um risco que se corre devido à violência que tem afugentado as pessoas em suas casas.

No exemplo 89, a imagem de um status social e de um comportamento consumista da família assassinada é que está em evidência, apesar do quadro de crise financeira. A manutenção deste quadro e o não enfrentamento da realidade é que teria gerado o desespero do pai e marido que acabou matando sua família e a si próprio por não poder continuar como provedor dessa situação

No exemplo 90, a vítima é um juiz, que ao agir no enfrentamento e combate à corrupção, causou sua própria execução.

Como vimos, apesar das vítimas serem acionadas como agentes dos processos verbais que representam aspectos de suas vidas pessoais na relação com outras pessoas, essa ativação reforça a idéia implícita de que elas mesmas têm uma parcela de culpa ou responsabilidade em suas próprias mortes. Essas ações aparentemente desencadearam as reações violentas dos criminosos.

Tratemos agora da representação dos criminosos. Na maioria das ocorrências, estes atores são acionados como agentes em ações violentas que culminam com a morte das vítimas. Geralmente, isso ocorre através de formas verbais ativas que trazem um efeito de sentido negativo e explicitam o poder desses atores sobre as vítimas, em uma relação assimétrica. Vejamos os exemplos abaixo:

Ex 91: Os dois bandidos *amarraram* as vítimas na cama e *as estupraram*. Em seguida Alan *deu uma profunda facada* no pescoço da menina, mas quer convencer a polícia de que foi Marcelo quem ficou com o serviço pesado, *liquidando Márcia* a golpes de facão. [T 2]

Ex 92: Num roteiro tético, Farah *usou* instrumentos e conhecimentos cirúrgicos para *cortar, dissecar e escaldar* o corpo e *destruir* as partes que pudessem levar à identificação da mulher. Depois *limpou* sua sala de cirurgia, *tratou* órgãos e membros como num laboratório de faculdade, *ensacou* os pedaços e os *guardou* no porta-malas de um carro. [T 19]

Ex 93: Segundo a perícia policial, Fonseca *usou um vaso para bater* na cabeça da mãe, *arrastou-a* até o banheiro e *bateu a cabeça* dela várias vezes contra a privada [T 22]

Ex 94: Militão e Leonardo, com a ajuda de mais quatro já identificados, *mataram os portugueses a tiros, facadas, pedradas e pauladas*. [T 25]

É importante considerar que a seleção vocabular, para retratar as ações dos criminosos, causa choque no leitor pela força que têm e efeito de sentido que trazem. Fairclough (2003:125) considera esse processo como parte da modalização avaliativa que pode vir em uma “escala de intensidade” semântica; escala esta que varia da baixa para alta intensidade. Por exemplo: Os bandidos amarraram, estupraram, liquidaram a vítima (cf o exemplo 91). O autor não se restringe em dizer que os criminosos mataram as vítimas, mas procuram deixar claro ou intensificar a violência a partir da seleção dos processos verbais que constroem essa idéia. Inevitavelmente, verbos dessa natureza provocam choque, indignação e juízos sumários no leitor que constroem uma identidade social dos atores envolvidos.

Desse modo, essa representação faz o leitor pressupor que os criminosos são aqueles que afugentam, violentam, agredem violentamente, que não se enquadram no convívio social, que têm o poder de decidir sobre a vida (e morte!) de outras pessoas. Enquanto isso, as vítimas são realmente vítimas, pois estão do outro lado de uma interação desigual, sendo, portanto, aqueles que são indefesos e injustiçados, que estão à mercê da violência e não têm poder algum sobre sua existência.

Além das formas verbais violentas que predominam nos textos, outros processos verbais usados na representação dos criminosos são (a) os verbos dicendi – verbos que indicam o ato ilocutório de dizer, sendo introdutores da fala reportada, e possuem uma estrutura neutra. Dizer, falar, replicar, contar, etc são alguns desses verbos - e (b) as estruturas passivas – tal como em *Maria foi assassinada* por João. Ambos os processos são bem incomuns no que se refere a esses atores.

(a) verbos dicendi

Ex 95: Preso na segunda-feira passada, o autor dos disparos, o ex-policia! militar Jos! Lucas Gomes, *confessou* o crime e *revelou* o nome do mandante. [T 1]

Ex 96: Ele [o suposto mandante] *negou* as visitas ! casa do assassino e a autoria do crime. [T 1]

Ex 97: Suzane *confessou* ter planejado e participado do brutal assassinato de seus pais. [T 10]

Ex 98: Curi! *se eximiu* de qualquer conflito que viesse a ocorrer na regi!o. [T 11]

Ex 99: Dois dias ap!s o assassinato, [o criminoso] *contou* seu feito ! fam!lia, internou-se numa cl!nica psiqui!trica e foi entregue ! pol!cia por seus advogados. [T 19]

Ex 100: Ele [Farah] *diz* que ela [Maria do Carmo] portava uma faca e pretendia mata-lo, que entraram em luta corporal e depois disso n!o se lembra de mais nada.[T 19]

Os verbos dicendi, aparentemente comuns no contexto de crimes e inqu!ritos policiais, s!o pouco freq!entes no corpus. Estes indicam culpabilidade ou incrimina!o do enunciador do discurso que foi relatado. Como observa Marcuschi (1997:82), neste tipo de discurso, tais verbos s!o bastante estigmatizados.

Verificamos que “confessar” ! a forma mais freq!ente que se contrap!e semanticamente a “negar” e “eximir-se”. “Revelar”, tamb!m pouco freq!ente, n!o ! uma forma neutra como “dizer”, mas implica poder ou controle sobre alguma informa!o relevante, como por exemplo, a identifica!o de outros criminosos como os mandantes dos assassinatos. Esses verbos explicitam a for!a ilocut!ria do que foi citado.

(b) estruturas passivas

Ex 101: As cenas de selvageria s!o acabaram com a chegada da Pol!cia militar (...). Marcelo, o mais experiente e violento, *foi entregue* a pol!cia pela pr!pria mulher (...)[T 2]

Ex 102: *Foram presos dois suspeitos*, que seriam vigias de um s!tio da regi!o. [T 5]

Ex 103: Os assaltantes *foram presos* (...). [T 6]

Ex 104: Pela primeira vez na hist!ria do Estado de S!o Paulo, um juiz *foi condenado* por homic!dio (...). [T 14]

Quando as estruturas passivas são usadas, estas chamam atenção para a sujeição dos criminosos ao poder das autoridades legais como consequência dos crimes, na maioria das ocorrências, como por exemplo “foi entregue, foram presos” e “foi condenado”.

Se compararmos o uso dessa estrutura na representação de vítimas e criminosos, verificamos que a tendência é atribuir os processos verbais na voz passiva às vítimas. Em contrapartida, os criminosos é que têm voz, no caso dos verbos dicendi e exercem o papel de agentes ao introduzirem formas verbais ativas, que indicam geralmente ações violentas.

Outro recurso utilizado que, de certo modo, acaba beneficiando o criminoso é o encobrimento da agência. Este recurso deixa de fora a causalidade ou responsabilidade pela ação do criminoso, chamando atenção para a ação em si e não para um indivíduo ou grupo que a executou.

Linguisticamente o encobrimento da agência pode ocorrer através de nominalizações, do ocultamento do agente e das descrições genéricas ou imprecisas dos criminosos.

(a) nominalizações

Ex 105: *Um tiro* disparado na noite de segunda-feira 10 apagou o brilho de uma ascendente estrela do PT. [T 3]

Ex 106: A peça que faltava é Marcelo R. M. (...), o preso que viveu lado a lado com Fernando os seus últimos dias de vida e presenciou *a tortura que ele sofreu dos carcereiros* no Centro de Detenção Provisória do Belém, em São Paulo. As revelações de Marcelo feitas com exclusividade à Isto É provam que permanece viva a herança dos anos de chumbo no Brasil, época em que o *espancamento de presos* fazia parte da rotina policial em delegacias e presídios. [T 7]

Ex 107: *A morte do prefeito* sinaliza de modo trágico que ninguém está a salvo. [T 8]

Ex 108: (...) *o assassinato de Celso Daniel* funcionou como um alarme estridente dando conta de que a explosão da violência já foi longe demais. [T 8]

Ex 109: *A execução da família*, seguida do suicídio, gerou um rastro de perplexidade tão grande quanto à própria violência usada pelo engenheiro para atingir seu objetivo. [T 24]

Ex 110: Segundo Matos, *a ordem para a execução* foi de Militão, que ligava insistentemente para Portugal a fim de atrair o grupo para Fortaleza. [T 25]

Diferente do que ocorre na representação das vítimas, as nominalizações não são usadas para acionar os criminosos, mas para “protegê-los”, eximindo-os ou amenizando sua responsabilidade ao reduzir o processo verbal a um nome ou grupo nominal. É o caso, por exemplo, de “o espancamento de presos” ao invés de a polícia ou os carcereiros espancaram os presos, “a morte do prefeito” ao invés de “alguém matou o prefeito”, etc.

Ocorre também que em algumas dessas nominalizações, o agente humano é substituído por um agente inanimado. É o caso, por exemplo, de “um tiro disparado”, “a ordem emitida”, etc, ao invés de “alguém atirou” ou fulano emitiu a ordem”.

Outra possibilidade menos freqüente no uso das nominalizações é para se evitar redundâncias na descrição da ação violenta do agente que é explicitado em algum momento do texto. É o caso, por exemplo, de “A *execução da família*, seguida do suicídio, gerou um rastro de perplexidade tão grande quanto a própria *violência usada pelo engenheiro* para atingir seu objetivo”.

(b) ocultamento do agente

Ex 111: O líder sem-terra Gilson de Souza Lima, 32, *foi assassinado com tiro no rosto*, na noite de sexta (...) [T 4]

Ex 112: (...) Toninho *foi baleado* nas proximidades do Shopping Iguatemi (...).[T 3]

O ocultamento total do agente pode ocorrer ou porque não se identificou ainda o criminoso ou porque não se tem interesse em revelá-lo. Essa escolha é altamente ideológica dependendo da situação e interesses defendidos. Nos exemplos acima verificamos a ocorrência da primeira possibilidade.

(c) descrições genéricas ou imprecisas

Ex 113: Uma testemunha contou à polícia que viu *dois homens sem capacete em uma motocicleta preta* atirarem contra o prefeito e fugirem. [T 3]

Ex 114: O rapper Mauro Mateus dos Santos, 29, o Sabotage, foi morto ontem com quatro tiros (...) A polícia investiga o eventual *envolvimento de um desafeto do rapper*. [T 18]

Essas referências genéricas ou imprecisas dos criminosos também se caracterizam pela falta de clareza ou certeza de quem é o criminoso.

A partir do que foi considerado, pudemos observar como os relatos de crime de morte distribuem papéis para as vítimas e criminosos e como são freqüentemente representados. Ficou evidente que os criminosos é que atuam como agentes sobre as vítimas na maioria das vezes, seja material ou simbolicamente, através da violência. As vítimas, por sua vez, são quase sempre passivadas, e quando ocorrem de atuarem com agentes em relação a uma dada ação, esta ação diz respeito a sua rotina de vida pessoal ou pública, conduzindo o/a leitor/a a supor que, de algum modo, elas contribuíram para sua própria morte.

Notamos que essa representação, feita em termos lingüísticos, traz elementos que legitimam o exercício de papéis passivos para as vítimas e ativos para os criminosos no discurso da mídia, como por exemplo, as estruturas ativas e passivas, as nominalizações e o apagamento da agência. Esses elementos apontam tanto para a possibilidade da incongruência entre papéis gramaticais e sociais desempenhados pelos atores quanto para a percepção do autor sobre o mundo social que está sendo representado, no que diz respeito ao conhecimento, crenças e valores.

2.4. MODALIZAÇÃO

Outra categoria textual relevante para a construção de identidades sociais é a *modalização*, especialmente em sua relação com a *avaliação*. Tanto a modalização quanto a avaliação são vistas em termos do que ou com o que o autor do texto se compromete quanto ao que é verdade, necessidade ou obrigação (modalidade), bem como no que diz respeito aos valores desejáveis e indesejáveis, ao que é bom ou ruim (avaliação). A questão é que aquilo com que as pessoas se comprometem nos textos é uma parte importante de como elas identificam a si próprias e aos outros no processo de construção de identidades sociais (Fairclough 2003:165).

A questão da modalização pode ser vista como uma questão de com o que as pessoas se comprometem quando enunciam. O fato é que isso pode ser feito de diferentes modos. Especificamente em nossa análise, verificamos como o autor do texto noticioso se compromete ou se afasta do que enuncia ao construir identidades nos relatos de crime de morte. Vejamos o exemplo abaixo:

Ex 115: A vítima *pode ter sido* esfaqueada no pescoço. *Provavelmente*, foi arrastada logo em seguida para a sala de cirurgia da clínica. [T 19]

No enunciado acima, o autor relata como a vítima foi assassinada. Ele podia ter escrito, por exemplo, “A vítima foi esfaqueada no pescoço e foi arrastada logo em seguida para a sala de cirurgia”. Contudo, a forma como o enunciado foi construído mostra um comprometimento menor do autor com a verdade da proposição, se comparado à segunda possibilidade. Deste modo, a diferença ou níveis intermediários entre as duas alternativas é justamente, uma diferença de modalização.

Vale ressaltar que geralmente, a tendência dos textos noticiosos quanto ao modo de enunciar é através de sentenças para representar verdades categóricas, caracterizando, assim, um discurso autoritário e não neutro. Essas sentenças, segundo Fairclough (2003:165), estão associadas às trocas de conhecimento e podem ser *factuais* (ex: PM mata dois no Pará [T 2]), *hipotéticas* (ex: Os aliados do prefeito teriam tentado chantagear com fitas que comprovariam a pedofilia do prefeito. [T 2]) ou *preditivas* (ex: Todos esses detalhes deverão ser investigados pelos policiais envolvidos na elucidação da morte de Celso Daniel [T 8]).

Nas sentenças factuais há um comprometimento maior do autor com o que enuncia, pois, não deixa margens de dúvida ao leitor quanto ao fato em si. Já nas sentenças hipotéticas e preditivas parece haver um maior distanciamento que gera menor comprometimento com o que foi enunciado; talvez pela incerteza dos fatos, em que o autor não queira se comprometer ou julgar algo de que não tenha certeza, evitando deste modo, ou uma interpretação precipitada dos fatos ou a ação de ser processado por calúnia e difamação em decorrência dessas interpretações precipitadas.

Concordamos com Fairclough (2003:166) e outros autores como Halliday (1985) e Hodge e Kress (1988) que a modalização relaciona o autor do texto e a representação do mundo mostrando assim, com o que se compromete. Contudo, essa relação não está no domínio privativo de um indivíduo, mas é parte dos processos sociais. Deste modo, o processo de atribuição de identidades é inevitavelmente um processo social baseado nas relações e papéis sociais.

Isso nos leva a afirmar que as escolhas que fazemos para modalizar estão orientadas para o outro, nosso interlocutor - função interpessoal da linguagem. Deste modo, não comunicamos apenas proposições e atitudes para com estas proposições, mas também atitudes e ações para

com o nosso interlocutor (Coates 1987). Fairclough (2003:166) vai mais além e afirma que tais escolhas são significativas não só para se identificar identidades e ações, mas também relações sociais e representação. Por outro lado, estas escolhas são limitadas socialmente pelas relações e papéis sociais (sobre a relação modalidade e papéis sociais confira também Delu 1991).

Considerando que a questão de modalização é um aspecto do significado bastante problemático, adotamos, em Fairclough (2003), a concepção de modalização que vai além dos casos explícitos, ou seja, marcados tradicionalmente por verbos modais (poder, dever, etc) ou outros marcadores tais como os advérbios (indubitavelmente, geralmente, etc). Queremos observar a relação modalização - avaliação ou juízo de valores que o autor do texto faz ao representar identidades no relato dos crimes de morte, contrariando assim, o mito da neutralidade e imparcialidade no discurso da mídia impressa.

No que diz respeito a uma tipologia de modalização, seguiremos a proposta de Fairclough (2003) que distingue entre modalizações epistêmicas (que dizem respeito ao comprometimento do autor com a verdade das proposições e troca de conhecimento, como em ‘João *pode* ser o assassino’), deônticas (que dizem respeito ao comprometimento do autor com a obrigação e/ou necessidade e estão relacionadas à troca de atividades, como em ‘você *deve* denunciar o assassino’) e avaliação. Nosso interesse não é buscar uma classificação detalhada desses tipos de modalização e seus possíveis subtipos, como o fazem, por exemplo, Castilho e Castilho 1992 ou Neves 2000, mas verificar como ocorrem e quais são seus efeitos na construção de identidades. Quanto à avaliação, nos referimos a esta como *modalização avaliativa* que inclui, inclusive, a expressão da emoção do autor em relação ao conteúdo, não se referindo, necessariamente, ao teor nem condições de verdade da proposição. Outros autores como Neves (2000), por exemplo, se referem a essa possibilidade como modalização afetiva.

Nos termos de Fairclough (2003:171), avaliação ou modalização avaliativa, refere-se aos modos explícitos ou implícitos pelos quais os autores se comprometem com valores. Apesar do autor distinguir algumas categorias que se relacionam com avaliação (sentenças avaliativas, modalidades deônticas, processos verbais mentais e afetivos, e valores assumidos), nos concentraremos nas sentenças avaliativas, uma vez que estão em maior evidência no nosso *corpus*. Sentenças avaliativas são sentenças relacionadas ao que é desejável e indesejável, ao que é bom ou ruim. Vejamos um exemplo:

Ex 116: Diante de tantas causas imprevisíveis, a governadora do Rio, Rosinha Matheus, considerou a morte da menina uma fatalidade. “É algo que acontece quando se está à caça de bandidos”, minimizou. *Trata-se de uma declaração infeliz*. [T 23]

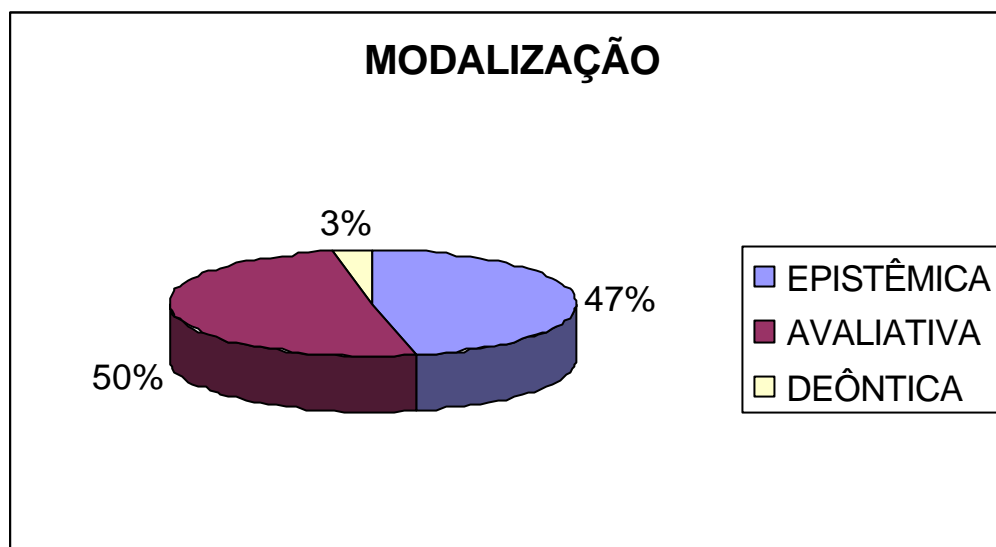
No exemplo acima, observamos a reprovação expressa do autor ao avaliar o comentário da governadora do Rio diante do episódio em que uma adolescente foi morta em um tiroteio entre policiais e criminosos. Em “trata-se de uma declaração infeliz”, o adjetivo “infeliz” é o elemento avaliativo que demonstra a posição do autor diante do fato em si. Neste ínterim, outros elementos tais como verbos, advérbios, frases nominais, etc podem exercer a função avaliativa.

Fairclough (2003:172) chama atenção para o fato de que sentenças avaliativas também avaliam em termos do que é importante, útil e assim por diante, em que o que é desejável é assumido como valor. Por exemplo, em “As revelações de Marcelo feitas à Isto É provam que permanece viva a herança dos anos de chumbo no Brasil, época em que o espancamento de presos fazia parte da rotina policial em delegacias e presídios” [T 7], o autor se refere ao fato de que ainda hoje, presos são torturados e mortos nos presídios e delegacias como no período da ditadura militar. A sentença “permanece viva a herança dos anos de chumbo no Brasil” avalia em termos do que ele considera “útil” e “importante”, ou seja, denunciar a violência policial como um elemento que ainda faz parte da rotina das instituições carcerárias no país, que resulta muitas vezes na morte de presos. Deste modo, pressupõe-se que o que é assumido como desejável é o fim da violência desenfreada nessas instituições carcerárias.

Outro aspecto importante nas avaliações é o grau de intensidade semântica das palavras, que varia numa escala de baixa para alta intensidade (Fairclough 2003:172). Tanto os verbos quanto os adjetivos ou advérbios podem desempenhar esse papel. Por exemplo, ao classificar um crime, o autor pode se referir a este como frio /cruel /bárbaro/hediondo, ou as vítimas foram friamente/cruelmente/barbaramente assassinadas, ou ainda, o assassino matou/massacrou/esquartejou a vítima. Isto quer dizer que as escolhas que são feitas para representar o crime evidenciam a intensidade “emocional” ou juízos de valor com os quais o autor avalia determinado fato.

Considerando então, a análise do corpus, notamos que a ocorrência da tipologia de modalização é a seguinte: a modalização epistêmica e avaliativa são mais freqüentes, enquanto que a modalização deôntica é pouco freqüente nos relatos de crime de morte. O gráfico abaixo permite visualizar melhor essas ocorrências.

Tipos de modalização



Começemos pela modalização epistêmica. Esta modalização expressa o posicionamento do autor sobre o teor de verdade da proposição e diz respeito à linguagem enquanto troca de informação e conhecimento. É marcada basicamente por verbos modais, tempos verbais hipotéticos, advérbios e adjetivos. Vejamos alguns exemplos desses modalizadores epistêmicos distribuídos pelos marcadores anteriormente citados:

(a) verbos modais

Ex 117: A imagem do aperto de mãos de Lula e FHC num momento de comoção nacional provocada por um crime de grande repercussão *pode entrar* para a história como um daqueles momentos transformadores. Eles são muito pouco freqüentes. [T 8]

Ex 118: Eles [os policiais] não descartam a hipótese de que o assassinato *pode estar* relacionado a interesses econômicos contrariados pelo prefeito. [T 8]

A partir dos exemplos analisados, percebemos que o verbo modal *poder* é a forma lingüística mais utilizada pelo autor e denuncia sua preocupação em ser cauteloso nos relatos e

apreciações sobre os eventos que envolvem o crime de morte, restringindo então, suas considerações. Isso indica baixo comprometimento com a verdade das proposições.

(b) tempos verbais hipotéticos

Ex 119: Christian já *teria* passagens pela polícia por dependência química (cocaína). [T 10]

Ex 120: Um adolescente que *teria testemunhado* o assassinato está sob proteção da polícia. [T 11]

Ex 121: *Poderia ter sido* uma simples viagem de turismo e negócios. [T 25]

O uso do tempo hipotético, como nos exemplos acima, indica suposição, maior incerteza, eventualidade ou probabilidade. O futuro do pretérito é o tempo verbal mais comum usado neste sentido.

(c) advérbios

Ex 122: *Oficialmente*, a polícia investiga todas as possibilidades. [T 18]

Ex 123: A vítima pode ter sido esfaqueada no pescoço. *Provavelmente*, foi arrastada logo em seguida para a sala de cirurgia da clínica [T 19]

Ex 124: Blake, segundo amigos, já tinha enfrentado outros assaltos no mar e *supostamente*, sabia como reagir em situações como essa.[T 6]

Os advérbios terminados em mente, como nos exemplos acima, podem ter vários usos dentro da possibilidade epistêmica. Em 122, “oficialmente” indica a delimitação da validade do enunciado dentro de um domínio de conhecimento específico (Neves 2000), ou seja, a ação da polícia em investigar é oficial, declarada, de conhecimento público.

Em 123 e 124 “provavelmente” e “supostamente” indicam uma quase asseveração sobre o modo como os fatos ocorreram, ou seja, o autor considera o conteúdo da proposição quase certo, próximo da verdade como se fosse uma hipótese que merece comprovação (Castilho e Castilho 1992). Parece que “supostamente” se distancia mais da verdade proposicional enquanto “provavelmente” está mais próximo.

(d) adjetivos

Ex 125: Era *mais provável* a adolescente ter morrido num acidente de avião ou atingida por um raio. [T 23]

Ex 126: É *inevitável* a pergunta: por que? A real motivação do ato é um mistério cuja chave provavelmente foi enterrada junto com a família. [T 24]

Com o uso do adjetivo “provável”, o autor não se engaja ou compromete totalmente com o conteúdo vinculado e o apresenta como uma hipótese que precisa de confirmação, caracterizando-se assim, como uma possibilidade epistêmica quase asseverativa. No caso de “inevitável” em 126, o autor assume total comprometimento quando apresenta o conteúdo proposicional sem deixar margem de dúvida, como uma verdade indiscutível, caracterizando desse modo, uma possibilidade epistêmica asseverativa.

Em linhas gerais, observamos que a principal função das modalizações epistêmicas neste tipo de situação é proteger a face ou posição do autor diante de um tópico ou assunto tão delicado e/ou poético - o tópico é uma importante variável a ser considerada, a saber, os crimes de morte, em que o autor terá de representar as categorias de vítima e criminoso; sobretudo, quando a identificação dos criminosos não foi explicitada por fontes oficiais, tais como a polícia.

Pressupomos que outro parâmetro seguido pelo autor no uso das modalizações epistêmicas é o estabelecimento e manutenção de boas relações sociais, considerando polidez. Como em crimes de morte há a necessidade de se identificar um culpado e uma vítima, o autor raramente o fará se não tiver certeza dessa identificação. Neste ponto, é considerado não só o seu posicionamento quanto ao teor de verdade da proposição expressa como também a sua relação com o interlocutor e com os atores envolvidos no crime em si.

No que diz respeito às modalizações deônticas, verificamos que há pouco uso deste tipo de modalização nos relatos de crime de morte. Quando ocorrem, são marcadas por verbos modais, como nos exemplos abaixo:

Ex 127: Mesmo que abalhoadas num primeiro momento, as medidas anunciadas e a arregimentação de governantes de todos os níveis, parlamentares e juízes *permitem supor que*,

ao contrário do que se viu no passado, desta vez o país vai levar a sério o combate ao crime.[T 8]

Ex 128: Também amanhã, o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), *deve* se reunir com Sebastião Curió e com os garimpeiros rivais. [T 11]

Ex 129: Quando a polícia encaminha um cadáver para o IML, *tem de* preencher uma ficha pedindo vários tipos de exames. [T 20]

Através dos modalizadores deônticos, o autor informa o que é considerado necessário, obrigatório. Agora o que está em jogo não é mais o teor de verdade, mas as reações do autor face ao interlocutor (leitor) e ao conteúdo que quer veicular, bem como o controle sobre os interlocutores, eventos e referentes.

Nos exemplos acima, consideremos que em 127, o tipo comum é a possibilidade deôntica indicando permissão. Nela autor atribui a um sujeito impessoal, ou seja “as medidas anunciadas e a arregimentação de governantes”, o poder de permitir a suposição de uma ação. Isso nos leva a crer que neste exemplo, o autor não só se distancia da verdade da proposição como também não compromete os agentes humanos, autoridades públicas, no combate ao crime.

Caracterizando uma necessidade deôntica, o exemplo 128 mostra um grau de comprometimento maior de autor.

Em 129, “tem de” caracteriza obrigação. Aqui também o autor se compromete fortemente com a verdade da proposição, indicando um dever moral de cumprir determinado procedimento, no caso, a obrigação da polícia em preencher adequadamente um formulário pedindo os exames possíveis para se chegar a causa mortis da vítima.

Quanto à modalização avaliativa, seu uso é bem freqüente no corpus. Estas ocorrem principalmente através de adjetivos, advérbios e sentenças avaliativas, como nos mostram os exemplos abaixo:

Ex 130: Parece *difícil*, contudo, que Pacífico [suspeito do crime] tenha sido capaz de agir sozinho na etapa seguinte do crime – a de embaralhar pistas e transformar sinais de um assassinato *brutal* em suicídio. [T 20]

Ex 131: Para uma pessoa [a vítima] tão pouco relacionada, *é surpreendente* que tenha conseguido ser recebida no Palácio da Liberdade, quando chegou a ser fotografada ao lado do governador Itamar Franco. [T 20]

Ex 132: O crime chocou o Rio de Janeiro não apenas por ter sido praticado pelo pai e marido. *Causou perplexidade o fato de tratar-se de uma família feliz, bem sucedida e cheia de planos para o futuro. É inevitável* a pergunta: por que? [T 24]

Ex 133: *Foi um crime horrendo tanto pelo resultado quanto pelo método adotado pelo autor*, o cirurgião plástico Farah Jorge Farah (...) [T 19]

Ex 134: Seis empresários são *cruelmente* assassinados depois de atraídos por conterrâneo para negócios em Fortaleza. [T 25]

Ex 135: No fatídico dia 2 de janeiro, dia da morte de Fernando (...), a cadeia amanheceu às escuras. O horário em que a luz normalmente é ligada nas celas *estranhamente* atrasou. [T 7]

Nos exemplos 130 e 131, as modalizações avaliativas são marcadas por adjetivos (“difícil”, “brutal”, “surpreendente”). Já 132 e 133 trazem sentenças avaliativas que chamam atenção pelo fato de que o autor avalia através de uma frase (“Foi um crime horrendo tanto pelo resultado quanto pelo método adotado pelo autor”, “Causou perplexidade o fato de tratar-se de uma família feliz, bem sucedida e cheia de planos para o futuro”) e não apenas através de um elemento como um adjetivo, um advérbio ou mesmo um verbo que indique maior intensidade em uma ação. Em 134 e 135, os advérbios “cruelmente” e “estranhamente” caracterizam não apenas o modo como as vítimas foram mortas, mas a avaliação do autor, baseada em fatos empíricos. Isto pode parecer uma estratégia para simular imparcialidade (Coracini 1991).

Como crimes de morte é um tópico delicado, por vezes, polêmico, o autor não se abstém de avaliações quando os relata. Geralmente, essas avaliações são negativas, além de apontarem para certos valores que são assumidos e muitas vezes, não estão explicitados textualmente. A partir dos exemplos, pressupomos que alguns desses valores assumidos seriam:

(a) valores desejáveis ou assumidos:

- indignação e reação da população diante de crimes bárbaros
- ação imediata da Justiça
- punição dos criminosos independente da classe social

(b) valores indesejáveis ou não assumidos:

- impunidade
- morosidade dos órgãos legais na resolução dos crimes
- insensibilidade dos criminosos que não se contentam em matar suas vítimas, mas sentem prazer no seu sofrimento
- uso de habilidades específicas e conhecimento técnico para matar pessoas
- envolvimento de pessoas influentes que conseguem se esquivar da Justiça
- corrupção dos órgãos legais que acobertam pessoas influentes
- assassinatos em família
- supervalorização de bens materiais em detrimento das relações humanas e da vida das pessoas

Valores desejáveis ou assumidos parecem ser, na verdade, ações valorizadas positivamente, enquanto os valores indesejáveis ou não assumidos, ações valorizadas negativamente. No caso do relato de crimes morte, os valores indesejáveis, enquanto ações valorizadas negativamente, seriam mais freqüentemente assumidos em detrimento de valores assumidos ou ações valorizadas positivamente.

É interessante notar que esses relatos trazem um componente ideológico significativo, ou seja, ele focaliza a questão da lei e da ordem, podendo inclusive evidenciar uma mudança de comportamento social no modo como os crimes são tratados ou uma crise maior na administração da lei e da ordem social. Segundo Chibnal (citado por Coulthard 1997:39 ss), as notícias que envolvem lei e ordem focalizam temas que mostram o sistema de crenças de uma sociedade, seus valores e compreensão do mundo social e é um determinante na promoção ou exclusão de certas realidades.

Chibnal (citado por Coulthard 1997:39) também sugere uma lista de valores positivos e negativos dominantes que servem como critérios para a avaliação das formas de comportamento social na construção ideológica das notícias. Alguns desses valores seriam, por exemplo:

Valores positivos legitimados

Valores negativos legitimados

legalidade

ilegalidade

ordem

caos

paz

violência

honestidade

corrupção

tolerância

intolerância, dentre outros.

Neste ínterim, o relato de crimes fornece uma oportunidade para redefinir limites morais das comunidades, uma vez que se torna fonte de informação sobre o que é normativo na vida social. Essas informações englobam o que é visto como certo e errado, refletindo, assim conceitos básicos e valores. Um aspecto interessante no suprimento dessas informações é a presença de instituições como a polícia e os tribunais, considerados quase sempre como fontes confiáveis pelos jornalistas; tanto que o discurso destas instituições é considerado oficial e representam simbolicamente os valores da ordem estabelecida.

Além de refletir os valores, crenças e conceitos básicos da sociedade, outro ingrediente essencial na composição do texto noticioso é o elemento ficcional. Isto quer dizer que o texto noticioso é o relato de um fato e não a realidade do fato em si, o que implica a predominância de um posicionamento ideológico, uma interpretação que vai representar esta realidade de determinado modo. Sendo assim, crimes de morte envolvem narrativa e avaliação. Contudo, o que o uso de modalizações configuram em termos da construção de identidades no relato desses crimes?

Para tentarmos responder esse questionamento, vejamos, por exemplo, a análise de alguns relatos de crime de morte em termos do uso de modalizações e construção de identidades sociais:

Ex 136: T 15

Revista Época
16/12/02
Memória

O MÁRTIR DA BARBÁRIE

O cruel assassinato do jornalista Tim Lopes revelou o poder paralelo do tráfico de drogas. Também fez a sociedade e o governo reagir à escalada da violência

O assassinato do jornalista Tim Lopes, aos 51 anos de idade, revelou ao país um novo patamar da barbárie imposta pelos traficantes de drogas. O repórter da Rede Globo, gaúcho de nascimento e criado no Morro de Mangueira, no Rio de Janeiro,

sempre se ocupou em retratar as mazelas da periferia e das favelas. Ia aonde o povo estava. Em 1978, trabalhou como peão de obra para denunciar as condições desumanas dos operários do metrô do Rio. Em 1996, vestiu-se de Papai Noel e saiu pelas ruas entrevistando crianças pobres, que lhe davam relatos de um Natal sem perspectiva. Em 2001, teve o grande reconhecimento de sua carreira. Ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem “Feira das drogas”, um chocante retrato da venda de

entorpecentes a céu aberto em favelas do Rio. Corajosamente, captou imagens de traficantes e consumidores de drogas em ação, munido de uma câmera clandestina. Após a exibição das cenas no *Jornal Nacional*, a política fluminense invadiu o Complexo do Alemão, conjunto de 11 favelas que corta quatro bairros do Rio de Janeiro – local da reportagem.

Num novo esforço de retratar a violência da periferia, Tim Lopes teve um trágico reencontro com os traficantes no dia 2 de junho. Subia a favela da Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão, disfarçado de morador local. Apurava denúncias sobre abuso sexual de menores pelos traficantes em bailes funk. Cumpria seu dever profissional; estava no morro a chamado de moradores, que denunciaram o terror imposto pelos criminosos. Novamente, levava consigo uma microcâmera escondida na bolsa. Descoberto e identificado como autor da reportagem premiada, foi torturado e submetido a um julgamento sumário por um tribunal de criminosos. Segundo depoimentos de traficantes que testemunharam a execução, Tim morreu golpeado por uma espada ninja na altura do tórax pelas mãos do traficante Elias Maluco, chefe do tráfico na região. Em seguida, Elias ordenou que o corpo fosse queimado.

Só no dia 5 de julho, mais de um mês após o assassinato, um fragmento dos restos mortais de Tim Lopes foi identificado por meio de um exame de DNA. Havia sido descoberto num cemitério

clandestino infestado de cadáveres mutilados e carbonizados, no alto da Favela da Crota, também do Complexo do Alemão. Outras 60 vítimas do tráfico estariam enterradas ali. A microcâmera de Tim, destruída, também emergiu da terra. O pedaço de osso foi velado e enterrado no dia 7 de julho. Tim Lopes era casado e tinha um filho adolescente.

A indignação popular com o Estado paralelo criado pelo tráfico e a pressão para que o governo encontrasse e punisse os culpados renderam frutos. Uma força-tarefa foi criada pela governadora Benedita da Silva e trabalhou durante meses na captura. Dois envolvidos na execução foram presos e outros dois morreram – o primeiro em tiroteio com a polícia e o segundo em circunstâncias ainda não esclarecidas. A caçada a Elias Maluco, batizada de Operação Sufoco, foi demorada e teve lances dramáticos. Para escapar do cerco, o traficante chegou a passar horas encolhido numa cisterna vazia, sem comida, e por várias vezes se embrenhou pela rede de esgotos do morro. Foi preso 109 dias depois de matar Tim Lopes. Estava no mesmo Complexo do Alemão, desarmado e sem camisa.

A morte de Tim Lopes teve o dom de desencadear, no ano de 2002, uma forte reação da sociedade e das autoridades à escalada do crime. Tim planejava a próxima reportagem. Queria disfarçar-se de caminhoneiro para revelar a rotina de extorsão policial nas rodovias do país.

O texto é construído basicamente através de sentenças factuais que narram a trajetória da vida profissional da vítima, o que teria causado sua morte.

Quanto à modalização epistêmica, a maioria das sentenças são sentenças categóricas e pouco marcadas por modalizadores explícitos. É o caso dos trechos abaixo:

Ex 137: O assassinato do jornalista Tim Lopes (...) revelou ao país um novo patamar da barbárie imposta pelos traficantes de drogas.

Ex 138: O repórter da Rede Globo (...) sempre se ocupou em retratar as mazelas da periferia e das favelas. Ia aonde o povo estava.

Ex 139: A indignação popular com o Estado paralelo criado pelo tráfico e a pressão para que o governo encontrasse e punisse os culpados renderam frutos.

Isto significa dizer que o autor, também jornalista como a vítima, assume grande comprometimento com a verdade nas proposições ao fazer verdadeira apologia ao comportamento profissional da vítima. A identidade social da vítima é construída como cidadão e profissional competente, com compromisso social, que denunciava a violência imposta pelo tráfico de drogas, que vitimava, principalmente, moradores das favelas e da periferia. Credibilidade e heroísmo são valores atribuídos à sua imagem.

O tempo verbal hipotético caracterizado pelo futuro do pretérito, para sinalizar incerteza ou dúvida sobre um fato, quase não aparece. Surge apenas no trecho “Outras 60 vítimas do tráfico *estariam* enterradas ali [num cemitério clandestino]” ao vincular o repórter assassinado a outras possíveis sessenta vítimas do tráfico.

No que diz respeito à modalização deôntica, o autor do texto não utiliza este tipo de modalização explicitamente com marcadores característicos.

A característica principal desta matéria é o uso da modalização avaliativa. Isto se dá devido a alguns fatores:

- a vítima ser um profissional de jornalismo, logo, o autor do texto se envolve afetivamente por se tratar de um colega de profissão (“O assassinato do jornalista Tim Lopes ... revelou ao país um novo patamar da barbárie imposta pelos traficantes de drogas”);
- o teor da matéria é enaltecer a coragem de um herói ou mártir que morreu no cumprimento do dever profissional, a começar pelo título da matéria “O mártir da barbárie”; e
- um objetivo secundário seria denunciar o poder paralelo do tráfico bem como mostrar (a) a indignação da sociedade, especialmente, da classe jornalística, contra a violência que também vitima jornalistas e (b) a atuação das autoridades na resolução do crime, como mostra o próprio subtítulo da matéria “o cruel assassinato do jornalista ...revelou o poder paralelo do tráfico de drogas. Também fez a sociedade e o governo reagir à escalada d violência”.

Ex 140: [Tim Lopes] Ganhou o prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem “Feira de Drogas”, um *chocante* retrato da venda de entorpecentes a céu aberto em favelas do Rio.

Ex 141: Num *novo* esforço de retratar a violência da periferia, Tim Lopes teve um *trágico* reencontro com os traficantes.

Ex 142: *Cumpria seu dever profissional*. Estava no morro a chamado dos moradores que denunciaram o terror imposto pelos criminosos.

Ex 143: Havia sido descoberto num cemitério *clandestino, infestado* de cadáveres *mutilados e carbonizados*, no alto da favela do alemão.

Ex 144: *Corajosamente*, [Tim Lopes] captou imagens de traficantes e consumidores de drogas em ação (...)

Ex 145: A caçada a Elias Maluco *foi demorada e teve lances dramáticos*.

Como nos exemplos acima, observamos que as modalizações avaliativas são marcadas basicamente por adjetivos (ex 140, 141 e 143), advérbios (ex 144) e sentenças avaliativas (ex 142 e 145).

Nesse conjunto de exemplos, notamos que as modalizações avaliativas estão relacionadas a valores assumidos, que seriam o cumprimento do dever profissional, louvor e exaltação de atos heróicos no enfrentamento da violência, denúncia e indignação contra o poder da violência imposto pelos traficantes de drogas e lentidão da justiça em capturar criminosos apesar de sua mobilização. Nesta relação modalização – valores assumidos, o autor possui grande engajamento ou comprometimento com o conteúdo veiculado nas proposições, especialmente pela vítima tratar-se de um profissional de jornalismo. Isto nos lembra o fato de que aquilo com que as pessoas se comprometem nos textos é uma parte importante de como elas identificam a si próprias e aos outros no processo de atribuição de identidades sociais.

O texto seguinte exemplifica um tipo diferente de comprometimento ou avaliação. Neste caso, a vítima não é famosa, nem possui status social elevado, mas trata-se de uma pessoa idosa que foi assassinada por uma pessoa próxima, contratada pela família cuidar e dar assistência à vítima.

Ex 146: T 12

Revista Época
02/12/02
Violência

CEGUEIRA MODERNA

Mais brutal que a imagem da velhinha sendo espancada é o que continuamos sem enxergar.

Na cadeira de rodas, a velhinha é sacudida e estapeada, a cabeça é jogada contra a parede do banheiro, mãos lhe aplicam golpes nas pernas.

Luciana Aparecida Vieira Pinto tinha 92 anos, era professora aposentada, possuía filhos e netos e vivia sozinha, escoltada por três empregadas contratadas

pela família bem de vida de São José do Rio Preto, no interior paulista. Ela é a anciã vergada, brutalizada por Fátima Antônio, 41 anos, a dama de companhia que há quatro anos era paga para protegê-la. No domingo 24, Luciana morreu no hospital, vítima de traumatismo craniano. Na quarta-feira 27, Fátima foi presa.

As cenas de violência foram capturadas por uma microcâmera instalada no apartamento pela família, desconfiada dos hematomas que há seis meses apontavam no corpo da avó. Reproduzidas, dia após dia, pela televisão brasileira, as imagens pipocaram também nas telas do mundo. Nas bancadas, os jornalistas bradavam pela punição da agressora. O povo de casa se chocava, amplificava o clamor. Esses foram os fatos e aquela a imagem que se viu. Havia um crime, uma vítima e um culpado. A vida fica mais fácil quando é simples assim. Os criminosos existem também para nos absolver.

O mais perturbador na cena que se viu foi o que deixamos de ver. A imagem, chocante, é menos brutal que as manchas violáceas que se anunciaram durante meses, silenciosas, constantes e despercebidas, na pele enrugada de dona Luciana. Muito menos trágica que os sons da agressão

ouvidos pelas outras duas empregadas e silenciados, os sinais do desespero que a família não quis ou não pode perceber. Mesmo quando as marcas se tornaram tão evidentes que não puderam ser ignoradas, filhos e netos preferiram esperar pelo próximo ataque para comprovar em vídeo o que seus sentidos se recusavam a aceitar, como se só assim a realidade adquirisse legitimidade e existência. A imagem que se viu é menos dramática ainda que as Lucianas caladas ao nosso lado no sofá da sala enquanto bradamos contra o crime do outro revelado na tela da tv. E, por estar longe, mais real que o palpável ao alcance da mão.

Nesse mundo de espetáculo em que vivemos, as imagens existem também para nos cegar. Assistimos a tanto e a tudo que o olhar fica domesticado e desaprendemos a enxergar. Foi preciso o olho eletrônico da microcâmera e a retina tecnológica da televisão para que precisássemos, ainda sem ver, um crime cotidiano do qual a maioria de nós é cúmplice. Para dona Luciana, nossa cegueira foi fatal. Se para ela foi tarde, para nós ainda dá tempo. Para ela, como para qualquer um de nós, bastaria um olho humano.

No relato deste crime, que consiste na morte de uma idosa, a autora chama atenção não só para o crime em si, mas para a agressão doméstica e cotidiana de que os idosos/as são vítimas e para a falta de atitude dos familiares diante desse tipo de violência em suas próprias casas. O mau trato das pessoas idosas é um problema social que vem sendo reconhecido e apontado pela mídia impressa.

Uma característica deste texto é o posicionamento inflamado da autora diante do crime em si pelo tipo de pessoa que foi vitimada, ou seja, uma pessoa idosa, aparentemente que não esboçava condições de reação ou defesa. Esse papel de submissão é representado através de sentenças passivas em que a vítima está totalmente à mercê da violência de sua algoz, como mostram os exemplos abaixo:

Ex 147: a velhinha *é sacudida e estapeada*

Ex 148: a cabeça *é jogada* contra a parede do banheiro

Ex 149: ela é a anciã vergada, [que era] *brutalizada* por Fátima Antônio.

Ao fazer quase nenhum uso de modalizações epistêmicas e deônticas, e ao usar constantemente modalizações avaliativas, a autora se compromete totalmente com a verdade das proposições expressas através de sentenças categóricas, baseadas em fatos empíricos que são descritos ao longo do texto. Aparentemente, o texto é pouco modalizado pela falta de marcadores explícitos de possibilidade epistêmica ou deôntica; contudo, se visto com mais acuidade, percebemos a carga afetiva com que a autora expressa sua posição e comprometimento com certos valores, fazendo, portanto, uso da modalização avaliativa.

A modalização avaliativa é representada basicamente por adjetivações e pelo grau de intensidade semântica das palavras escolhidas para indexar valores e crenças, como nos exemplos a seguir:

Ex 150: cegueira *moderna*

Ex 151: imagem *chocante e brutal*

Ex 152: manchas *violáveis, silenciosas, constantes e despercebidas*

Ex 153: agressão *trágica*

Ex 154: marcas *evidentes* que não puderam ser *ignoradas*

Ex 155: imagem *dramática, real e palpável*

As adjetivações, no contexto das narrativas, são elementos enriquecedores, verdadeiros espelhos que também refletem o estado de alma do autor ou dos personagens, sendo, portanto, mais do que elementos descritivos. Nesta situação, este recurso nos permite observar o olhar de reprovação e indignação da autora diante do crime em si, principalmente, pela banalidade com que esse tipo de crime tem sido tratado, talvez pelo descaso das famílias que não tem dado a devida atenção e respeito aos seus idosos/as, como nos mostra o trecho “Muito menos trágica que os sons de agressão ouvidos pelas outras empregadas e silenciados, os sinais do desespero que a família não quis ou não pode perceber. Mesmo quando as marcas se tornaram tão evidentes que não puderam ser ignoradas, filhos e netos preferiram esperar pelo próximo ataque para comprovar em vídeo o que seus sentidos se recusavam a aceitar, como se só assim realidade adquirisse legitimidade e existência”.

No que diz respeito à intensidade semântica das palavras, o objetivo da autora é causar choque, mas não um choque letárgico, pelo contrário, ela conclama a opinião pública a tomar uma postura de reação e combate a este tipo de violência que começa com o descaso nos lares. É interessante que essa reação começa pela própria categoria profissional dos jornalistas que é envolvida, pois teria um papel social. Eles/as são aqueles/as que “bradam” e não só pedem, cobram ou denunciam crimes para que haja a punição dos criminosos, como mostra o trecho “Reproduzidas dia após dia pela televisão brasileira, as imagens [da agressão da idosa] *pipocaram* também nas telas do mundo [e não só “passaram” na tv]. Nas bancadas, os jornalistas *bradavam* pela punição da agressora”. Veja, portanto, a carga emotiva da avaliação expressa pela força dos verbos “bradar” e pipocar”.

Outra característica da modalização avaliativa no texto é o uso de uma linguagem inclusiva, em que não só jornalistas se comprometem, mas também o público leitor é envolvido, assim como nos trechos “Os criminosos existem também para *nos* punir”, “O mais perturbador que se viu foi o que *deixamos* de ver”, “Para dona Luciana *nossa* cegueira foi fatal”, “Para ela, como *para qualquer um de nós* bastaria um olhar humano”, etc.

O que podemos concluir destes aspectos da modalização avaliativa quanto à construção de identidades?

Em primeiro lugar, que essa modalização é relativamente dialógica porque está engajada com os outros (= público-leitor e opinião pública), mais do que entregando ou expressando um simples monólogo da autora ou descrição de um fato. Em segundo lugar, a autora se compromete fortemente com a verdade das proposições, apesar de quase nenhum uso de modalizadores epistêmicos, e oscila entre esse forte comprometimento através de sentenças que apontam para valores morais. Em terceiro lugar, a autora fala autoritariamente mostrando o tipo de atitude esperada da sociedade e o que deve ser feito, apesar de não fazer uso de modalizadores deônticos. Em quarto lugar, a autora varia entre uma linguagem aparentemente mais impessoal ao descrever como se deu o crime e entre uma linguagem inclusiva de comprometimento, em que se subentende um comportamento que todos nós devemos ou precisamos ter no tratamento para com nossos/as idosos/as. Em quinto lugar, o forte comprometimento da autora em si, e o que ela espera com o que nós nos comprometamos, também diz respeito não só a processos e relações do mundo

material, mas também diz respeito a processos mentais, ou seja, com o que nós sentimos ou devemos sentir. Deste modo, essas características da modalização avaliativa, em sua forma de comprometimento, é parte do processo de auto e hetero atribuição de identidades sociais.

No que diz respeito aos valores desejáveis e indesejáveis que a modalização avaliativa aponta no texto, podemos resumí-los como abaixo:

Valores desejáveis ou assumidos

- conscientização e mudança de atitude das famílias
- comprometimento da imprensa e opinião pública contra injustiça e violência
- compaixão, respeito e cuidado para com as pessoas idosas
- punição de agressores / criminosos

Valores indesejáveis ou não assumidos

- abandono e agressão contra o idoso
- omissão das famílias e imprensa diante de crimes contra o idoso
- impunidade

Tais valores apontam para o grande envolvimento ou comprometimento da autora com o conteúdo veiculado nas proposições, bem como seu engajamento diante de questões sociais tão delicadas como o papel do idoso e a relação da sociedade com essa classe de pessoas socialmente excluída e marginalizada.

Diante do exposto, notamos que as formas de modalizar transcendem os marcadores tradicionalmente eleitos, talvez por isso a dificuldade de consenso neste assunto. Tais marcadores, enquanto formas lingüísticas, dependem do contexto para entendermos que tipo de modalização desempenham. A partir da análise do corpus, percebemos que os verbos modais, os tempos verbais hipotéticos, os adjetivos, os advérbios e as sentenças avaliativas são as formas mais comuns utilizadas para marcar as modalizações nos relatos de crime de morte.

O uso da modalização e das demais categorias representacionais que identificamos em nosso *corpus*, a saber, nomeação, categorização e distribuição de papéis, nada mais são do que formas das quais jornais e revistas dispõem para guiar nossa interpretação e reação

diante do relato de crimes de morte de determinado modo. Tais categorias são, portanto, reflexo das práticas sociais nos textos, e não criações aleatórias ou independentes dos autores, que apontam para o modo como nossa sociedade identifica pessoas e grupos atribuindo-lhes uma identidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber as identidades sociais como um dos efeitos construtivos do discurso constitui uma ferramenta importante para compreender como se dão as mudanças em nossa realidade social e cultural. Nesta perspectiva, a concepção de discurso é fundamental.

No paradigma teórico-metodológico da ACD, que se preocupa em analisar os aspectos lingüísticos e semióticos dos problemas sociais, discurso é ação e interação social, dialeticamente construído e elemento constitutivo da sociedade e cultura. Discurso é também luta hegemônica e ideológica, e na prática discursiva, a produção, a distribuição e a interpretação de textos são um aspecto desta luta que pode reproduzir ou transformar tanto a ordem do discurso existente quanto as relações sociais e assimétricas instituídas.

No jogo das interações sociais, entramos em confronto identitário e enquanto atores sociais que somos, atribuímos identidades sociais aos nossos interlocutores, ao passo que também estas nos são atribuídas. Identidade não é, portanto, unidade, mas atributos identitários. A complexidade para se entender a construção de identidades é pelo fato de nela estarem imbuídos o social, o ideológico, o cultural. Contudo, o que queremos destacar nesse estudo é que o que caracteriza a natureza das identidades sociais é o seu caráter múltiplo, processual e plástico que emerge de acordo com os papéis sociais que desempenhamos em determinada situação discursiva. Portanto, essas identidades são construídas, representadas e categorizadas no e pelo processo discursivo.

O modo como ordenamos social e culturalmente as atividades lingüísticas no mundo e como fazemos escolhas ao referimos existencialmente formas lingüísticas, com determinado valor, a objetos em determinadas situações, evidencia a capacidade humana de indexar significados através da linguagem. Essa capacidade é legitimada na interação social e chama atenção para dois elementos fundamentais para que se realize: a alteridade e o contexto sócio-cultural.

Várias estruturas lingüísticas e discursivas podem fazer o papel de índice para sinalizar, apontar, representar o objeto no mundo externo a que se refere. Na análise do nosso *corpus*, formado de relatos de crimes de morte, verificamos que as categorias que freqüentemente indexam as identidades sociais de vítimas e criminosos são as categorias de nomeação, categorização, distribuição de papéis e modalização.

A partir da análise da nomeação, observamos que nomear através do nome próprio como em “O desempregado *Marcos Fonseca*, 38, é acusado de ter espancado a mãe, *Elisa Fristashi*, 72, que acabou morrendo” [T 22], é uma estratégia bastante comum nos relatos de crimes, tanto na referência às vítimas quanto aos criminosos. Se por um lado, nomear alguém pelo nome próprio parece ser um recurso não muito contundente na construção de identidades, uma vez que não nos fornece um indicador relevante ou diferenciado para identificarmos, por exemplo, a assimetria de poder entre os atores sociais; por outro lado, nos mostra que o nome próprio confere aos indivíduos uma identidade única, pessoal.

Os nomes próprios podem parecer um recurso usado pelo autor para dar familiaridade ou proximidade aos atores sociais envolvidos nos crimes diante dos/as leitores/as. O oposto também pode acontecer, ou seja, quando não se nomeia alguém pelo nome próprio, tal como em “os 19 sem-terra” [T 9], pode parecer um indicio de que estes atores não têm importância social, sendo desprovidos assim de sua identidade pessoal.

É importante considerar que nomear pelo nome próprio é uma prática convencional desde os primórdios da humanidade, com o Adão e Eva míticos que foram nomeados e receberam de Deus o poder de nomear todas as coisas, separando-as, categorizando-as. Nomear traz o reconhecimento da existência de todas as coisas. Essa prática salvaguarda o direito de todo/a cidadão/ã, de ser “um” ou “uma” entre os demais.

Outros modos de nomear, além do nome próprio, nos permitem observar a natureza ideológica da nomeação com mais nitidez; isto porque conferem aos indivíduos formas de categorizá-los. É aqui que se torna difícil a distinção entre essas duas categorias, ou seja, nomeação e categorização. Nomeações pela referência à faixa etária (ex: *a adolescente* [T 23], titulações (ex: *o juiz* [T14], apelidos (ex: *o Toninho do PT* [T 3], pseudotítulos (ex: *o monstro de Santa Tereza* [T 2]), condição social marginal (ex: *o mendigo* [T 17]), generalizações (ex: *um desafeto do rapper* [T 18]), iniciais dos nomes (ex: os menores *F. R. e A. M.* [T 16]), ação criminosa (ex: *o traficante* [T 15]) e grupos (ex: *esquadrão da morte* [T 21]) mostram, na representação textual, as categorias sociais pelas quais julgamos relevantes identificar as pessoas no mundo social, dependendo do papel e posição de poder que ocupam.

Parece que essas nomeações, que se confundem com categorizações, continuam dividindo ou segregando grupos de pessoas entre aquelas que têm poder e aquelas que não

têm poder nas interações, caracterizando-se assim, relações sociais assimétricas. Isto nos faz lembrar que a forma como atribuímos ou não poder é um importante elemento na percepção de identidade como construto sócio-discursivo.

Do mesmo modo que as diferentes formas de nomear, os tipos de categorização encontrados no *corpus*, a saber, funcionalização (ex: seis *empresários* portugueses [T 25]), idade (ex: Nelson (...) de 39 anos), identidade relacional (ex: *mãe e filha* [T 2]), atributos físicos (ex: *forte, de músculos definidos* [T 13]), classe social (ex: todos eram *pobres* [T 5]), papel de gênero sexual (ex: sua *ex-amante* [T 19]) e religião (ex: *descansava aos sábados* em função de sua religião [T 19]), reforçam a idéia de que cada sociedade diferencia classes de pessoas como de forma exercício de poder e controle social. Ao passo que ordenar o mundo em determinadas categorias histórica e culturalmente variáveis reflete nossa percepção da realidade, também evidencia o que consideramos como valores e atitudes aceitáveis e ou esperadas dos indivíduos. Isto é, categorizar um ator social pela profissão que ocupa, por exemplo, aponta para o fato de que possuir ou exercer uma profissão remunerada é um traço importante e posição esperada dos indivíduos economicamente ativos. Não ter um trabalho ou profissão soa como um comportamento não aceitável socialmente.

Com isto queremos dizer que a profissão, a idade, assim como os demais elementos são categorias importantes e naturalizadas na construção de identidades sociais dos atores, refletidas na produção das notícias e reportagens.

Contudo, apesar de vítimas e criminosos serem nomeados e categorizados, basicamente do mesmo modo, algumas dessas categorias trazem um efeito de sentido diferente se atribuídas a um ou ao outro. É o caso, por exemplo, da nomeação por apelidos - que se atribuído às vítimas, trazem um sentido positivo, enquanto que aos criminosos, um sentido negativo - ou da classificação pela classe social - parece que é mais comum as pessoas com estabilidade financeira e familiar, de prestígio social e/ou estabelecidas numa profissão serem naturalizadas como vítimas ao invés de criminosos. É importante considerar que o efeito de sentido positivo ou negativo de determinados usos dessas categorias é fruto, em primeira instância, da avaliação do autor sobre determinado crime e dos atores sociais envolvidos.

Quando pensamos na avaliação que o autor faz sobre um crime e os atores sociais envolvidos, mais uma vez, a questão da assimetria de poder nas relações é de grande relevância, sendo, portanto, imprescindível considerar o modo como se dá a distribuição de papéis sociais no processo discursivo.

Parece que na distribuição de papéis, nos relatos de crime, a assimetria de poder e controle de um grupo sobre outro é mais evidente. O curioso é que, a forma como o autor constrói textualmente as identidades sociais de vítimas e criminosos convencionam o papel de agente para o criminoso e de paciente para a vítima. Isto quer dizer que, geralmente, os criminosos exercem papéis ativos, enquanto as vítimas recebem papéis passivos. Contudo, em algumas circunstâncias, pode haver incongruência ou inadequação entre papéis sociais e papéis gramaticais. Em '[os criminosos] perguntaram a Márcia [a vítima] com quem ela *queria* ficar presa no quarto. Ela *escolheu* a filha de 13 anos [T 2]', a vítima é acionada como agente gramatical dos processos introduzidos pelas formas verbais 'queria' e 'escolheu'. Na verdade, o que acontece é que, embora a vítima seja sujeito gramatical desses processos, ela não é o sujeito-ator ou agente de fato; pelo contrário, a ação agentiva que exerceu foi em decorrência da sua sujeição não espontânea aos criminosos, sujeição essa imputada pela violência física como uma forma de exercício de poder covarde e desumano, que resultou no seu assassinato.

Ocorre que outra circunstância, identificada no *corpus*, em que as vítimas atuam em ações agentivas, é quando o autor descreve situações cotidianas da vida da vítima, situações estas que levam o/a leitor/a a inferir certa culpabilidade da própria vítima pela sua morte, como vemos em 'eles [as vítimas] *tentaram reagir* e ele [o criminoso] mandou matar todos' [T 25].

Uma forma convencionada de representação lingüística das vítimas como pacientes são as estruturas passivas, que poucas vezes são usadas para representar as ações dos criminosos. É o caso, por exemplo, de 'os empresários da construção civil (...) *foram* barbaramente *assassinados* (...) e *enterrados* (...) [T 25]'.

Quanto aos criminosos, estes são representados de fato como agentes de ações violentas, tais como 'estuprar', 'esquartejar', 'emascular', 'assassinar', etc; ações estas que resultam na sujeição e morte das vítimas, o que caracteriza total assimetria de poder e controle nessas relações.

Outro recurso usado para representação dos criminosos, que de certo modo beneficia estes agentes ao amenizar a responsabilidade sobre uma determinada ação, é o encobrimento da agência. Lingüisticamente, esse fenômeno ocorreu no *corpus* através de nominalizações (tal como em ‘o assassinato de Celso Daniel [T 8]’), do ocultamento do agente, ou seja, do criminoso (tal como em ‘o líder sem-terra foi assassinado com um tiro no rosto’ [T 4]) e de descrições ou referências generalizadas ou incertas dos criminosos (tal como em ‘a polícia investiga (...) um desafeto do rapper’ [T 18])

Essas estratégias usadas para representar a distribuição de papéis convencionalizada no relato de crimes de morte apontam para a significação ideológica da construção discursiva de identidades sociais a partir das escolhas feitas pelo autor. A percepção da incongruência entre papéis sociais - papéis que desempenhamos de fato em dada circunstância, e papéis gramaticais - como somos representados textualmente, e como isso ocorre, é uma ferramenta importante para a mudança social de certas práticas que continuam legitimando a assimetria de poder nas relações sociais, incluindo a produção do texto noticioso, que naturaliza certas tendências de crimes (por exemplo, mortes por arma de fogo) comportamentos (homens que agredem mulheres) e identidades (a vítima é sempre vítima, ator paciente nas ações, e o criminoso, por sua vez, é sempre o ator agente).

Em qualquer representação da realidade, o autor, em suas formulações, se compromete com certas verdades e avalia esta mesma realidade de acordo com sua percepção do mundo, conhecimento, crenças e valores, situados na sociedade em que vive. É justamente na compreensão daquilo com que o autor se compromete, em nível de verdade, do que é obrigatório e/ou necessário nos textos, é que podemos verificar, em parte, como ele identifica os outros e constrói identidades.

A questão de com o que nos comprometemos e avaliamos nosso mundo social é uma questão de modalização. É por isso que esta categoria analítica é outra estratégia importante para entendermos como as identidades sociais são construídas no e pelo discurso.

A análise do *corpus* mostrou que o uso de modalizações avaliativas (tal como em ‘[a vítima, um jornalista] *cumpria seu dever profissional* [quando foi assassinado]. Estava no morro a chamado dos moradores que denunciaram o terror imposto pelos criminosos [T 15]’) e modalizações epistêmicas (tal como em ‘a vítima *pode ter sido esfaqueada* no

pescoço. *Provavelmente*, foi arrastada (...) para a sala de cirurgia [T 19]’) é mais freqüente, em detrimento de modalizações deônticas que quase não aparecem nos textos (como em ‘quando a polícia encaminha um cadáver para o IML, *tem de* preencher uma ficha pedindo vários exames [T 20]’).

Essa tendência pela preferência de modalizações avaliativas e epistêmicas, na representação dos crimes de morte, demonstra um maior comprometimento do autor com os valores assumidos socialmente, bem como com o teor de verdade das proposições. Talvez isso ocorra pela natureza das narrativas, ou seja, os crimes de morte são um tema delicado, por vezes, polêmico em que o autor não se abstém do envolvimento e da avaliação. Certamente, as variáveis de classe social, a faixa etária, a familiaridade com os atores envolvidos, o prestígio das vítimas e/ou criminosos, o grau de violência empregada no crime, etc influenciarão na forma como as identidades sociais serão construídas no discurso pelo processo de modalização-avaliação.

O que dizer da baixa incidência das modalizações deônticas?

Apesar da quase não ocorrência marcada desse tipo de modalização, em algumas circunstâncias, como, por exemplo, na análise do texto 12 (cf páginas 90-93), a autora fala autoritariamente, mostrando o tipo de atitude comportamental esperada da sociedade, o que deve ser feito e como devemos sentir em relação ao tipo de crime relatado. Isto é um exemplo de que a modalização vai além dos casos de modalização explícita, ou seja, casos em que há marcadores de modalização explícitos.

Desse modo, podemos considerar que as categorias lingüístico-discursivas identificadas em nosso *corpus* são formas representacionais freqüentes e recorrentes que trabalham juntas na indexação do mundo social, especialmente na indexação de identidades sociais. Ao se apropriar de certas categorias ao invés de outras, na confecção do texto noticioso, os autores o fazem a partir de uma posição ideológica particular, isto é, de um certo ângulo, como prefere Fowler (1992:11). Uma vez que a linguagem é um instrumento de comunicação, ação e controle, a escolha de certas categorias pode transmitir uma idéia sobre um fato ou distorcê-lo; por outro lado, os leitores/as podem ser informados/as ou manipulados/as para verem a representação da realidade social de determinado modo. Por esta razão, certas categorias representacionais podem ser particularmente relevantes para a interpretação do discurso.

Isso nos leva a afirmar que tais categorias não são escolhas aleatórias, mas escolhas representacionais convencionadas na prática social que se refletem na produção do texto noticioso. Na verdade, essas categorias se constituem dialeticamente, ou seja, ao passo que refletem o modo como ordenamos nosso mundo social, também moldam e tornam legítimas certas formas de indexar identidades sociais quando consumimos esses textos sem reação ou questionamento dos usos de linguagem.

A utilidade de nossa análise crítica está, justamente, em colaborar com a formação de leitores/as mais críticos/as acerca dos usos ideológicos que se fazem da linguagem, nas mais variadas práticas discursivas e sociais, como é o caso da produção de notícias e reportagens. Um aspecto importante a ser considerado é que os leitores/as estão totalmente envolvidos/as na articulação discursiva dos valores, crenças e estereótipos construídos e transmitidos no texto noticioso e uma análise crítica do discurso da mídia pode corroborar com a mudança de posição desses/as leitores/as enquanto sujeitos passivos para agentes e intérpretes conscientes das estratégias de poder e controle utilizadas na construção das notícias e reportagens, sobretudo no que diz respeito à construção de identidades sociais de vítimas e criminosos.

Desde a seleção do fato, ou seja, do tipo de crime que merece ser noticiado, até a produção do texto em si, os autores, enquanto também agentes de práticas discursivas, revelam seu próprio posicionamento, valores e avaliação diante do que é representado através das categorias lingüístico-discursivas que escolhem para construir a representação de identidades sociais dos atores envolvidos, ou seja, das vítimas e criminosos. Com isso, podemos afirmar que nenhum discurso, nem mesmo o discurso da mídia impressa é neutro ou imparcial, sem um ponto de vista ou livre das impressões avaliativas do autor. Não podemos dissociar, portanto, produção lingüístico-discursiva do que isso representa e reflete.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. & MEDEIROS, J. B. 2001. 2ª ed. *Comunicação em língua portuguesa*. São Paulo, Atlas.
- BAKHTIN, M. 1992. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- BELL, A. & GARRETT, P. eds. 1998. Media and discourse: a critical overview. In *Approaches to media discourse*. Oxford, Blackwell, pp 1-20.
- BIRDWHISTELL, R. 1970. *Kinesics and context*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- BORDIEU, P. 1987. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S. A.
- BRONCKART, Jean-Paul. 1999. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um sócio-interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo, EDUC.
- CASTILHO, A. & CASTILHO, C. 1992. Advérbios modalizadores. In Rodolfo Ilari, org. *Gramática do português falado Vol II: níveis de análise lingüística*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- CLARK, R et alli. 1996. *Conscientização crítica da linguagem*. Campinas, Editora da UNICAMP, pp. 37-57. (Trabalhos em lingüística aplicada n ° 28)
- CALDAS-COULTHARD, C. R. 1997. *News as social practice: a study in crytical discourse analysis*. Florianópolis, Editora da UFSC (Advanced research english series, 1).
- COATES, J. 1987. Epistemic modality and spoken English *Transactions of the philological society*. London, Roehampton Institute, pp110-131.
- CORACINI, M. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, Pontes.
- COULTHARD, C. R & COULTHARD, M. 1996, eds. *Texts and practices : readings in critical discourse analisys*. London, Routledge.
- CUNHA, D. 2002. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In Ângela Dionísio et alli, orgs. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna.
- DELU, Z. 1991. Role relationships and their realization in mood and modality. *Text* 11 (2): 289-318.
- DIAS, A. R. 1996. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo. EDUC/Cortez Editora.

- DURANTI, A. 1997. Units of Participation . In *Linguistic anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 280-330.
- FAIRCLOUGH, N. 1995. *Media Discourse*. London, Edward Arnold.
- _____. 1989. *Language and power*. London, Longman.
- _____. 1998. Political discourse in the media: an analytical framework. In Allan Bell & Peter Garrett, eds. *Approaches to media discourse*, Oxford. Blackwell, pp 142-162.
- _____. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília, UNB.
- _____. 2003. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London and New York, Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. & WODAK, R. 1997. Critical Discourse analysis. In van Dijk, ed. *Discourse as social interaction*. Londres, Sage Publications.
- FISHMAN, M. 1978. Crime waves as ideology. In *Social Problems* 25 (4): 531-543.
- FOLHA de São Paulo. 1992. *Manual geral de redação*. São Paulo, Folha de São Paulo.
- FOWLER, R. 1992. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London and New York, Routledge.
- FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G. & TREW, T. 1979. *Language and control*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- GOFFMAN, E. 1998. Footing. In B. Ribeiro & P. Garcez, orgs. *Sociolinguística interacional*, Porto Alegre, AGE Editora, pp. 70-97.
- GUMPERZ, J, ed. 1982. *Language and social identity*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1998. Pistas de Contextualização. In B. Ribeiro & P. Garcez, orgs. *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre, AGE Editora, pp. 70-97.
- HABERMAS, J. 1970. *Zur logik der sozialwissenschaften*. Frankfurt, Suhrkamp.
- HALL, E. T. 1959. *The silent language*. New York, Doubleday.
- _____. 1966. *The hidden dimension*. New York, Doubleday.
- HALLIDAY, M. 1985. *An introduction to functional grammar*. London, Edward Arnold.
- HODGE, B. & KRESS, G. 1988. *Social Semiotics*. Cambridge, Polite Press.
- KRESS, G. 1997. Considerações de caráter cultural na descrição lingüística: para uma teoria social. In Emília Pedro, org. *Análise crítica do discurso*. Lisboa, Caminho, pp 47-72.

- _____.1990. Critical Discourse Analysis. In W. Grabe, org. *Annual review of applied linguistics* 11(?) : 84-99.
- KRESS, G. & van LEEUWEN.1996. *Reading images: The grammar of visual design*. Routledge, London.
- LOPES, L. P. M. 2002. *Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, Mercado das Letras.
- LYONS, J. 1995. *Linguistic semantics: an introduction*. Cambridge, Cambridge University press.
- MARCUSCHI, L. A. 1991. A ação dos verbos introdutores de opinião. *INTERCOM* (64): 74-92.
- _____. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In Ângela Dionísio et alli, org. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna.
- MELO, C. 1993. *As revistas semanais: o esopo moderno*. Recife, Editora Universitária (dissertação de mestrado)
- MELO, S. H. 2000. *Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico*. Recife, Editora Universitária. (dissertação de mestrado)
- MOORE, Stephen H. 2002. Disinterring ideology from a corpus of obituaries: a critical post mortem. In *Discourse and society* 13 (4): 495-536.
- NEVES, H. 2000. A polissemia dos verbos modais ou falando de ambigüidades. São Paulo, Alfa.
- OCHS, E. 1993. Constructing Social Identity: a language socialization perspective. *Research on Language and social interation*, 26(3):287-306.
- _____. 1996. Linguistic resouces for socializing humanity. In J. Gumperz & S. Levinson, eds. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge, Cambridge University Press, pp.406- 437. (Studies in the social foundations of language 17)
- PEDRO, E. 1997. Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In *Análise crítica do discurso*. Lisboa, Caminho, pp 19-45.
- PENNA, M. 1997. *Identidade social, linguagem e discurso*. Recife, Editora Universitária. (Tese de Doutorado)
- PHILLIPS, L. & JORGENSEN, M. 2002. *Discourse analysis as theory and method*. London, SAGE.

- PINHEIRO, N. 2002. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In J. Meurer & D. Motta-Roth, orgs. *Gêneros textuais e práticas discursivas*. São Paulo, EDUC.
- RAJAGOPALAN, K.1998. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma consideração radical. In I. Signorini, org. *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo, Mercado de Letras, pp 21-45.
- SIGNORINI, I, org, 1998. *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo, Mercado de Letras.
- SILVERSTEIN, M. 1976. Shifters, linguistic categories and cultural description. In K. Bassos & H. Selby, eds. *Meaning in antropology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 11-55.
- TILSTER, S. et alli. 2003. *Methods of text and discourse analysis*. London, SAGE
- van DIJK. T. 1987^a. Mediating Racism: the role of the media in the reproduction of racism. In Ruth Wodak, ed. *Language, power and ideology*. Amsterdam, Benjamins.
- _____.1987b. *Critical news analysis*. Granada. (paper)
- _____.1993. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse and society* 4 (2):249-283.
- _____. 1997. Discourse as social interaction.. In *Discourse studies: a multidisciplinary introduction Vol 2*. London, SAGE.
- _____. 1998. *News as discourse*. Hillsdale: New Jersey, Earlbaum.
- _____. 2002. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto.
- van LEEUWEN, T. 1997. A representação dos atores sociais. In Emília Pedro, org. *Análise crítica do discurso*. Lisboa. Caminho, pp 169-222.
- WODAK, R. et alli. 1990. 'Wir sind alle unschuldige Täter!' *Diskurshistorische studien zum nachkriegsantisemitismus*. Frankfurt, Suhrkamp.

ANEXOS

TABELA 1

TEXTO	TIPO DE CRIME DE MORTE	CAUSA MORTIS (pelo instrumento)
1	Homicídio	tiros
2	latrocínio (roubo seguido de morte)	facadas
3	Homicídio	tiros
4	Homicídio	tiros
5	Homicídio	estrangulamento
6	latrocínio	tiros
7	homicídio	espancamento
8	Homicídio	tiros
9	Homicídio	tiros + facadas
10	Homicídio	espancamento
11	Homicídio	tiros
12	Homicídio	espancamento
13	Homicídio	facadas
14	Homicídio	tiros
15	Homicídio	espancamento + facadas
16	Homicídio	espancamento
17	Homicídio	espancamento
18	Homicídio	tiros
19	Homicídio	esquartejamento
20	Homicídio	estrangulamento
21	Homicídio	tiros
22	Homicídio	espancamento
23	Homicídio	tiros
24	Homicídio	tiros
25	Latrocínio	espancamento + facadas + tiros

TABELA 2

O que o jornal noticiou?

TEXTO	TEMÁTICA DO CRIME
4	assassinato de líder sem-terra
5	violência sexual e assassinato de um menor
11	Assassinato de um líder de garimpeiros
14	Condenação de um juiz pelo assassinato de sua ex-esposa
18	assassinato de um rapper em ascensão social
22	filho desempregado de classe média alta que mata a mãe

O que as revistas noticiaram?

1	padre- prefeito que manda matar adversários políticos
2	mulher que é estuprada e morta em sua casa
3	assassinato de um político conhecido
6	assassinato de um navegador estrangeiro famoso no Brasil
7	assassinato de um presidiário famoso
8	assassinato de um político conhecido
9	condenação dos responsáveis pela morte de trabalhadores sem-terra
10	filha que planeja e participa da morte de pai e mãe
12	espancamento e morte de uma mulher idosa
13	neto que mata a avó e a empregada da família
15	assassinato de um jornalista famoso
16	jovens de classe média que espancam e matam garçom
17	jovens de classe popular que espancam e matam índio
19	médico que esquarteja mulher
20	assassinato de uma modelo
21	assassinato de um juiz
23	assassinato de uma adolescente em tiroteio
24	Pai que mata esposa e filhas e se suicida
25	assassinato de empresários estrangeiros no Brasil

CORPUS AMPLIADO

TEXTO 1

Revista Veja

2001

Crime

MANCHA NA BATINA

Ex-PM mata dois no Pará e diz que o mandante foi o prefeito, que também é padre

Um crime político assustou a população da pequena cidade de Mariluz, no interior do Paraná, Há duas semanas um homem munido de uma pistola 9 milímetros invadiu o escritório do presidente do diretório local do PPS, Carlos Alberto de Carvalho, matando-o, e ao vice-prefeito Aires Domingos. Preso na segunda-feira passada, o autor dos disparos, o ex-policial José Lucas Gomes, confessou o crime e revelou o nome do mandante. O homicídio fora encomendado por Adelino Gonçalves, padre da paróquia local e prefeito de Mariluz. Em seu depoimento, Gomes disse também que receberia 20 000 reais pelo crime. Além da confissão, há outras evidências contra Gonçalves. Ao depor, um vizinho do assassino confesso disse que Gomes recebeu a visita do prefeito duas vezes nas últimas semanas. O monza usado no atentado foi comprado alguns dias antes em Maringá por um dos seus assessores.

A primeira reação do padre prefeito após a prisão do assassino foi desaparecer. Por três dias, a polícia o procurou em vão. Na quinta-feira, ele apresentou-se e negou as visitas à casa do assassino e a autoria do crime. Sua situação não é nada fácil. O prefeito também vinha sendo investigado por prática de pedofilia, e a polícia suspeita que essa acusação tenha relação com os homicídios. Eleito pelo PMDB, Adelino Gonçalves havia brigado com o PPS, partido de seu vice, na divisão dos cargos de confiança. Os aliados teriam tentado chantagear o prefeito com fitas de vídeo que comprovariam a pedofilia. As fitas existem, já estão nas mãos do delegado responsável pelo caso e mostram assessores do prefeito tentando subornar o pai de uma suposta vítima para que ele não se manifestasse. Como se apresentou livremente à Justiça, Adelino Gonçalves não teve a prisão decretada. A polícia agora procura o assessor que comprou o monza usado no atentado.

TEXTO 2

Revista Veja

09/05/01

Crime

LIMITES DA MALDADE

Crime bárbaro gera tanta indignação que até coveiros se recusaram a enterrar um dos bandidos que morreu na cadeia

O outrora bucólico bairro de santa Tereza, nas montanhas do centro do Rio de Janeiro, hoje cercado de favelas por todos os lados, foi mais uma vez palco de uma barbárie que indignou a cidade. Uma família viu sua casa invadida por criminosos. Mãe e filha foram estupradas e esfaqueadas. A mãe, com requinte de selvageria, foi escarpelada e seu rosto, desfigurado a golpes de falcão. A menina, de 13 anos, sobreviveu. E contaria a uma tia ao sair do hospital: “Nós estávamos amarradas de bruços. Ele me deu uma facada e eu não gritei. Depois ouvi mamãe levando uma facada e dando um gemido profundo. Mamãe perguntou: ‘Minha filha, você está bem?’. Eu disse que sim. Ela disse sussurrando: ‘estou morrendo’.

O crime aconteceu num final de tarde, quando seu marido saíra e a fonoaudióloga Márcia Maria Lopes Coelho Lyra estava acompanhada do casal de filhos adolescentes. Os assassinos invadiram a casa, amarraram e enfiaram debaixo da cama seu filho o ex-marido, o engenheiro Luiz Paulo Castro Lyra, que viera buscar os filhos para passear. Aos criminosos, Márcia só pedia calma. “Não é preciso violência”, implorava. Em vão. Alan Marques da Costa, 18 anos, pedreiro que trabalhava na reforma da casa e contava com a confiança e amizade da família, queria sangue. Portava uma faca tipo Rambo. Ele e seu comparsa,

Marcelo Melo Gonçalves dos Santos, 37 anos, armado com um revólver, gritavam que pertenciam ao Comando Vermelho, facção do crime que controla a droga no Rio, Marcelo, já com um assassinato nas costas, agia com fúria. Havia consumido muita cocaína. E na cozinha a dupla tomara duas garrafas de vinho e outra de vodca. Não usavam máscaras. Afinal, pensavam, ninguém sobreviveria para contar a história.

Perguntaram a Márcia com quem ela queria ficar presa no quarto do casal. Ela escolheu a filha de 13 anos. Do outro dormitório, podia-se ouvir tudo e imaginar cenas inomináveis. Os dois bandidos amarraram as vítimas na cama de casal e as estupraram. Em seguida, Alan deu uma profunda facada no pescoço da menina, mas quer convencer a polícia de que foi Marcelo quem ficou com o serviço pesado, liquidando Márcia a golpes de falcão. “Era a queima de arquivo tramada”, afirma o inconsolável engenheiro Celso Verçoza, 5 anos, há sete com Márcia.

Durante a chacina, dois outros marginais arrancaram senha e cartão bancário de Luiz Paulo e saíram a fazer saques nos caixas eletrônicos. O lucro da chacina: 500 reais. As cenas de selvageria só acabaram com a chegada da Polícia Militar. Houve troca de tiros, mas os bandidos conseguiram fugir. Marcelo, o mais experiente e violento, foi entregue à polícia pela própria mulher, Erinalva Barbosa, antes que o comando do tráfico da minúscula, mas perigosa favela do Bloquete, na Zona Oeste, a 50 quilômetros do centro da cidade, ordenasse seu linchamento.

Levado para a carceragem, teve de ser isolado. Da cela dos marginais, as ameaças: “Estuprador aqui não entra”. De outra, apelidada de “seguro”, reservada a homossexuais e alcagüetes, nova sentença: “Aqui vira picadinho”. Algumado, Marcelo acabou confiando em sua sala. Nela seria encontrado enforcado, dois dias depois, com o fio do ventilador. O instituto Médico Legal atestou que ocorreu um enforcamento, ou seja, suicídio. O laudo oficial não dissipou todas as suspeitas de que o monstro possa ter sido estrangulado pelos carcereiros.

As ONG’s logo se mobilizaram: querem perícia independente para verificar como o preso morreu. “Para mim, nenhuma ONG telefonou oferecendo perícia que pudesse encontrar mais indícios para ajudar a polícia a capturar os assassinos”, desabafa Celso. Nem o calejado chefe da Polícia Álvaro Lins, pôde conter-se ao ver as fotos do corpo de Márcia: “Nunca imaginei que o ser humano fosse capaz de tamanha selvageria. O rosto dela foi desfigurado a golpes de facão. “Um dos golpes chegou a seccionar a medula”.

Na primeira noite depois do crime, Celso dormiu ao lado da poça de sangue no quarto. “Alguém precisava exorcizar aquele ambiente fantasmagórico”. No dia seguinte queimou o colchão, lençóis e roupas de Márcia na calçada. Um ritual de catarse: “Queimei tudo que pudesse lembrar a terrível tortura de Marcinha, senão cada vez que visse minhas cicatrizes iriam sangrar. Fiquei do lado até tudo virar cinza”. “Sinto uma vontade de fazer justiça com as próprias mãos”, declarou o ex-marido, o engenheiro Luiz Paulo, à polícia.

Marcelo, o monstro de Santa Tereza, foi enterrado na quinta-feira sem a presença de parentes, vizinhos nem comparsas. Em protesto, só a muito custo, os coveiros se resignaram a jogar terra sobre seu corpo. Em repúdio à violência, 800 pessoas compareceram à missa de Márcia.

TEXTO 3

Revista Isto É
19/09/01
Polícia

MORRE UMA ESTRELA

Campinas quer justiça pela morte do prefeito e dossiê poderá ajudar polícia a esclarecer o crime.

Um tiro disparado na noite de segunda-feira 10 apagou o brilho de uma ascendente estrela do PT. O prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o Toninho, por ironia, foi, aos 49 anos, vítima de um dos problemas que ele mais tentava combater: a criminalidade. O motivo para o assassinato desse homem obcecado pelo fim da miséria e da corrupção ainda é uma incógnita para a polícia. Já políticos e assessores do PT acreditam tratar-se de uma execução motivada por divergências políticas ou vingança. Toninho mexeu num vespeiro ao renegociar contratos – feitas pela administração anterior, reduzindo valores em até 40% - com empresas ligadas à coleta de lixo, merenda escolar, segurança patrimonial e de alugueis de veículos e maquinário. O outro embate foi com os servidores municipais. Ao assumir em janeiro, o prefeito extinguiu cargos de confiança, demitiu gente e substituiu s que ganhavam altos salários. Ele ainda bateu de frente com o

tráfico de drogas ao promover a remoção de grupos que vivem em terrenos a ser desapropriados para a ampliação do Aeroporto de Viracopos.

Investigação - Uma comissão integrada pelos secretários municipais de Cooperação nos Assuntos de Segurança, Péricles Caramaschi, de ASSUNTOS Jurídicos, Nelson Roberto Lucílio, e pelos presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara, vereador Carlos Signorelli, e da Assembléia, deputado Renato Simões, ambos do PT, acompanhará as investigações. Uma das principais missões da comissão será montar um dossiê para a polícia, informando as áreas de interesses econômico e político que sofreram mudanças desde que Toninho assumiu o governo. As renegociações, rompimentos de contratos e até intervenções serão consideradas.

Depois do choque, a população – 100 mil pessoas saíram às ruas para se despedir do prefeito – começou a dar informações sobre o que viu na noite de segunda-feira, quando Toninho foi baleado nas proximidades do Shopping Iguatemi, onde fizera compras após fazer exercícios na academia do irmão. Eram 22h15 e ele voltava para casa. O prefeito era casado e tinha uma filha de 15 anos. “As denúncias estão chegando na prefeitura. As pessoas estão evitando falar à polícia. Estamos fazendo uma triagem do que é relevante e repassando-as aos investigadores”, contou o deputado Renato Simões. Quanto às ameaças que Toninho estaria sofrendo, Simões disse haver controvérsia. “Não houve carta ou telefone. Assessores próximos contaram que ele se sentia ameaçado, tenso em determinadas situações. A cidade estava vivendo um processo de enfrentamento”, disse o deputado.

Toninho era popular e se considerava um homem do povo. Resistia ao uso de carro oficial e de seguranças. Apesar de filho de uma rica e tradicional família de Campinas, ele preferia caminhar pelas ruas como um cidadão igual aos outros. O terno e a gravata nunca foram seu forte.. Calças jeans e camisa pólo eram as suas roupas preferidas para transitar na periferia e também nos badalados bares da cidade de quase um milhão de habitantes, o segundo maior pólo econômico de São Paulo. Mas nem tudo foi fácil na vida política de Toninho, um petista ligado à esquerda do partido. Quando vice-prefeito do ex-sindicalista e então petista Jacó Bittar, Toninho, no meio do mandato, (1989 a 1993), rompeu com o prefeito e denunciou irregularidades em licitação de obras públicas. Em 1996, tentou a prefeitura, mas perdeu para o cacique da política campineira, Chico Amaral (PPB). Candidato às eleições de 2000, ele e sua vice, a assistente social Izalene Tiene, largaram na corrida municipal em quinto lugar, mas venceram as eleições em segundo turno com 60% dos votos.

O delegado Osmar Porcelli, que assumiu o caso, trabalha com todas as hipóteses para o crime. Uma testemunha contou à polícia que viu dois homens sem capacete em uma motocicleta preta atirarem contra o prefeito e fugirem. No mesmo dia em que sua carreira seria brutalmente encerrada, Toninho sinalizou que poderia morrer. Durante um debate sobre racismo na prefeitura, disse para sua vice Izalene: “Se acontecer alguma coisa comigo, você será a primeira prefeita na história de Campinas”. Ainda sobre o impacto da morte do companheiro de luta, Izalene disse a Isto É que estava se conscientizando da “nova realidade”. Toninho e a prefeita, que integra a corrente à esquerda do PT Fórum Sindicalista, trilharam o mesmo caminho. Foi ela quem levou o então jovem arquiteto para o PT. “Antes de convidá-lo a ingressar no PT, o que fiz em 1980, eu o convidei a participar do movimento Assembléia do Povo, na organização das favelas. Ele cuidava dos projetos, da urbanização e eu, da organização social”.

Pelo social – A prefeita promete dar continuidade ao trabalho de Toninho. Além do Orçamento Participativo, vai criar outro canal de comunicação com a sociedade. Solteira e sem filhos, Izalene não vai mudar seus hábitos, mas admite que terá de usar segurança. Sobre a atuação do crime organizado, em Campinas, enfatizou que o abandono da cidade pelo poder público fomenta violência. “Há 13 anos, por exemplo, não se constrói uma habitação popular. Temos uma grande dívida social. O débito do município é duas vezes o valor do nosso orçamento. No mesmo dia em que mataram Toninho, mais quatro pessoas morreram aqui. O crescimento exacerbado sem aumento de infra-estrutura e de políticas sociais favorece a violência”. Enfrentar e transformar essa realidade será o maior desafio dessa petista, que atua no movimento social desde a década de 70 e participou das Comunidades Eclesiais de Base.

TEXTO 4

Folha de São Paulo
09/10/01

Questão Agrária

LÍDER SEM-TERRA QUE INVADIU SEIS FAZENDAS NO PARÁ É ASSASSINADO A TIRO

O líder sem-terra Gilson de Souza Lima, 32, foi assassinado com tiro no rosto, na noite de sexta, em Marabá, na oitava morte neste ano de pessoas ligadas a invasões de terra no Pará. José Alves de Jesus, gerente da fazenda Taboqueira, palco do crime, foi preso ontem por porte ilegal de armas. Na sua casa a polícia encontrou um revólver calibre 38. Ele será investigado por suposta participação no assassinato.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraupébas atribui a Jesus o assassinato. Até a conclusão desta edição, a reportagem da Folha não havia conseguido localizar o suspeito. De acordo com o presidente do sindicato, Antônio Rodrigues da Silva, Lima fazia parte de uma lista de pessoas marcadas para morrer no Pará por suas atuações em invasões de seis fazendas em Marabá e em Paraupébas. A fazenda Taboqueira foi invadida por 95 famílias em outubro de 98. Silva afirma que o invasor morto liderava acampamentos na área, o que teria levado Jesus a ameaçá-lo de morte “algumas vezes”. Desde agosto.

A Comissão Pastoral da Terra no Pará contabiliza no Pará outras sete mortes no campo este ano, entre sindicalistas e invasores. Destaca-se o caso de José Pinheiro Lima. O sindicalista, sua mulher e filho de 15 anos foram assassinados a tiros numa emboscada, em julho, também em Marabá (489 km ao sul de Belém).

TEXTO 5

Folha de São Paulo
10/10/01
Violência

MAIS UM GAROTO É MORTO E VIOLENTADO NO MARANHÃO É o 20º caso de menino encontrado sem os órgãos sexuais no Estado. OAB processa Brasil em razão dos assassinatos

O garoto Welson Frazão Serra, 13, foi encontrado morto e sem órgãos genitais anteontem em uma área de um sítio desabitado em São Luiz (MA). Foi o vigésimo caso semelhante registrado no Estado desde 1991.

Welson foi violentado, emasculado, teve um dedo da mão direita cortado e ainda foi asfixiado, segundo peritos do Instituto de Criminalística. A perícia achou ter a nos pulmões, no nariz e na boca do menino. Ele estava desaparecido desde à tarde de domingo. O perfil de Welson é semelhante ao dos 19 meninos que já foram assassinados e emasculados. Todos eram pobres, tinham entre nove e quinze anos e moravam em área de ocupação irregular.

OEA

A morte de Welson deve merecer atenção internacional, já que no último dia 27 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) anunciou que está processando o Brasil em razão dos assassinatos dos garotos maranhenses. Nenhum crime foi elucidado e ninguém foi punido. A OEA só age quando a Justiça local não resolve o problema.

O corpo de Welson foi encontrado pelo irmão Wilson Diniz Serra, de 15 anos. A vítima estava deitada de bruços, coberta por palhas de coqueiro. Não havia sangue no local, o que pode indicar que ele foi morto em outro local e arrastado para o sítio. Foram presos dois suspeitos que seriam vigias da região. Os nomes não foram divulgados. A suposição de rituais de magia negra chegou a ser cogitada pelos parentes de Welson que são evangélicos. Outra hipótese levantada é a de que o menino teria sido atacado por um maníaco sexual, que poderia ter enfiado seu rosto na terra antes ou depois da violação. Então teria cortado os órgãos genitais para desviar a investigação.

TEXTO 6

Revista Veja
12/12/01

ASSASSINADO NO BRASIL

Ladrões matam a tiros, na Amazônia, Peter Blake, o maior navegador da atualidade.

Peter Blake era um herói para os neozelandeses, que comparam seus feitos nas águas à proeza realizada em 1953 por seu conterrâneo Edmund Hillary, o primeiro homem a escalar o Monte Everest. O herói foi morto a tiros em Macapá, na quarta-feira passada, por um grupo de assaltantes que invadiu um dos veleiros mais sofisticados do mundo para roubar um bote inflável, um motor de popa e um punhado de relógios.

O médico legista que examinou o corpo informa que o mais famoso navegador da atualidade, o grande campeão de iatismo mundial e um ídolo que chegou a ser condecorado pela rainha da Inglaterra tomou dois tiros pelas costas. Armado com rifle calibre 38, ele reagiu ao assalto e tentava esconder-se do revide dos bandidos ao ser cercado. Blake apareceu no convés logo que os piratas subiram ao barco e estavam tentando render outros tripulantes. Havia uma pequena comemoração no grupo, pelo fim de uma etapa da viagem. Um dos tiros ficou alojado na musculatura do tronco de Blake. Outro atravessou o corpo, rompendo uma artéria e produzindo a morte por hemorragia em menos de três minutos.

Os assaltantes foram presos na sexta-feira. Integravam uma das quadrilhas que agem na orla do Amapá assaltando embarcações. Esses ratos d'água, como são conhecidos, fizeram 43 vítimas em torno da área de Macapá apenas no mês de novembro.

Blake e o grupo de pesquisadores que viajava no *Seamaster* tinham ancorado à tarde numa das enseadas mais bonitas da região, atraídos pela mansidão e limpeza das águas e pela brancura da areia. Estavam a 200 metros da praia da Fazendinha, a 17 quilômetros de Macapá, um ponto que atrai muitos turistas – e ratos d'água. No dia seguinte zarpariam para Venezuela. Vinham do interior da Amazônia encerrando mais um estágio da expedição que o navegador iniciou no ano passado com a intenção de explorar os principais ecossistemas do planeta.

Na primeira etapa a bordo do supereleiro construído especialmente para essa aventura, o herói neozelandês explorou a Antártica. Ao passar pela Amazônia, chegou a receber a visita a bordo da primeira ministra de seu país, Helen Clark, em Manaus. Ela passou vinte horas no *Seamaster* e definiu esse encontro como o ponto alto de sua viagem à América do Sul. “É terrível saber que mataram uma pessoa como Blake por coisas tão irrisórias”, disse a primeira-ministra ao saber do crime. Em Macapá, logo depois do homicídio, iniciou-se o jogo do empurra entre as autoridades para livrar-se da responsabilidade por permitir que o barco parasse num lugar tão perigoso. A Polícia Civil informava que o navegador chegou à cidade sem avisar. A Polícia Federal, cujo posto foi visitado por tripulantes do veleiro para o desembarço de documentos, garantia que eles foram genericamente avisados sobre o risco de assalto. Paulo Matos, brasileiro que estava a bordo, comunica que, na verdade, foi seguida a indicação de um oficial da Marinha, que os orientou a não ficar no porto, por ser uma área visitada por ladrões.

Três homens abordaram o *Seamaster* enquanto um ficou aguardando ao volante de uma pequena embarcação. Eles tinham planejado o roubo depois de ver o barco ancorado na enseada. Todo de alumínio, o veleiro tem 36 metros de comprimento. Pode navegar em áreas muito rasas e também em mares agitados. Dotado dos mais modernos sistemas de navegação e filmagem subaquática, o barco serviu de inspiração para o novo modelo construído pelo navegador brasileiro Amyr Klink. Os bandidos, que tinham notado a passagem de parte da tripulação em terra Durant o dia, chegaram gritando “money” apenas. No tiroteio, feriram outros dois pesquisadores neozelandeses. Um dos assaltantes teve a falange dos dedos arrancada por um disparo feito por Blake. A Polícia Federal disse que mais três homens deram apoio logístico à ação dos piratas. Blake, segundo amigos, já tinha enfrentado outros assaltos no mar e, supostamente, sabia como reagir em situações como essa.

Todo mundo da vela atribui a Blake a profissionalização desse esporte. Em 1990, venceu a regata Whitbread de modo pouco usual no iatismo que se praticava até então. Os outros grupos eram compostos de amigos que se juntavam para fazer da volta ao mundo um grande passeio. O capitão tinha uma equipe profissional, com contratos de longo prazo. Planejava cada parte do deslocamento, queria recordes, tinha patrocinador que cobrava resultados. “Blake colocava todo mundo na linha sem tirar das pessoas o entusiasmo nem prazer de velejar”, recorda o iatista brasileiro Cacau Peters, que integrou uma equipe instruída pelo herói neozelandês. Entre outros feitos, Blake venceu em 1995 a America's Cup, a copa do mundo do iatismo. Foi a segunda vez que a prova não acabou vencida por americanos, em 145 anos de história. Em 200, liberou a equipe da Nova Zelândia nessa mesma competição e venceu de novo. Quando

decidiu abandonar as provas em nome do projeto ecológico, apoiado pela Organização das Nações Unidas, começou a realização de um sonho. “Agora sim, estou na regata que importa”, disse recentemente. “É uma corrida para ajudar o planeta”. Blake tinha apenas 5 anos.

TEXTO 7

Revista Isto É
23/01/2002
Polícia

UM CRIME QUASE PERFEITO

Preso que dividia cela com Fernando Dutra Pinto revela como mataram o seqüestrador de Silvio Santos

O quebra cabeça da misteriosa morte do seqüestrador Fernando Dutra Pinto está prestes a ser montado. A peça que faltava é Marcelo R. M. (o sobrenome não foi revelado por uma questão de segurança), o preso que viveu lado a lado com Fernando os seus últimos dias de vida e presenciou a tortura que ele sofreu dos carcereiros no Centro de Detenção Provisória de Belém, em São Paulo. As revelações de Marcelo feitas com exclusividade à Isto É provam que permanece viva a herança dos anos de chumbo no Brasil, época em que espancamento de presos fazia parte da rotina policial em delegacias e presídios.

O laudo preliminar da necropsia realizada pela Faculdade de Medicina da USP a pedido da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, divulgado na sexta-feira 18, confirma que a causa mortis do seqüestrador da filha de Silvio Santos foi broncopneumonia. O resultado do exame é mais um indício da veracidade da história contada por Marcelo. Ele confirma que Fernando foi torturado na cela de castigo do pavilhão 3, onde o seqüestrador ficou trancafiado dez dias após uma briga com um funcionário. E revela que o criminoso era obrigado a tomar banho de água fria, por até cinco horas seguidas, durante a madrugada. Marcelo e outros presos ouviam quase todas as noites os gritos agonizantes do seqüestrador. “O chuveiro era ligado entre meia-noite e uma da manhã. Essa é a hora em que a luz é desligada na cadeia. O banho forçado acabava lá pelas quatro. Nesse tempo, ele pedia socorro, gritava muito, chorava, tossia sem parar”, relata Marcelo.

O preso detalha como se desenrolavam as sessões de tortura. Dois agentes penitenciários encurralavam Fernando no chuveiro da solitária. O seqüestrador permanecia parado, de cócoras, sem roupa. Como a torneira fica fora da cela, os funcionários controlavam a saída de água. O jato tinha uma pressão enorme. Se tentasse se mexer, Fernando recebia surras de cano, que era enrolado com uma toalha molhada para evitar o aparecimento de hematomas em seu corpo. “Os caras são manjados, têm estratégia para bater. Eles não são loucos de dar um murro no olho do Fernando. Ia ficar o rochão e todo mundo ia saber”, diz o preso.

Segundo Marcelo, cujo nome não consta na lista de depoimentos da sindicância interna da Secretaria de Administração Penitenciária, aberta para apurar o caso, o seqüestrador pegou pneumonia durante o tempo em que passou no castigo. “A água molhava o colchão, as roupas, a cela inteira. Nem quando amanhecia dava para dormir no seco, era, era um aguaceiro só”, conta Marcelo. A solitária de Fernando era uma das últimas do corredor escuro chamado pelos presidiários de “seguro”. A insalubre cela está situada no andar de cima dos xadrezes do pavilhão 3. Foi lá onde outro detento, responsável pela distribuição do café nas celas recebeu de Fernando um bilhete endereçado a Marcelo. “Ele me escreveu para avisar o irmão dele que a coisa estava ficando feia. Disse que se sentia cada vez mais fraco de saúde e pediu para a gente falar com a polícia”, revela.

A cela de castigo do Centro de Detenção do Belém virava câmara de tortura, de acordo com Marcelo, nas noites de plantão dos carcereiros que brigaram com Fernando. Essa confusão aconteceu no início da noite do dia 10 de dezembro, quando o agente Mateus Messias da Silva “batia grades” (procedimento para conferir se as grades das celas não estão cerradas). No xadrez ao lado de Fernando, Mateus encontrou um celular e um punhado de maconha. “De repente, o Fernando parou de falar comigo. Se levantou e disse para o polícia: ‘Aí Mateus, você está usando de má fé! Vai devagar! O carcereiro guardou o celular e a maconha no bolso, abriu

a cela e berrou para Fernando: O quê? Mateus? Pra você é seu Mateus!’ Aí, o Fernando falou: ‘Pra você então, é seu Fernando!’”.

Os dois começaram a trocar socos e chutes. Mais dois funcionários chegaram e arrastaram Fernando para fora da cela. Não disseram que o levariam para o castigo. “No caminho da solitária, Mateus deu um murro na barriga de Fernando. Ele ficou meio zozzo e não teve tempo de revidar. A mão de Mateus quebrou por causa do soco que deu no Fernando”, conta Marcelo. Na madrugada do dia 11, ele ouviu os berros mais desesperados do seqüestrador. Ao deixar o castigo, um dia antes da visita do Natal, Fernando reencontrou Marcelo. “Ele estava fraco, chupado, bem mais magro. Me disse que achava que estava ficando doente. Ninguém agüentaria tanta água fria sobre o corpo”, deduz o detento.

No dia 30 de dezembro, Fernando deu entrada na enfermaria da cadeia com sintomas de uma alergia. Tomava remédios sob a fiscalização de uma enfermeira e um auxiliar. No dia seguinte, melhorou da alergia, mas passou a apresentar sintomas de problemas respiratórios. Quando chegou do ambulatório, Fernando voltou a procurar Marcelo. Pediu a ele para avisar seu irmão Esdra que precisava de roupas, papel higiênico e lâmpada para sua cela. “Lembro que ele falou que não estava conseguindo comer mais nada. Tossia sem parar, estava fraco, mal mesmo. Ele achava que estava com intoxicação”, conta Marcelo. Nesse dia, segundo ele, um carcereiro que acompanhava Fernando de volta à cela, identificado apenas como Wagner, ironizou: “Intoxicação que nada, você está quase morrendo”.

No fatídico 2 de janeiro, dia da morte de Fernando Dutra Pinto, a cadeia amanheceu às escuras. O horário em que a luz normalmente é ligada nas celas estranhamente atrasou. O motivo é um mistério. No fim da manhã, Esdra chamou Marcelo para conversar no pátio do presídio. “Ele disse chorando: ‘Os caras conseguiram. Mataram meu irmão. Estou com medo, vai sobrar pra mim’”. Uma hora depois, por volta da uma da tarde, Marcelo foi transferido às pressas para o Complexo do Carandiru. Hoje admite que está com medo de morrer. “Sei muito. Meu fim pode ser o mesmo de Fernando. Posso ser a próxima queima de arquivo”, diz ele.

TEXTO 8

Revista Veja
30/01/02
Especial

O CHOQUE E A REAÇÃO

Raras vezes o Brasil se mobilizou tanto e tão rapidamente como na semana passada ao saber do assassinato do prefeito Celso Daniel, do PT, da cidade de Santo André, na Grande São Paulo. A execução bárbara do prefeito na noite de sábado 19 chocou o país quase que instantaneamente. O assassinato tocou um nervo exposto mais profundo da sensibilidade nacional. Por todo o Brasil, em meio às explorações políticas de costume, os cidadãos das grandes cidades foram às ruas pedir providências contra o crime, contra a impunidade dos assassinos e para o começo de uma faxina nas polícias. Não é a primeira vez que as capitais do país são tomadas por passeatas pela paz ou contra a violência. Dessa vez foi diferente, não apenas pela amplitude dos protestos ou pela indignação sincera dos manifestantes. A diferença foi que os gritos da rua da semana passada vieram acompanhados de uma reação rápida das autoridades. Mesmo que atabalhoadas num primeiro momento, as medidas anunciadas e a arregimentação de governantes de todos os níveis, parlamentares e juízes permitem supor que, ao contrário do que se viu no ano passado, desta vez o país vai levar a sério o combate ao crime.

Numa mostra clara do que o país atravessa, Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra e eterno candidato do PT à Presidência, foi ao Palácio do Planalto cobrar providências e ao mesmo tempo oferecer ao presidente Fernando Henrique Cardoso ajuda para um amplo programa de combate ao crime. A imagem do aperto de mãos de Lula e FHC num momento de comoção nacional provocada por um crime de grande repercussão pode entrar para a história como um daqueles momentos transformadores. Eles são muito pouco frequentes. No ano passado, em menor intensidade, houve no racionamento de eletricidade um mutirão semelhante que harmonizou medidas corretas do governo com a vontade das pessoas de evitar a situação pior de um país no escuro.

A morte do prefeito sinaliza de modo trágico que ninguém está a salvo. Nem mesmo os políticos, que muitos brasileiros julgam viver num mundo encantado de favores e imunidades. Até o presidente da república já teve seu carro particular roubado duas vezes. O prédio onde Fernando Henrique tem um apartamento em São Paulo também já foi assaltado. Num país onde o assalto no semáforo se tornou rotina e o seqüestro já faz vítimas na classe média, o assassinato de Celso Daniel funcionou como o alarme estridente dando conta de que a explosão da violência já foi longe demais. Até sexta-feira à noite não havia uma explicação clara para a morte do prefeito de Santo André, sequestrado quando saía com um amigo de uma churrascaria em São Paulo e assassinado 24 horas depois. Em virtude de outro crime de morte em que a vítima foi um prefeito do Partido dos Trabalhadores, Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, de Campinas, interior de São Paulo, chegou-se a cogitar uma conspiração política destinada a matar integrantes do partido de Lula. A morte de Celso Daniel, segundo essa interpretação, teria sido um crime político. Os próprios líderes do PT, no entanto, admitem que essa é a mais fraca das hipóteses a ser investigada.

Outra possibilidade bem mais forte, é a de crime comum. Os seqüestradores teriam abordado o carro em que estavam o prefeito e um amigo, o empresário Sérgio Gomes da Silva, na esperança de seqüestrar e fazer dinheiro com o resgate. Ao descobrirem que tinham levado um político conhecido cujo sumiço teve enorme repercussão, resolveram simplesmente matá-lo, com receio de serem apanhados na gigantesca operação de busca que se seguiria. Por fim, há dúvidas a respeito dos depoimentos do amigo, dono da Mitsubishi Pajero blindada que foi abordada pelos seqüestradores. Ele não foi levado pelos bandidos. Na polícia contou uma história que se revelou cheia de contradições. Silva, o melhor amigo de Celso Daniel, disse aos policiais que as travas elétricas das portas da Pajero se abriram sozinhas, depois de seu veículo ter sofrido abalroamento pelos carros dos seqüestradores. Assim os bandidos teriam podido tirar o prefeito da Pajero e leva-lo para o cativoiro. Silva disse também que desistiu de continuar tentando fugir dos bandidos depois que a Pajero perdeu a tração. Com os abalroamentos, o motor teria girado em falso mesmo com as marchas engatadas. Os peritos não conseguiram encontrar nem reproduzir os defeitos relatados por Silva. “Eu não sou mecânico e não entendo nada disso, mas tudo o que eu disse foi o que aconteceu”, defendeu-se. Os policiais dizem que esse tipo de confusão é consistente com o quadro de pânico e terror vivido pelo empresário ao lado do amigo.

O engenheiro e economista Celso Daniel, um dos políticos mais populares do PT, tinha 50 anos. Ele conheceu Silva em 1988, em sua primeira campanha vitoriosa à prefeitura de Santo André. Silva prosperou. De motorista e segurança do prefeito, tornou-se empresário. Uma investigação do Ministério Público de Santo André resultou num dossiê de quarenta páginas em que os promotores descrevem seu espanto com a súbita riqueza de Silva. Em quatro anos, sua renda aumentou dez vezes. Segundo levantamento dos promotores em 1996, tinha rendimentos anuais de 30.000 reais. Em 2000, eram 300.000 reais. Há um complicador. Silva é sócio de um certo Ronam Pinto, dono de três empresas de ônibus e beneficiário de contratos milionários com a prefeitura de Santo André, muitos deles investigados por irregularidades. O próprio Silva foi investigado por ter recebido 272.000 reais de uma das empresas de coleta de lixo de Ronam Pinto, a Rotedalli Serviços e Limpeza Urbana, que na época tinha contratos de um 1,7 milhão de reais com a prefeitura de Santo André. Todos esses detalhes deverão ser examinados pelos policiais envolvidos na elucidação da morte de Celso Daniel. Eles não descartam a hipótese de que o assassinato pode estar relacionado a interesses econômicos contrariados pelo prefeito. Seja qual for o desfecho das investigações, ele não atenuará a indignação demonstrada pelos brasileiros a semana passada. Está claro que a sociedade está disposta, como nunca, a colocar um limite à ação criminosa no país.

TEXTO 9

Revista Isto É
22/05/2002
Justiça

PENA DURA SEM CADEIA

Coronel Pantoja é condenado a 228 anos de prisão por massacre de 19 sem-terra, mas vai recorrer em liberdade.

“Ninguém viu nada. Todos calados”, determinou o coronel da Polícia Militar Mário Colares Pantoja ao entrar no ônibus da viação Transbrasileira que transportava sua tropa: “Missão cumprida”. Seis anos e 30 dias depois, as ordens emitidas ao final da operação que culminou com a morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, revelaram-se inócuas. Até a estratégia passa-borracha, que o oficial atualmente renega, foi lembrada na semana passada pelo motorista de ônibus, Pedro Alípio da Silva, durante a primeira sessão de julgamento do massacre. Comandante da operação que visava liberar trecho de uma estrada ocupada por mais de mil sem-terra, o coronel Pantoja acabou condenado a 228 anos de prisão, 12 anos para cada um dos 19 homicídios. Ele acompanhou impassível a leitura da sentença. Embora esteja na reserva, usou uma viatura da Polícia Militar para deixar o tribunal, pouco antes do amanhecer da quinta-feira 16.

No carro oficial, Pantoja estava acompanhado pelo capitão Raimundo Almendra Lameira, seu auxiliar no comando da operação, que foi absolvido pelo mesmo júri. Desde o começo da sessão, na manhã da terça-feira 14, o coronel e seus advogados tentaram responsabilizar o governador Almir Gabriel (PSDB) pelo massacre. “O governador mandou desobstruir a pista da rodovia a qualquer custo”, garantiram. Um dos advogados do oficial, Roberto Lauria, argumentou que, em Eldorado dos Carajás, o papel do comandante Pantoja era fictício. “Ele não comandava nada”, disse Lauria. “É uma vergonha o governo do Estado não estar neste processo”. Em 1999, no entanto, o próprio Almir Gabriel teve de discorrer sobre sua participação no episódio. Em depoimento prestado à Justiça, assegurou que o responsável pela liberação da estrada era o coronel Pantoja. Na ocasião, o governador ressaltou que a PM sempre teve autonomia para conduzir as negociações com o MST.

Na tarde em que PMs e sem-terra se enfrentaram em condições desiguais não se registrou tentativa de negociação. Na batalha travada pelos peritos que atuaram no caso também foram raros os pontos convergentes. Convocado pelo Ministério Público, o perito Ricardo Molina a única fita de vídeo gravada durante o confronto pela TV Parauapebas, afiliada do SBT no Pará. Seu laudo, revelado a ISTO É em setembro de 2000, identificou imagens impossíveis de se observar numa exibição usual, pois cada segundo da fita foi desdobrado em 33 frames ou cenas. “Há fortes evidências de que aconteceram tiros em direção dos sem-terra com intenção de matar ou ferir”, concluiu Molina. No laudo, ele ainda demonstrava que o primeiro disparo foi feito por um PM e havia pelo menos um ferido antes do revide dos sem-terra. O cineasta Osvaldo Araújo, que registrou as imagens, deu informações que reforçaram a análise de Molina. “Vimos a polícia atirando contra os sem-terra, mas não vimos os trabalhadores atingindo a PM”, declarou Araújo no tribunal.

Considerado peça acusação uma das peças principais do processo, o laudo de Molina e o do próprio perito foram questionados pela defesa de Pantoja. “É um laudo feito de encomenda pelo Ministério Público”, declarou o advogado Américo Leal. A Pantoja e seus advogados interessavam mais as análises do médico legista Fortunato Badan Palhares, o mesmo que concluiu que PC Farias, caixa da campanha do ex-presidente Collor havia sido vítima de um crime passional. Convocado pela Secretaria de Segurança do Pará, Badan preparou dois trabalhos com base nos laudos dos 19 cadáveres dos sem-terra, feitos por peritos do Estado. “O governo do Pará desejava mostrar que não tinha nada a esconder”, lembra o diretor do Instituto de Criminalística, Joaquim Araújo. Badan concluiu que, “se tivesse intenção de matar, centenas de pessoas teriam sido mortas”. No parecer, ele também ressalta o fato de os sem-terra terem sido vítimas de armas brancas, cortantes, “não usadas pelas forças policiais”. No julgamento, soube-se que, pelo menos, 60 policiais de Parauapebas – que participaram do confronto – usam habitualmente armas brancas por pertencerem a um pelotão florestal.

O MST, que considera o julgamento uma farsa, decidiu só se manifestar no final do processo. “Infelizmente, a Justiça do Pará não tem credibilidade”, aponta o frei Henri Des Rosiers, que é advogado e integra a Comissão Pastoral da Terra. “Nos últimos 30 anos, 714 pessoas morreram por causa dos conflitos de terra no Estado e só duas pessoas foram condenadas”, afirmou. Pantoja recebeu uma condenação pesada, mas continua fora das grades. Como é réu primário, tem o direito de recorrer em liberdade. O Ministério Público já se prepara para questionar a absolvição do capitão Lameira. Na terça-feira 21, será a vez do major José Maria Pereira sentar no banco dos réus. Ele deveria ser julgado junto com Pantoja e Lameira, mas não conseguiu sessão independente, sob o argumento de que estava distante do palco dos acontecimentos. Depois dos oficiais, será a vez de outros 146 policiais militares envolvidos no massacre acertarem suas contas na Justiça.

HEDIONDO

Estudante de direito vai para o motel depois de matar os pais com a ajuda do namorado e abre discussão sobre os motivos da violência doméstica.

Universitária, bonita, nascida e, berço privilegiado, Suzane Louise von Richthofen, 19 anos, tinha tudo para um futuro promissor. Boa aluna, até a quinta-feira 7 ela cursava o primeiro ano de direito na PUC de São Paulo, onde era vista pelas colegas como uma pessoa alegre e bastante simpática. Na madrugada da sexta-feira 8, porém, se tornou pública uma outra face de Suzane. Uma face extremamente cruel. Na sede da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Suzane confessou ter planejado e participado do brutal assassinato de seus pais. Na noite de 31 de outubro, o engenheiro Manfred Albert von Richthofen, 49 anos, diretor da Dersa, sobrinho neto do lendário Barão vermelho, e sua mulher, a psiquiatra. Marísia von Richthofen, 50, foram mortos em casa, no Campo Belo, bairro nobre de São Paulo, com requintes de perversidade. “A violência do crime foi uma coisa pavorosa”, diz o promotor Marcelo Milani, que acompanhou a investigação. “O casal foi morto a pauladas, na cama, e ambos ficaram com os rostos desfigurados”. A cena ganha cores ainda mais macabras quando é descrita pelos próprios assassinos.

Além de Suzane, participaram do crime seu namorado, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, 21 anos, e o irmão dele, Christian, 26. “Suzane disse que matou os pais por amor. Eles eram contra seu namoro com Daniel e há cerca de sete meses determinaram que ela deixasse a casa se quisesse ficar com o rapaz”, afirmou o delegado Domingos de Paula Neto, diretor do DHPP. “O plano da garota era ficar com a herança, estimada em US\$ 1 milhão, e morar com o namorado na casa onde mataram os pais”. Nos depoimentos colhidos pela polícia, Suzane, Daniel e Christian contaram que o crime começou a ser planejado há cerca de dois meses. O primeiro passo para a barbárie foi a preparação das armas. Daniel, que não tem emprego e conseguia algum dinheiro vendendo aeromodelos para conhecidos, recheou duas barras de ferro com pedaços de madeira. Assim, obteve instrumentos pesados o suficiente para ferir mortalmente sem provocar barulho. Na noite do crime, tudo aconteceu como planejado. Suzane, que desde o início do ano mentia aos pais dizendo que estava dando aulas particulares à noite, saiu de casa por volta das 19 horas e foi para a casa do namorado. Às 22h30, Daniel passou na casa dos Richthofen e apanhou Andréas, 15 anos, filho mais novo do casal, que saiu escondido dos pais. A irmã, Suzane, havia prometido levá-lo a um Cybercafé num bairro próximo. Já com Andréas, Daniel pegou Suzane em sua casa e levaram o garoto para o lugar prometido, onde chegaram às 23h30. Com o irmão mais novo fora de casa, o caminho para o desfecho macabro estava livre.

Meias e luvas – Daniel e Suzane se encontraram com Christian, que já os aguardava perto da casa de Campo Belo. Usando o controle remoto, os três entraram na garagem e desativaram os alarmes da casa. Para ter a certeza que os pais dormiam. Suzane entrou e os comparsas esperaram no carro, enquanto usavam meias femininas para cobrir os rostos e evitar que fios de cabelo caíssem no local do crime, e colocavam luvas cirúrgicas para não deixar impressões digitais. “As luvas foram retiradas dos pertences de Marísia pela própria Suzane”, diz o delegado Paula Neto. Quando a garota constatou que os pais estavam realmente dormindo, acendeu a luz do corredor, Daniel e Christian subiram para o quarto do casal e atacaram. Daniel atingiu a cabeça do engenheiro, que não esboçou nenhuma reação. Christian atacou Marísia, que ainda tentou se defender protegendo o rosto com as mãos. “Ela colocou as mãos na frente da cara, mas não adiantou nada. Depois de desacordada, coloquei uma toalha em sua boca, cobri a cabeça com um saco de lixo e apertei seu pescoço”, contou Christian à polícia. O rapaz é dono de um perfil complicado. Desempregado, ele morava com a avó em um edifício de classe média alta e costumava consertar motos de amigos. Agressivo, segundo vizinhos adorava contar vantagens e exibir-se para os colegas. Sonhava virar herói da PM trabalhando para o Grupo de Operações Especiais. Era uma espécie de Rambo. Daniel, a exemplo do que fez o irmão, também cobriu a cabeça de Manfred, só que com uma toalha.

Enquanto seus pais eram mortos, Suzane esperava no térreo. Separou sacos de lixo para guardarem os porretes, as meias e as luvas e ainda pegou uma faca na cozinha para abrir a maleta onde estava guardado dinheiro e jóias. No quarto do casal, Daniel e Christian abriram o fundo falso do closet e retiraram dele a maleta e um revólver calibre 38. A arma foi deixada ao lado do corpo do engenheiro sem que nenhum disparo fosse efetuado. A maleta foi aberta na biblioteca, já na presença de Suzane. Levaram R\$ 8 mil, US\$ 5 mil e mais uma quantia em euros. Dividiram o dinheiro, guardaram tudo o que foi usado para o crime em um saco, reviraram a biblioteca com a pretensão de forjar um latrocínio e saíram. Jogaram o saco em uma caçamba de entulho na avenida Ibirapuera. Christian foi encontrar alguns amigos. Daniel e Suzane foram para o Motel

Colonial, não muito distante do Campo Belo, onde deram entrada à 1h36 e gastaram R\$ 350. O casal deixou o motel às 3h56. Passaram no Cybercafé e pagaram Andréas. Antes de voltarem para o local do crime, ainda passaram na casa de Daniel para que Andréas desse uma volta em um Mobilete que mantinha guardada com o namorado da irmã sem que os pais soubessem. Por volta das 4h30, Daniel deixou Suzane e Andréas em casa, ocasião em que “oficialmente” foram descobertos os corpos de Manfred e Marísia.

Descobertas – Desde que foram encontrados os corpos, a polícia trabalhou com a hipótese de que o crime fora executado por alguém muito próximo das vítimas. A casa não tinha nenhum sinal de arrombamento, os alarmes estavam desligados, a arma do engenheiro não chegou a ser usada e apenas a biblioteca estava revirada, embora o que fora roubado estivesse na suíte do casal. “Também estranhamos o fato de Suzane não derramar nenhuma lágrima em nenhum dos dois depoimentos que prestou. Ela apenas ficava agarrada ao namorado e mostrava uma incrível frieza para quem acabara de perder pai e mãe de forma dramática”, lembra o delegado Paula Neto. Além disso, os depoimentos eram cheios de contradições. Christian disse que na noite do crime estava na casa de sua namorada. Ela, porém, afirmou que teria encontrado com ele após as 2h. Suzane e Daniel, por sua vez, não conseguiram explicar o que teriam feito entre as 23h30 – horário em que Andréas entrou no Cybercafé – e 1h36, quando entraram no motel. Com essas suspeitas, a polícia grampeou os telefones de Suzane e Daniel. Na maior parte das conversas gravadas. Daniel diz para a namorada manter a calma, que tudo terminaria bem. Em uma das conversas, porém, Daniel diz que Christian estava eufórico, pois tinha comprado uma moto espetacular. Foi a compra da moto que levou ao esclarecimento do crime. Na terça-feira 5, policiais avistaram na casa de Daniel um Suzuki 1100 cilindradas. Chegaram ao antigo proprietário, que afirmou ter feito a venda para um tal de Jorge, que teria pago em notas de US\$ 100. Jorge confirmou que a Suzuki era de Christian, que lhe dera o dinheiro. Pressionado, Christian confessou a participação no assassinato. Em seguida, Daniel e Suzane também confessaram.

Segundo a polícia. Daniel e Suzane são usuários de maconha. Christian já teria passagens na polícia por dependência química (cocaína). Na tarde da sexta-feira 8. Suzane foi levada para uma delegacia no Portal do Morumbi. Daniel e Christian foram transferidos para outra delegacia em Santa Cecília, na zona oeste. “A frieza com que eles narraram os assassinatos foi incrível”, disse o delegado Paula Neto. “Ela não derramou uma lágrima nem mesmo quando confessou o crime”.

Se para a polícia a autoria do assassinato dos Richthofen não foi nenhuma surpresa, o mesmo não se pode dizer em relação aos conhecidos da família. Para a vizinhança, Manfred e Marísia constituíam uma família feliz. Os companheiros de Suzane na faculdade também pensavam assim. “Ela tinha alguns desentendimentos com os pais, mas nada anormal”, disse um colega de classe. Compreender o que leva um filho a matar os próprios pais é um desafio. Independentemente das explicações que possam ser dadas, o presidente do STF, Marco Aurélio Mello, considera o crime hediondo e diz que casos como esse exigem justiça rápida. “O julgamento deve sofrer o impacto da reação da sociedade”, conclui.

TEXTO 11

Folha de São Paulo
18/11/02
Serra Pelada

LÍDER DOS GARIMPEIROS É MORTO COM 5 TIROS

O presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Curianópolis (PA), Antônio Clênio Cunha Lemos, 36, foi assassinado na madrugada de ontem com cinco tiros, dois deles na cabeça, na sede da entidade por um pistoleiro. O crime aumentou a tensão entre grupos rivais de garimpeiros que disputam a direção da Coomigasp (Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada) e o direito de explorar uma área de cem hectares do garimpo.

Cerca de 4.000 garimpeiros estão acampados e ameaçam invadir o garimpo há seis dias. Eles montaram barracos na margem de uma estrada de terra que dá acesso ao garimpo. Lemos era um dos líderes que ameaçavam invadir a área do garimpo. Seus seguidores querem fazer seu enterro no alto da própria Serra Pelada. “Se isso acontecer [enterro na Serra Pelada], vai morrer muita gente. O clima já era tenso e com esse crime ficou ainda mais”, disse o superintendente da Polícia Civil na região, Silvio Maués.

No povoado de Serra Pelada, outros 3.000 garimpeiros ligados ao prefeito de Curionópolis Sebastião Curió (PMDB) prometem bloquear a invasão dos dissidentes à força. Eles improvisaram uma guarita e vigiam a entrada do garimpo entrincheirados em pontos estratégicos da estrada. Curió é ex-deputado federal, ex-agente do SNI (Serviço Nacional de Informações) e coronel reformado do Exército. Ele ficou conhecido no início da década de 70 como “major Curió”, quando participou da investida militar contra a guerrilha do Araguaia, na região do Bico do Paraguai, na divisa entre Tocantins, Maranhão e Pará. A Polícia Civil trabalha com duas hipóteses para a realização do crime: vingança ou disputa pelo sindicato entre grupos rivais. Quatro equipes policiais foram deslocadas para fazer diligências na região ontem.

Testemunha - Um adolescente que teria testemunhado o assassinato está sob proteção da polícia. O suspeito de ter cometido o crime ainda não havia sido identificado. Segundo a Polícia Civil, o sindicalista assassinado havia sido indiciado, acusado de envolvimento na morte de dois outros garimpeiros, no povoado de Serra Pelada. Cunha Lemos negava o envolvimento.

O diretor do sindicato, Raimundo Benigno Moreira, cobrou uma intervenção do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para resolver o conflito. Benigno disse que a morte do sindicalista está ligada a duas ações protocoladas na justiça na terça-feira passada. “Em uma ação pedimos reintegração de todos os 41 mil garimpeiros à cooperativa e, na outra, solicitamos a anulação do estatuto da Coomigasp”, disse o diretor sindical. A Coomigasp tem hoje 17 mil associados, mas apenas 6.200 têm direito ao voto por estarem em dia com os pagamentos.

Ameaças - Nos últimos dias, o sindicalista vinha dizendo pela cidade que se alguma coisa lhe acontecesse, a responsabilidade seria de Curió. O prefeito não foi localizado ontem. Em entrevista à Agência Folha na última sexta-feira, Curió se eximiu de qualquer conflito que viesse a ocorrer na região. O clima começou a ficar tenso em Serra Pelada depois que o Congresso Nacional aprovou o decreto legislativo que autoriza a reabertura do garimpo para exploração de cem hectares, que pertenciam a CVRD (Companhia do Vale do Rio Doce). Agentes da Polícia Federal e deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara chegam amanhã ao local. Também amanhã, o governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), deve se reunir com Sebastião Curió e com garimpeiros rivais.

TEXTO 12

Revista Época
02/12/02
Violência

CEGUEIRA MODERNA

Mais brutal que a imagem da velhinha sendo espancada é o que continuamos sem enxergar.

Na cadeira de rodas, a velhinha é sacudida e estapeada, a cabeça é jogada contra a parede do banheiro, mãos lhe aplicam golpes nas pernas. Luciana Aparecida Vieira Pinto tinha 92 anos, era professora aposentada, possuía filhos e netos e vivia sozinha, escoltada por três empregadas contratadas pela família bem de vida de São José do Rio Preto, no interior paulista. Ela é a anciã vergada, brutalizada por Fátima Antônio, 41 anos, a dama de companhia que há quatro anos era paga para protegê-la. No domingo 24, Luciana morreu no hospital, vítima de traumatismo craniano. Na quarta-feira 27, Fátima foi presa.

As cenas de violência foram capturadas por uma microcâmera instalada no apartamento pela família, desconfiada dos hematomas que há seis meses apontavam no corpo da avó. Reproduzidas dia após dia pela televisão brasileira, as imagens pipocaram também nas telas do mundo. Nas bancadas, os jornalistas bradavam pela punição da agressora. O povo de casa se chocava, amplificava o clamor. Esses foram os fatos e aquela a imagem que se viu. Havia um crime, uma vítima e um culpado. A vida fica mais fácil quando é simples assim. Os criminosos existem também para nos absolver.

O mais perturbador na cena que se viu foi o que deixamos de ver. A imagem, chocante, é menos brutal que as manchas violáceas que se anunciaram durante meses, silenciosas, constantes e despercebidas, na pele enrugada de dona Luciana. Muito menos trágica que os sons agressão ouvidos pelas outras duas empregadas e silenciados, os sinais do desespero que a família não quis ou não pode perceber. Mesmo quando as marcas se tornaram tão evidentes que não puderam ser ignoradas, filhos e netos preferiram esperar pelo próximo ataque

para comprovar em vídeo o que seus sentidos se recusavam a aceitar, como se só assim a realidade adquirisse legitimidade e existência. A imagem que se viu é menos dramática ainda que as Lucianas caladas ao nosso lado no sofá da sala enquanto bradamos contra o crime do outro revelado na tela da tv. E, Por estar longe, mais real que o palpável ao alcance da mão.

Nesse mundo de espetáculo em que vivemos, as imagens existem também para nos cegar. Assistimos a tanto e a tudo que o olhar fica domesticado e desaprendemos a enxergar. Foi preciso o olho eletrônico da microcâmera e a retina tecnológica da televisão para que precisássemos, ainda sem ver, um crime cotidiano do qual a maioria de nós é cúmplice. Para dona Luciana, nossa cegueira foi fatal. Se para ela foi tarde, para nós ainda dá tempo. Para ela, como para qualquer um de nós, bastaria um olho humano.

TEXTO 13

Revista Época
(02/12/02)
Violência

“MATARIA QUALQUER UM” Rejeitado pelo pai e viciado em cocaína, o estudante Gustavo Napolitano mata a facadas a avó e a empregada da casa.

Depois de passar a noite na casa do namorado, a empresária Vera Macedo Pereira, de 49 anos, chegou em casa, bairro de classe média de São Paulo, por volta das 14 horas do domingo 24. Ela havia combinado levar o filho, o estudante Gustavo de Macedo Pereira Napolitano, de 22 anos, e a mãe, Vera Kuhn de Macedo Pereira, de 73 anos, à igreja. Depois, iriam ao teatro. Ao abrir a porta, Vera deparou com um cenário aterrorizante. Poças de sangue e vômito cobriam o piso da cozinha. Um rastro de pegadas vermelhas seguia até o lavabo. Dentro dele estava o corpo esfaqueado da empregada, Cleide Ferreira da Silva, de 20 anos. No andar superior, deitada na cama, Vera Kuhn, morta, exibia um corte profundo na garganta - havia sido degolada - e três perfurações no tórax. Gustavo não estava em casa. Em seu quarto, no chão, uma cédula enrolada de R\$ 1, uma faca de cozinha ensanguentada e cocaína, muita cocaína espalhada. Cerca de quatro horas depois, no 27º DP, chorando, Gustavo confessaria a autoria do duplo homicídio.

O crime aconteceu semanas depois que a estudante Suzane Richthofen, 19 anos, foi presa por tramar o assassinato dos pais, sob a justificativa de que eles se opunham ao namoro com um rapaz da vizinhança. O caso gerou comentários sobre a onda de crimes sem explicação entre jovens de classe média. Mas a tragédia do Planalto Paulista já aparece tingida por dois dramas típicos: drogas e dissolução familiar.

Gustavo carrega pelo menos um trauma pesado, a rejeição do pai. José Roberto Napolitano e Vera Pereira se conheceram na faculdade, em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo. Quando ela engravidou, o namorado a abandonou. Jamais quis conhecer o filho. Gustavo sabia o nome do pai, mas nunca teve notícias dele. Na adolescência, decidiu conhecê-lo. Pegou um ônibus para Itu, onde Napolitano morava, e levou uma porta na cara. “Gustavo disse: Só queria conhecer o cara, mas ele não me recebeu”, contou o tio do estudante, o médico-legista Renato de Macedo Pereira. Ainda assim, Gustavo fez questão de incorporar o sobrenome do pai. Para isso, entrou com um processo na Justiça. Ganhou a causa, e foi o máximo que conseguiu se aproximar da figura paterna. Procurado na semana passada pela reportagem de ÉPOCA, Napolitano não retornou os telefonemas. Sua mulher informou que ele não tinha interesse em se manifestar sobre o episódio.

O envolvimento de Gustavo com drogas coincide com o período em que o processo judicial estava em curso. Ele se tornou dependente de cocaína e durante seis anos se debateu com o vício. Tinha fases em que a recuperação parecia concreta. Gustavo chegou a ser aprovado numa faculdade de Direito, que cursou durante um ano e meio. Tirava boas notas, apresentava comportamento exemplar, mas nunca mostrou entusiasmo pela profissão. O curso foi intercalado com internações em clínicas de tratamento para dependentes. A primeira vez foi há cerca de quatro anos. Ficou seis meses sob cuidados e recebeu alta. Depois disso, teve outras três passagens, de um mês cada uma. Desde o diagnóstico da dependência química, passou a ter acompanhamento psiquiátrico. Mas as recaídas eram constantes. Gustavo conhecia bem os efeitos da

droga. Seu avô, o delegado Murillo de Macedo Pereira, falecido há três anos, era uma autoridade no assunto, com trabalhos reconhecidos no Exterior. Gustavo colaborou com algumas publicações, investigando na internet as reações causadas pela maconha e pela cocaína.

Na noite do crime, Gustavo se comportava como se estivesse totalmente recuperado. Foi com a família ao supermercado, e parecia alegre. Entre as prateleiras, brincava de corrida, empurrando a cadeira de rodas da avó como se fosse um carro de Fórmula 1. Ela batia na mão do neto para que ele diminuísse a velocidade, e os dois sorriam. Mais tarde, a família saiu para jantar. Na mesa, Gustavo falou, animado, sobre os planos para o futuro. Ele acabara de ser aprovado no vestibular para a faculdade de educação física. Forte de músculos definidos, Gustavo gosta de praticar esportes, principalmente artes marciais. Já teve aulas de kung fu, judô, jiu-jitsu. Em seu quarto, três espadas orientais enfeitam a parede. Depois de formado, pretendia se aperfeiçoar em muay thai, o boxe tailandês, modalidade em que são permitidos chutes, joelhadas e cotoveladas. Nos últimos tempos, fazia musculação numa academia do bairro.

Após o jantar, Gustavo e a avó foram para casa. A mãe resolveu dormir na residência do namorado. Por volta da meia-noite, a avó flagrou o rapaz saindo com um aparelho de som portátil e uma televisão. Ela sabia que os equipamentos seriam trocados por droga. Por causa do vício, Gustavo não recebia mesada. Sem trabalho fixo, não tinha renda própria. Teve início uma discussão inútil. A avó pediu, em vão que ele ficasse em casa. Na favela, Gustavo negociou os aparelhos por seis papéletes de cocaína, um indício do desespero para conseguir a substância, já que os pacotinhos trocados pela TV e pelo som custavam, ao todo, R\$ 60. Gustavo voltou para casa, tomou sete comprimidos de Prozac, um antidepressivo utilizado no tratamento da dependência, e cheirou todo o pó. Agitado, desceu até a cozinha, pegou uma faca e entrou no aposento da avó. O primeiro golpe, no pescoço, foi letal. “Pensava em matar quem estivesse contra mim. Mataria qualquer um”, contou Gustavo durante o depoimento. “E se sua mãe estivesse em casa?”, perguntaram os policiais. “Acho que ela iria também”.

Depois de consumado o crime, Gustavo voltou ao quarto e esperou amanhecer. Perto das 6 da manhã, retornou a favela. Desta vez, trocou seu carro, um Gol ano 1996, avaliado em R\$ 10 mil, por 55 envelopes de cocaína, que custavam, na cotação local, R\$ 550. Como não se sentia bem, o rapaz pediu ao traficante para levá-lo em casa. Chegando lá, continuou cheirando e deu conta de boa parte dos papéletes. Cerca de uma hora depois, ao ouvir o barulho da empregada arrumando a mesa do café da manhã, desceu com a faca em punho. Cleide, mãe de um garoto de 4 anos, ainda tentou se defender, inutilmente. Gustavo disse aos delegados que matou a empregada para evitar que ela encontrasse o corpo da avó. Nas horas seguintes, continuou cheirando, vomitou seguidas vezes e tentou dormir. Ao meio-dia, saiu de casa para trocar o outro carro da família, um Vectra, por um revólver. Segundo os registros policiais, ele pretendia cometer suicídio. Preocupados com o aspecto do freguês, que estava aturdido e parecia prestes a arrumar encrenca, os traficantes recusaram a proposta. Gustavo permaneceu nos arredores, andando sem rumo.

A mãe, Vera, chegou em casa e encontrou os dois corpos. Chamou a polícia e avisou que o filho estava desaparecido. Os dois carros da família também não se encontravam na garagem. Vera temeu por uma vingança de traficantes, por causa de alguma dívida. Os policiais saíram em diligência pelas redondezas. Perto da casa, na entrada da favela da Rua Mauro, encontraram o Vectra. A poucos metros, Gustavo estava deitado na calçada, em estado de torpor. As primeiras perguntas foram feitas no local. Atrapalhado, trocando as palavras, o rapaz desfiou versões contraditórias. Disse que os assassinatos haviam sido cometidos por dois traficantes da região. Um deles, Adriano Campelo da Silva, de 26 anos, foi preso imediatamente em sua “boca”, a poucos metros dali.

O depoimento continuou na delegacia do bairro. Gustavo estava sem camisa e tinha os pés descalços e sujos de sangue. O delegado Luiz Antonio Pinheiro, do Grupo de Operações Especiais, notou arranhões no torso do rapaz. Lembrou-se que, sob as unhas da empregada, haviam sido encontrados vestígios de pele. Arriscou então uma pergunta improvável: “A empregada me disse que foi ela quem fez isso aí. Como é que fica?” Gustavo rompeu em prantos. “Fui eu”, confessou. “Não devia ter feito isso”. Saiu da sala de interrogatório direto para a cela. Os policiais não permitiram que a mãe se aproximasse. Vera só conseguiu deixar um bilhete: “Querido filho, não se reporte a mais ninguém, a não ser ao advogado contratado. Te amo muito”. No quarto do rapaz foi encontrada uma quantidade equivalente a 20 papéletes de cocaína. Ao longo da noite, Gustavo havia consumido cerca de 40 envelopes. Em tese, isso é mais que suficiente para provar uma overdose e levar o usuário à morte – há casos de gente que morreu depois de ingerir um único grama -, mas os limites de resistência são individuais e imprevisíveis. “Não sei como ele sobreviveu”, diz o delegado Bernardo Zaramella Vono. Parte da explicação está na esperteza dos traficantes, que vendem doses menores que o combinado. Cada envelope contém, em teoria, 1 grama da droga. Além disso, o pó é normalmente misturado ao talco, giz e farelo de mármore. Como Gustavo cheirou, em vez de injetar a droga, parte da

cocaína foi para o estômago, onde a absorção é mais lenta. Ao vomitar seguidamente desperdiçou algumas doses. Também se beneficiou da boa condição física proporcionada pelos anos de esporte. A confusão mental causada pela droga, porém, foi potencializada pela mistura com o Prozac. “O uso combinado dessas substâncias causa um excesso de estímulos no cérebro”, explica o psiquiatra Arnaldo Madruga, diretor da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, responsável pelo tratamento do ex-jogador Reinaldo. “A reação, no caso, é imprevisível”.

O consumo excessivo de cocaína fez com que Gustavo perdesse o juízo crítico – o que o levou, por exemplo, a pagar os papalotes com bens que valiam pelo menos 20 vezes mais. Os crimes que cometeu indicam que ele cruzou a última barreira mental, aquela que freia os impulsos violentos e faz com que a pessoa se preocupe com as consequências de seus atos. Nesse quadro, matar quem se coloca em sua frente é uma possibilidade real. Esfaquear alguém pode parecer tão banal quanto ir ao bar da esquina tomar uma cerveja. De todo modo, apenas uma minuciosa avaliação psiquiátrica poderá atestar o que exatamente aconteceu com Gustavo. Não se pode dizer que ele matou só por causa do pó, e por isso não tem culpa. Muita gente consome drogas e não se torna assassina. Não faltam casos de pessoas rejeitadas pelos pais que nem por isso cometeram suicídios. A reação de cada um dos acontecimentos que formam a personalidade é diferente e imponderável. “Cocaína não é droga de pessoas felizes. Geralmente quem a procura é tímido ou tem algum problema de ordem afetiva”, diz o psiquiatra Ladislau Gladiusz. “E ela invariavelmente torna a pessoa agressiva”.

Em família, Gustavo era carinhoso e costumava cumprimentar a avó com um beijo na boca. Muitas vezes a carregava nos braços, por causa da deficiência física. Rapaz fechado, de poucos amigos, saía pouco à noite e raramente dormia fora de casa. Costumava passear sozinho com o cachorro, um pastor alemão. Não teve muitas namoradas. Discussões familiares sobre o uso de cocaína eram corriqueiras. Cleide, a empregada, trabalhou na casa por apenas três meses. De acordo com sua sogra, Nair Rocha, o medo de uma loucura do rapaz levou-a a comprar um celular. Assim poderia pedir ajuda em caso de necessidade. Gustavo, preso, divide a cela com estupradores. “Por causa da cocaína perdi tudo”, lamentou-se, no dia da confissão. O debate sobre o papel da droga no crime não interessa à promotoria. Juristas e psiquiatras forenses levam cada vez menos em conta o perfil do criminoso. “A dependência não atenua nem agrava a acusação. O fato é que Gustavo matou duas pessoas, aparentemente por motivo fútil e sem lhes dar chance de defesa”, diz o promotor do caso, Hidejalma Muccio.

TEXTO 14

Folha de São Paulo
14/12/02
Justiça

JUIZ É CONDENADO POR HOMICÍDIO DA MULHER

Acusado foi considerado culpado pelos 24 desembargadores que votaram; pena é de 13 anos e meio de reclusão.

Pela primeira vez na história do Estado de São Paulo, um juiz foi condenado por homicídio e saiu preso do Tribunal de Justiça. Ele está detido na cavalaria da PM.

Após sete horas de sessão de julgamento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça – formado pelos 25 desembargadores mais antigos – declarou Marco Antônio Tavares, 47, juiz presidente do Tribunal do Júri de Jacareí (75 km de São Paulo), culpado pela morte da mulher, Marlene Aparecida Moraes. A pena foi fixada em 13 anos e meio de reclusão, além da perda do cargo de juiz.

Por unanimidade, todos os 24 desembargadores votantes se convenceram de que Tavares atirou duas vezes na mulher e raspou – utilizando produtos químicos – as digitais, para dificultar a identificação do corpo.

Segundo Tânia Lis Tizzoni Nogueira, advogada de defesa, Tavares recebeu a decisão “com grande surpresa”. A defesa alega que o juiz é inocente e vai recorrer.

Não houve consenso na hora de quantificar a pena, e a decisão foi tomada pela maioria: 13 votaram pelos 13 anos e meio, nove por 16 anos, e dois por 18 anos.

A sessão foi conduzida pelo presidente do TJ, Sérgio Nigro Conceição, que só vota quando há empate.

Marlene foi encontrada morta no dia 30 de agosto de 97, na rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123), que liga Campos do Jordão a Taubaté. Embora o crime tenha acontecido oito dias antes, o corpo estava em avançado estado de decomposição. Por isso precisou ser reconhecida pelas roupas, jóias, esmalte nas unhas e arcada dentária.

As suspeitas recaíram sobre Tavares, que, mesmo separado de Marlene, a teria convidado para sair, levando-a ao local do crime. Testemunhas ouvidas no decorrer do processo disseram que Tavares comprou luvas de borracha em um supermercado no dia do crime – o tribunal concluiu que, com as luvas, o juiz manipulou o produto usado para eliminar as digitais de Marlene.

Por ser juiz, Tavares tem direito a foro privilegiado – o que significa ser julgado diretamente pelo órgão colegiado de segunda instância. Ele foi o segundo magistrado acusado de homicídio no Brasil. O primeiro foi um desembargador do Maranhão em 1873.

O julgamento começou às 9h e terminou às 16h, com um intervalo de 30 minutos. Na acusação e na defesa, as sustentações foram feitas por mulheres.

Pelo Ministério Público falou a procuradora de Justiça designada, Valdez Deusededit Abbud, que teve na platéia a presença do marido, o ex-secretário da segurança do estado Marco Vinício Petrelluzzi. Tavares foi apresentado como “frio”, “arrogante”, e “homem que muitas vezes agrediu a mulher”. A acusação afirmou que era estranho o comportamento do réu, que não foi reconhecer o corpo e que teria começado a falar da mulher no passado antes mesmo da certeza da morte.

Tânia Liz, advogada de defesa, disse que o juiz foi vítima de desafetos que quiseram prejudicá-lo durante o inquérito policial. Afirmou ainda que o corpo encontrado não era o de Marlene, que poderia estar viva, e ressaltou que o juiz compareceu a todos os atos do processo.

Segundo a procuradora, Marlene, que amava os filhos e o marido, jamais desapareceria.

Quando foi anunciada a condenação, a irmã e a vizinha de Marlene, testemunhas do processo, abraçaram-se no plenário. “Estou muito feliz. Po dia ter sido mais [tempo de prisão], mas ele perdeu o cargo, a coisa que mais importante para ele”, disse a irmã da vítima, Marli Moraes, 40.

TEXTO 15

Revista Época
(16/12/02)
Memória

O MÁRTIR DA BARBÁRIE

O cruel assassinato do jornalista Tim Lopes revelou o poder paralelo do tráfico de drogas. Também fez a sociedade e o governo reagir à escalada da violência

O assassinato do jornalista Tim Lopes, aos 51 anos de idade, revelou ao país um novo patamar da barbárie imposta pelos traficantes de drogas. O repórter da Rede Globo, gaúcho de nascimento e criado no Morro de Mangueira, no Rio de Janeiro, sempre se ocupou em retratar as mazelas da periferia e das favelas. Ia aonde o povo estava. Em 1978, trabalhou como peão de obra para denunciar as condições desumanas dos operários do metrô do Rio. Em 1996, vestiu-se de Papai Noel e saiu pelas ruas entrevistando crianças pobres, que lhe davam relatos de um Natal sem perspectiva. Em 2001, teve o grande reconhecimento de sua carreira. Ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem “Feira das drogas”, um chocante retrato da venda de entorpecentes a céu aberto em favelas do Rio. Corajosamente, captou imagens de traficantes e consumidores de drogas em ação, munido de uma câmera clandestina. Após a exibição das cenas no *Jornal Nacional*, a política fluminense invadiu o Complexo do Alemão, conjunto de 11 favelas que corta quatro bairros do Rio de Janeiro – local da reportagem.

Num novo esforço de retratar a violência da periferia, Tim Lopes teve um trágico reencontro com os traficantes no dia 2 de junho. Subia a favela da Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão, disfarçado de morador local. Apurava denúncias sobre abuso sexual de menores pelos traficantes em bailes funk. Cumpria seu dever profissional; estava no morro a chamado de moradores, que denunciaram o terror imposto pelos criminosos. Novamente, levava consigo uma microcâmera escondida na bolsa. Descoberto e identificado como autor da reportagem premiada, foi torturado e submetido a um julgamento sumário por um tribunal de criminosos. Segundo depoimentos de traficantes que testemunharam a execução, Tim morreu golpeado por uma espada ninja na altura do tórax pelas mãos do traficante Elias Maluco, chefe do tráfico na região. Em seguida, Elias ordenou que o corpo fosse queimado.

Só no dia 5 de julho, mais de um mês após o assassinato, um fragmento dos restos mortais de Tim Lopes foi identificado por meio de um exame de DNA. Havia sido descoberto num cemitério clandestino infestado de cadáveres mutilados e carbonizados, no alto da Favela da Crota, também do Complexo do Alemão. Outras 60 vítimas do tráfico estariam enterradas ali. A microcâmera de Tim, destruída, também emergiu da terra. O pedaço de osso foi velado e enterrado no dia 7 de julho. Tim Lopes era casado e tinha um filho adolescente.

A indignação popular com o Estado paralelo criado pelo tráfico e a pressão para que o governo encontrasse e punisse os culpados renderam frutos. Uma força-tarefa foi criada pela governadora Benedita da Silva e trabalhou durante meses na captura. Dois envolvidos na execução foram presos e outros dois morreram – o primeiro em tiroteio com a polícia e o segundo em circunstâncias ainda não esclarecidas. A caçada a Elias Maluco, batizada de Operação Sufoco, foi demorada e teve lances dramáticos. Para escapar do cerco, o traficante chegou a passar horas encolhido numa cisterna vazia, sem comida, e por várias vezes se embrenhou pela rede de esgotos do morro. Foi preso 109 dias depois de matar Tim Lopes. Estava no mesmo Complexo do Alemão, desarmado e sem camisa.

A morte de Tim Lopes teve o dom de desencadear, no ano de 2002, uma forte reação da sociedade e das autoridades à escalada do crime. Tim planejava a próxima reportagem. Queria disfarçar-se de caminhoneiro para revelar a rotina de extorsão policial nas rodovias do país.

TEXTO 16

Revista Época
(23/12/02)
Crime

MISTÉRIO NA PRAIA

Testemunhas de morte em Porto Seguro mudam depoimentos e uma diz que tentaram suborná-la

Há um mistério perturbando Porto Seguro, o balneário mais popular do sul da Bahia, relacionado à investigação da morte do garçom Nelson Simões dos Santos, de 39 anos, em consequência de uma briga com sete adolescentes de Brasília, em outubro. Nos dias seguintes, 15 testemunhas se apresentaram na delegacia e deram mais ou menos a mesma versão: Nelson pediu aos garotos que se retirassem de uma mesa, já que não estavam consumindo nada no restaurante. Em resposta, foi imobilizado e espancado com chutes, socos e cadeiradas. A versão contada a polícia agora está sendo modificada em juízo. Nos últimos dias o juiz Cássio Miranda, de Porto Seguro, convocou dez das 15 testemunhas para interrogatório e todas elas mudaram o depoimento que tinham dado à polícia. Em graus diferentes, todas suavizaram a participação dos rapazes de Brasília.

Na semana passada, uma das cinco testemunhas ainda não ouvidas pelo juiz foi à delegacia denunciar que sofreu tentativa de suborno para mudar o depoimento. O garçom Roberto Matos de Souza, que trabalha na mesma churrascaria em que Nelson morreu, afirma que lhe ofereceram de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil. “Um rapaz chegou aqui e perguntou: ‘Ouvi dizer que os pais dos meninos estão oferecendo um dinheiro. É uma grana boa. Você não pegaria, não?’ Eu respondi que não. Ele terminou o almoço e foi embora, sem dizer mais nada”, contou o garçom a ÉPOCA. “Isso é de uma infantilidade imensa”, afirma o advogado de defesa dos menores, Loredano Júnior. “Os familiares são pessoas simples e honradas, que não têm condições de comprar testemunhas”.

Os pais dos acusados são de classe média. Com os filhos que saíram de Brasília para se divertir na praia agora presos em Porto Seguro, alugaram uma casa na cidade para ter alguém sempre perto deles. Dos sete dois são menores. Entre os depoimentos modificados, alguns sofreram alterações radicais. Reinalva Oliveira, por exemplo, disse aos policiais que os rapazes atiraram uma cadeira contra o peito de Nelson. Diante do juiz, sob julgamento, afirmou que só viu um dos garotos segurando uma cadeira e pensou que todos os envolvidos “estavam arrumando uma mesa do restaurante”. Bonifácio Aguiar, colega de Nelson e Roberto, também mudou sua versão. Na delegacia, viu os acusados formar uma roda para espancar a vítima. No tribunal, disse que não viu confusão nenhuma. Um dos ambulantes que trabalhavam no local naquela noite iniciou o depoimento em juízo contando que a confusão começou porque o garçom jogou bebida nos acusados. Advertido pelo juiz de que poderia ser preso se mentisse, o garoto, menor de idade, acabou admitindo: “Menti, fiquei com vergonha de falar a verdade”. E então negou ter visto qualquer coisa. O juiz agora quer saber a procedência de uma motocicleta nova que o ambulante anda exibindo há alguns dias pela cidade.

A promotora do Ministério Público Karine Macedo e a delegada responsável pelo inquérito, Antonia Valadares, dizem que é normal haver mudanças no depoimento das testemunhas. “Trabalho com isso a 30 anos e é sempre assim. Algumas pessoas confirmam para o juiz o que disseram na delegacia, outras não”, afirma Antonia, que recebeu várias denúncias anônimas de que foi oferecido dinheiro às testemunhas. “A maioria delas, querendo ajudar, acabou dramatizando a história na delegacia. Isso é normal”, reforça Karine. As últimas testemunhas de acusação serão ouvidas em fevereiro. Até lá, Artur Alencar Ferreira, Vítor Tadeu Araújo, Fernando von Sperling, Thiago Barroso, Mauro Coelho de Souza e os menores F.R. e A. M. continuarão presos.

TEXTO 17

Revista Veja
(15/01/03)
Crime

MORTO A PONTAPÉS

Três rapazes desocupados divertem-se chutando um índio que dormia na calçada.

Sem muito que fazer numa noite de segunda-feira em cidade pequena, os amigos Roberto Carlos Moraski e Almiro Borges Souza, ambos de 19 anos, juntaram-se a um garoto de 14 em Miraguai, a 470 quilômetros de Porto Alegre, e decidiram fazer uma brincadeira com um homem que dormia numa calçada. A idéia era chutar o mendigo até que ele acordasse e se levantasse. Chutaram. Ele não se levantou. Parecia bêbado. Chutaram ainda mais e jogaram uma pedra. O homem nem assim se levantou. Só soltou uns gemidos. Os rapazes enjoaram da diversão, andaram algumas quadras, dispersaram-se, foram dormir. No dia seguinte, souberam que o índio caingangue Leopoldo Crespo, de 77 anos, o homem que tinham espancado, morrera de traumatismo craniano – numa repetição, em outras armas, do caso ocorrido em Brasília há quase seis anos.

Naquela ocasião, para se divertir, cinco rapazes da mesma faixa etária atearam fogo num índio que também dormia ao relento. Queimaram vivo o pataxó Galdino Jesus dos Santos, e a cena acabou presenciada por uma testemunha que anotou a placa do carro usado pelos assassinos. Desta vez, do mesmo modo, uma pessoa presenciou a cena final do espancamento, tentou socorrer o índio e pôde descrever e reconhecer, depois, os agressores. Rapidamente encontrados, os garotos confessaram o crime. “Para eles, tinha sido só uma brincadeira”, diz a delegada Cristine de Moura e Silva.

Leopoldo vivia na Reserva da Guarita, uma área de 23.000 hectares ocupada pelos índios há mais de 150 anos. Hoje existem 1030 famílias caingangues e 23 guaranis no local. O índio tinha ido a Miraguai de carona na manhã da segunda 6, para fazer compras. Como teria de voltar à cidade no dia seguinte, para receber sua aposentadoria, preferiu dormir na rua e economizar o dinheiro da passagem até a reserva, a 7 quilômetros do centro. Era um dos mais velhos moradores da aldeia. Os três rapazes são de famílias humildes. Roberto e Almiro têm antecedentes por ameaças, porte ilegal de armas e danos ao patrimônio público. Foram presos e indiciados por homicídio qualificado. O menor foi encaminhado para uma unidade da Fundação de Atendimento Sócio Educacional (Fase) do Rio Grande do Sul, em Santo Ângelo.

Desentendimentos entre índios daquela reserva e moradores das cidades vizinhas não são incomuns, embora poucas vezes tenha ocorrido violência física. O relacionamento era melhor na época em que os índios podiam alugar terras aos agricultores locais, mas a prática está proibida e nos últimos anos a fiscalização a extinguiu. “Com isso, eles ficaram ainda mais isolados das comunidades vizinhas”, diz o administrador regional da Funai Neri Ribeiro. Os rapazes sabiam que o homem que dormia na calçada era um cainguangue. Do ponto de vista legal, isso não faz nenhuma diferença. Mas, para entidades de defesa dos direitos indígenas e para a história não muito edificante do país nesse aspecto, conta muito. No caso de Brasília, os matadores se desculparam com os pataxós dizendo que pensavam estar agredindo “apenas” um mendigo. Não estavam enganados. Como Leopoldo, de Miraguá, a vítima era índio e também mendigo.

TEXTO 18

Folha de São Paulo
(25/01/03)
Violência

SABOTAGE FOI ATINGIDO POR 4 DISPAROS POR VOLTA DAS 5h50 DE ONTEM; LEVADO PARA HOSPITAL, MÚSICO MORREU ÀS 11h25.

O rapper Mauro Mateus dos Santos, 29, o Sabotage, foi morto ontem com quatro tiros em uma rua da zona sul de São Paulo. Compositor da maioria das músicas da trilha do filme “O Invasor”, Sabotage foi encontrado na calçada. A polícia investiga o eventual envolvimento de um desafeto do rapper.

Sabotage foi atacado às 5h50 na avenida Professor Abraão de Moraes depois de deixar a mulher, auxiliar de cozinha Maria Dalva da Rocha Viana, 28, no trabalho, em uma concessionária no Bosque da Saúde, na zona sul.

A polícia encontrou o rapper caído, ainda com vida, a 200 metros da concessionária. Ele foi levado ao Hospital São Paulo, na zona sul, mas não resistiu e morreu às 11h25 de ontem. Os tiros atingiram o ouvido, a boca e a coluna cervical do músico. Três cápsulas deflagradas provavelmente de uma pistola 380 milímetros foram encontradas no local. Ao lado do corpo, foi achada uma máscara preta, do tipo da usada por motociclistas. O material foi encaminhado ao Instituto de Criminalística.

Como não tinha carro, Sabotage costumava levar a mulher ao trabalho de ônibus ou de lotação, segundo Fábio Lomonaco, assessor de imprensa da Ybrazil, gravadora responsável pelo CD da trilha do filme “O Invasor”.

Lomonaco calcula que o rapper, que morava na favela do Canão, no Jardim da Saúde (zona sul), retomava para pegar a condução quando foi atacado. “Ele era uma pessoa muito pacífica. Estamos todos chocados”.

A mulher de Sabotage, que chegou a ser atendida no hospital após saber da morte do marido, disse à polícia desconhecer qualquer desavença ou ameaça recente que justificasse o ataque. Mas Maria Dalva informou que o músico “teve algumas brigas três ou quatro anos atrás”.

Uma das informações que está sendo investigada é que um antigo desafeto do rapper teria saído da cadeia há alguns dias.

Oficialmente, a polícia diz que investiga todas as possibilidades. “Ainda não há dados suficientes para dizer se foi homicídio premeditado ou latrocínio [matar para roubar]”, disse o chefe dos investigadores do 16º DP (Vila Clementino), Miguel Pinheiro.

Sabotage tinha quatro filhos pequenos, um deles recém-nascido. Casado há dez anos com Maria Dalva, ele vivia sua melhor fase na carreira. Ontem, viajaria para Porto Alegre para dois dias de show no bar Opinião, segundo informou Lomonaco.

“Ele era uma pessoa de paz. Só pode ter sido inveja de seu sucesso”, disse o rapper Márcio Menezes, 31, amigo há sete anos de Sabotage. “Se ocorreu alguma desavença, foi há muito tempo. Ele era uma pessoa pacífica e brincalhona”. Ele disse que viu o amigo pela última vez na madrugada de anteontem Sabotage gravou uma participação em uma faixa de CD de um grupo rap de amigos.

No boletim de ocorrência do 16º DP, o crime foi registrado como tentativa de homicídio ele morreu no hospital, e a investigação não avançou durante o dia. A polícia não soube dizer se algo foi levado do rapper.

Com o pai desconhecido, Sabotage, teve duas passagens pela polícia, em 1995. Uma por porte de drogas e a outra por tráfico. Dizia que o rap o salvou do crime.

Amigos do rapper concentraram-se ontem no hospital e no Instituto Médico Legal. O corpo só chegou ao IML às 19h45. Não havia definição sobre o horário e local do velório e do enterro do músico até as 22h30 de ontem.

TEXTO 19

Revista Veja
(05/02/2003)
Crime

CORTADA EM NOVE PEDAÇOS

A história brutal do médico que esquartejou a ex-amante na sala de cirurgia de sua clínica.

Foi um crime horrendo tanto pelo resultado quanto pelo método frio adotado pelo autor, o cirurgião plástico num bairro de classe média de São Paulo há vinte anos. A maior parte de sua clientela é composta de beneficiários de convênios médicos populares. Com muitos clientes, o médico trabalhava seis dias por semana. Descansava nos sábados, em razão de sua religião. Na sexta-feira 24, ele trabalhou até às 6 da tarde. Depois que sua secretária e também o último paciente do dia tinham saído, o interfone tocou. Era sua ex-amante, a dona-de-casa Maria do Carmo Alves, de 46 anos. Farah abriu os dois portões de ferro e a deixou passar. Logo estavam discutindo. Ele diz que ela portava uma faca e pretendia mata-lo, que entraram em luta corporal e depois disso não se lembra de mais nada.

Pelo que a polícia conseguiu reconstituir até o fim da semana passada. Um psicopata que ninguém suspeitava existir em Farah agiu daí em diante. Maria do Carmo foi morta e esquartejada. Num roteiro tético, Farah usou instrumentos e conhecimentos cirúrgicos para cortar, dissecar e escaldar o corpo e destruir partes que pudessem levar à identificação da mulher. Depois limpou sua sala de cirurgia, tratou órgão e membros como num laboratório de faculdade, ensacou os pedaços e os guardou no porta-malas de um carro. Dois dias após o assassinato, contou seu feito à família, internou-se numa clínica psiquiátrica e foi entregue à polícia por seus advogados. Nos depoimentos, não disse onde colocou fragmentos do corpo que não foram encontrados pelos peritos. Acusou Maria do Carmo de persegui-lo desde que encerrara o caso amoroso com ela, dois anos atrás.

A necropsia, alguns depoimentos de testemunhas e as análises dos peritos da polícia revelaram alguns detalhes que Farah omitiu e ajudam a recompor o crime. A vítima pode ter sido esfaqueada no pescoço. Provavelmente, foi arrastada logo em seguida para a sala de cirurgia da clínica. O médico não iniciou de imediato o esquartejamento. Primeiro foi para o prédio onde mora, a alguns quarteirões dali, pôs o carro na garagem, ficou cerca de quatro horas no apartamento e voltou a pé para o consultório. O corpo de Maria do Carmo já estaria sobre uma maca. Acredita-se que, na primeira incisão, ele tenha feito um longo corte, do pescoço até o púbis, para retirar as vísceras e diminuir o peso do cadáver. Farah é franzino, anda com a ajuda de uma bengala. Sem os órgãos internos, o corpo ficou 20% mais leve e pôde ser manuseado com mais facilidade. A partir daí, pelas marcas deixadas nos membros decepados de Maria do Carmo, supõe-se que o cirurgião tenha iniciado um trabalho para desfigura-la e impedir seu reconhecimento.

Com incisões cuidadosas, foi retirada a pele da região peitoral e do lado esquerdo do rosto. Na face, ele usou uma delicada técnica cirúrgica, removendo a camada superficial sem danificar os músculos, como numa plástica. As pontas dos dedos dos pés e das mãos receberam o mesmo tratamento, com o uso de um instrumento próprio para descolar a pele. Também foram retiradas derme e epiderme da área posterior da coxa direita. Anos atrás, Farah extraiu um nódulo desse local. Havia ali uma cicatriz que podia ajudar na identificação da mulher. Seguindo a lógica de quem pretende ocultar um crime, a polícia calcula que seu próximo passo foi cortar a mulher em pedaços. O corpo foi dividido em nove partes – cabeça, braços, mãos, pernas, tronco e bacia com coxas. A maior parte dos cortes, muito precisos, seccionou músculos, ligamentos e

nervos apenas nas juntas, sem danificar os ossos. Foram descobertos vestígios de sangue em oito tesouras, quatro bisturis, três pinças e em um martelinho cirúrgico.

Uma vez separados, os pedaços foram depósitos numa banheira e cobertos com formol a água sanitária, uma providência que evita a decomposição e esconde o odor. Depois, escorridos e em alguns casos até torcidos, os membros seccionados ficaram praticamente sem sangue. Os líquidos representam uma parte expressiva do peso de um humano adulto. Só então, bem mais leves, as partes foram guardadas em cinco sacos plásticos pretos. De um corpo que tinha 66 quilos, restaram menos de 30. Os órgãos internos não foram localizados. Suspeita-se que o médico os tenha picado e se livrado deles de alguma forma. Por fim, Farah realizou uma grande faxina em seu consultório.

Eram 11 horas da manhã de sábado quando o marido de Maria do Carmo, o porteiro João Augusto de Lima, tocou a campainha do consultório. Ele suspeitava do caso entre a mulher e o médico. Ela tinha desaparecido. Achou que devia procura-la ali. Farah disse que não a havia visto, anotou seu telefone celular num pedaço de papel e pediu que Lima ligasse se precisasse de algo. O porteiro notou que o chão da clínica estava molhado e sentiu cheiro de água sanitária antes de ir embora.

Por volta do meio-dia, ele ligou para os pais perguntando se eles poderiam busca-lo na clínica. Eles disseram que sim e seguiram até o local num Gol vermelho. A mãe do médico, Amália Farah, de 78 anos, subiu ao encontro do filho no consultório. Enquanto isso, o pai, o aposentado Jorge Farah, 83 anos, foi fazer uma visita a um familiar. Demorou uma hora para voltar. No consultório, Amália presenciou uma cena de choro do médico. “Meu filho pediu que eu orasse muito por ele, mas não me disse o motivo”, contou depois, em seu depoimento à polícia. Quando Jorge Farah retornou à clínica, o médico foi com a mão até o carro e pediu que esperassem enquanto ele ia buscar um “material de trabalho” no consultório. Fez duas viagens para pegar os cinco sacos e acomoda-los no porta-malas do Gol. Depois, dirigiu o automóvel dos pais até o prédio em que eles residem. Estacionou na garagem e foi para o apartamento.

Lá, atendeu uma paciente conhecida da família. Passou a tarde inteira com os pais. À noite, pediu ao pai que o levasse até seu apartamento, do outro lado da cidade. Na garagem, o médico transferiu os sacos de plástico para o porta-malas de seu carro, um Dae zoo, despediu-se do pai e subiu.

Amália atendeu a um telefonema do filho na tarde de domingo. Ele ligou de casa e contou rapidamente que havia matado e esquartejado Maria do Carmo. A mãe do médico passou mal, teve um desmaio, caiu ao lado do telefone, Jorge Farah a socorreu, pegou o aparelho e ouviu a mesma narrativa. O cirurgião, segundo os familiares contaram depois à polícia, falava em cometer suicídio. Um psiquiatra foi enviado ao seu encontro e o levou para uma clínica, num bairro distante. Pouco tempo depois, os advogados acionados pela família procuraram a polícia para revelar o crime. O delegado responsável pelo caso. Ítalo Miranda Júnior, já trabalhou em um caso parecido. Em 1976 ele prendeu o bandido conhecido por “Chico Picadinho”, condenado por matar e esquartejar duas mulheres. “Nada do que vi se compara ao que fez esse médico”, disse.

TEXTO 20

Revista Época
(24/02/03)
Crime

E A FARSA DESMORONOU

Novo laudo comprova que a morte de modelo não foi suicídio e promotores querem descobrir quem tentou abafar o caso.

Há crimes que, pela repercussão, geram um esforço de investigação impressionante – a ponto de, em poucos dias, serem elucidados. E há outros que só são apurados após muita insistência. O caso da modelo Cristina Aparecida Ferreira, morta em agosto de 2000 num flat em Belo Horizonte, em Minas Gerais, pertence a segunda categoria. Passados dois anos e meio do assassinato, foi apenas na semana passada que se conheceu oficialmente a causa da morte – Cristina foi sufocada com um objeto de pano, que pode ter sido um travesseiro ou um lençol enrolado. Ela foi agredida e as marcas da violência foram registradas em seu corpo. Para chegar a essa conclusão, foi preciso reanalisar as fotos da vítima, exumar o cadáver e fazer uma

necropsia. O primeiro laudo, que atestava “suicídio”, revelou-se uma grosseira peça de ficção. Os médicos-legistas responsáveis pelo documento, Remar dos Santos e Tyrone Abud Belmak, não se pronunciam. O Ministério Público (MP) agora investiga por que foi montada a farsa, típica dos anos da ditadura.

Cristina, morena de 1,78 metro, queria fazer carreira de modelo, mas, aos 24 anos, havia conseguido apenas se tornar uma figura popular entre os ricos e famosos da capital mineira. Quando foi morta – aparentemente por um ex-namorado ciumento, que perdeu a carona na ascensão social e nas amizades importantes da moça – o MP teve de enviar à polícia diversos ofícios pedindo a apuração do caso. “Requisitamos várias diligências, mas elas nunca foram feitas”, conta o promotor Luís Carlos Martins Costa.

Quando a polícia encaminha um cadáver para o IML, tem de preencher uma ficha pedindo vários tipos de exame – basta marcar um “x” em cada um deles. Pode-se procurar, por exemplo, indícios de agressão física e violência sexual. O corpo de Cristina foi encontrado na cama apenas de sutiã, sem calcinha e com vários hematomas, mas os investigadores solicitaram apenas toxicológico, anotando ao lado: “Suspeita de suicídio”. Na cena do crime não havia nada que sugerisse isso, como vidro de raticida, seringa ou bilhete de despedida. O boletim de ocorrência foi lavrado em 6 de agosto. Somente no dia 11 de dezembro, quatro meses depois, foi instaurado um inquérito policial. Ele passou por vários delegados e muitas trapalhadas – um ex-namorado, o empresário Luiz Fernando Novaes, chegou a ser preso e depois solto por falta de provas. A conclusão final, porém, foi novamente de “auto-extermínio”. O Ministério Público teve de investigar sozinho, colher 41 depoimentos e pedir a exumação do cadáver.

O ex-namorado Reinaldo Pacífico, contra quem Cristina já registrara um boletim de ocorrência por agressão vinha seguindo a modelo. Sujeito misterioso, ganhava a vida como detetive particular mas se apresentava como “juiz criminal”. Ele tornou-se o principal suspeito depois que uma testemunha – agora sob proteção federal – admitiu tê-lo ouvido confessar o crime. Parece difícil, contudo, que Pacífico tenha sido capaz de agir sozinho na etapa seguinte do crime – a de embaralhar pistas e transformar sinais de um assassinato brutal em suicídio. Essa tarefa exige a cumplicidade de policiais, além da boa vontade cúpula da máquina de segurança de Minas Gerais – recursos pouco acessíveis na mala de truques de um detetive particular. Por isso a promotoria agora quer apurar o que levou a polícia e os legistas a conduzirem a investigação de forma tão relapsa. “Há indícios de supressão e de alteração de documentos”, diz Martins Costa. Entre outros papéis, sumiu o depoimento de um dos irmãos da vítima, Cláudio Ferreira, que havia dado a lista de todas as pessoas importantes com as quais Cristina teria se relacionado. “O delegado chamou o rapaz alguns dias depois, disse que o depoimento não tinha validade e o questionou novamente, orientado para não citar nomes”, acusa o promotor. Entre os famosos mencionados pela família de Cristiana estava Jairo Magalhães Costa, diretor do Banco Real, o único a admitir ter tido um caso com a moça. Mas uma irmã da vítima, Simone Ferreira, testemunhou dizendo que ela “estava se encontrando” com Djalma Moraes, presidente da Cemig. Ele é casado, nega qualquer relacionamento com a modelo e declarou que a viu apenas duas vezes – foram apresentados pelo ex-secretário da Casa Civil Henrique Hargreaves. Em outro depoimento, uma amiga de Cristiana disse que ela apregoava um breve caso com ex-governador Newton Cardoso, que declarou jamais tê-la visto na vida. E vários parentes afirmaram que Cristiana era amiga próxima do ministro do Turismo, Walfrido Maré Guia, para quem trabalhava e viajava freqüentemente. Num depoimento tomado às vésperas da posse na equipe de Lula, Mares Guia disse que a conhecia de vista. Para uma pessoa tão pouco relacionada, é surpreendente que tenha conseguido ser recebida no Palácio da liberdade, quando chegou a ser fotografada ao lado do governador Itamar Franco – parentes dizem que ela fora pedir um emprego.

Entende-se que pessoas importantes queiram proteger sua intimidade, especialmente contra boatos que podem não ter fundamento. Resta saber se foi por influência política que o primeiro laudo notava “ausência de lesões externas macroscopicamente visíveis” num cadáver com três fraturas e vários hematomas. É um erro tão grosseiro que lembra os documentos produzidos nos anos de chumbo para mascarar a tortura de presos políticos.

TEXTO 21

Revista Época
(31/03/03)
A semana

MORTO EM COMBATE

Outro juiz é morto pelo crime organizado quando perseguia figurões da bandidagem

O juiz da Vara de execuções Penais de Vitória, Alexandre Martins de Castro Filho, vinha reclamando desde o ano passado das ameaças que recebia de integrantes do crime organizado do Espírito Santo. Aos 32 anos, Castro Filho vivia na corda bamba de quem resolve enfrentar a alta criminalidade que sobrevive à custa de infiltrações no aparelho estatal. No fim de 2002 ele passou os feriados com a família, no Rio de Janeiro. Estava acompanhado de dois policiais. “Ele disse que não agüentava mais andar com seguranças”, lembra o amigo Cleison Damásio. Na manhã da segunda-feira 24, o juiz resolveu dispensar a escolta de um policial militar e foi à academia de ginástica sozinho. Levou três tiros, desferidos por dois rapazes que passavam numa moto. Morreu na hora. No mesmo dia em discurso para operários da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou o segundo assassinato de um juiz de execuções penais em menos de um mês. “população pode ter certeza de que, se foi ação do crime organizado ou do narcotráfico, nós vamos ganhar essa guerra”.

A polícia não tem dúvidas de que o juiz morreu por ordem da teia criminosa que mantém conexão com a máfia estatal do Espírito Santo. Três pessoas foram presas – entre elas Gilliard Ferreira de Souza, de 20 anos, que estava na garupa da moto e atirou contra o juiz. O criminoso disse que pretendia assaltar Alexandre Martins, mas apertou o gatilho porque ele reagiu. “Essa hipótese está totalmente descartada”, afirma o secretário de segurança pública Rodney Miranda. Testemunhas contaram que os criminosos aguardaram o juiz e o chamaram pelo nome antes de começar a atirar. Os investigadores esperam chegar aos mandantes nos próximos dias. Por enquanto, todos os caminhos levam ao coronel da PM Walter Gomes Ferreira. Integrante da Scuderie Le Cocq, organização que age como esquadrão da morte no Estado, Ferreira foi transferido por ordem de Alexandre Martins para uma penitenciária de segurança máxima no Acre – e jurou vingança. Em um daqueles casos que a baderna da segurança pública acaba favorecendo as investigações, a polícia dedicou-se a rastrear as ligações feitas nas últimas semanas pelo coronel Ferreira do orelhão do presídio.

Dois dias antes de morrer, Alexandre Martins afirmou em entrevista que o Judiciário não deveria se intimidar diante do assassinato de Antônio José Machado Dias, juiz corregedor de Presidente Prudente, em São Paulo. A polícia paulista coleciona evidências de que Machado Dias morreu por ordem do PCC, organização criminosa que atua nos presídios. Em meio às investigações de crimes tramados por trás das grades, o governo federal promoveu na semana passada um ato simbólico. Transferiu Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, para superintendência da Polícia Federal de Maceió. A remoção foi feita às pressas. Às vésperas do fim do prazo dado pelo governo paulista para a permanência de Beira-Mar no presídio de Presidente Bernardes, o Presidente Lula telefonou para o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, e pediu ajuda. Lessa deu o sinal verde e reuniu sua equipe para montar um esquema de segurança. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o traficante ficará em Alagoas por 40 dias, até a conclusão da reforma na primeira penitenciária federal do país, em Teresina, no Piauí.

TEXTO 22

Folha de São Paulo
(04/04/03)
Violência

DESEMPREGADO É ACUSADO DE MATAR MÃE A PANCADAS

Crime ocorreu anteontem à noite, em bairro nobre de São Paulo

O desempregado Marcos Fonseca, 38, é acusado de ter espancado a mãe, Elisa Fristashi, 72, que acabou morrendo. O crime aconteceu no apartamento da vítima, na avenida Aratãs, no bairro de Moema, uma área nobre da zona sul da capital paulista, por volta das 20h30 de anteontem.

Segundo a polícia, Fonseca chegou ao prédio às 20h30 de anteontem. Uma testemunha escutou uma discussão no apartamento e os pedidos de socorro da idosa.

Segundo a perícia policial, Fonseca usou um vaso para bater na cabeça da mãe, arrastou-a até o banheiro e bateu a cabeça dela várias vezes contra a privada.

A testemunha conta que após os gritos de Elisa Fristashi, o local ficou em silêncio. Fonseca tomou banho para tirar manchas de sangue e saiu do apartamento.

De acordo com a polícia, o desempregado deixou o prédio onde morava sua mãe e foi buscar a namorada, Sandra Lia Guimarães Lourenço, na avenida Jacutinga, no mesmo bairro, no apartamento do casal.

Em seguida, os dois voltaram ao apartamento de Elisa Fristashi. Desceram em pouco tempo e foram até a portaria, onde pediram ao porteiro que chamasse o resgate, afirmando que a mãe do acusado havia sofrido um acidente de trânsito.

Os bombeiros chegaram e encontraram a idosa ainda com vida. Levada ao pronto-socorro do Hospital São Luiz, ela não resistiu aos ferimentos e morreu. Segundo o laudo médico, a causa da morte foi politraumatismo.

Do prédio onde a idosa morava, o casal saiu para a casa do pai de Fonseca, o diretor de banco aposentado Raul Fonseca, 69. Segundo a polícia, o pai do acusado teria dito que seu filho parecia estar bêbado e pediu a ele dinheiro.

O executivo disse também à polícia que o filho não trabalhava, usava drogas desde os 18 anos de idade e era mantido com uma mesada paga pela mãe. Segundo pedido do advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, seu cliente só deverá se manifestar em juízo.

Depois da visita do pai do acusado, a namorada dele foi vista mais uma vez no prédio da vítima, de onde saiu com uma mala. Ela foi presa às 17h30 de ontem, acusada de co-autoria do crime.

Segundo a polícia, ela colaborou com a fuga de Fonseca e o ajudou a forjar a versão contada aos funcionários do prédio.

Vizinhos do prédio do casal de namorados disseram que, no ano passado, Fonseca agrediu um garoto de 16 anos. Até cinco anos atrás, a idosa morava no mesmo apartamento de Fonseca, mas teria se mudado dali depois de, segundo moradores, ter sido espancada pelo filho. Fonseca teria contado aos vizinhos que a mãe havia sofrido um acidente de trânsito.

TEXTO 23

Revista Época
(31/04/03)
A semana

PODIA TER SIDO A SUA FILHA?

O assassinato de Gabriela, de 14 anos, foi uma raridade estatística, mas nem por isso deixa as famílias menos apavoradas

Se a vida fosse regida pela estatística, teria sido quase impossível acontecer. A estudante carioca Gabriela do Prado Ribeiro, de 14 anos, raramente saía de casa sozinha. A mãe, a psicóloga Cleide, não permitia que andasse de ônibus e, quando era inevitável, pegava um taxista conhecido para leva-la. Na tarde da terça-feira 25, Gabriela descia as escadas da estação São Francisco Xavier do metrô do Rio de Janeiro, uma das menos movimentadas da cidade, para sua primeira viagem sem companhia. Cleide a esperava na estação seguinte, no mesmo bairro da Zona Norte, a Tijuca, após um percurso que dura menos de três minutos. Enquanto a mãe consultava o relógio, a filha estava estendida na escadaria do metrô com um tiro no peito.

Nunca houve assaltos naquela estação e em 24 anos esse foi o primeiro assassinato em qualquer dependência do metrô carioca. Gabriela foi a primeira vítima fatal. De cada 100 mil habitantes na Grande Rio, 60 são vítimas de homicídio. Desse, apenas dois tombam por bala perdida. Matemática somada à rotina cercada de cuidados da menina e ao histórico tranquilo do metrô carioca, a tragédia que ceifou a vida de Gabriela beirava o impossível. Era mais provável a adolescente ter morrido num acidente de avião ou atingida por um raio. “Era algo inimaginável”, desespera-se o pai de Gabriela, o também psicólogo Carlos Santiago. Ele teve a confirmação de que a vítima do tiroteio era mesmo sua filha quando achou os óculos escuros da menina no metrô. “É só uma estação, não precisa me buscar”, dissera a garota à mãe, minutos antes, pelo celular. Como toda adolescente, Gabriela estava ansiosa por um passeio que representava um passo a mais em

sua independência. Foi morta pela bala perdida de um tiroteio entre policiais e bandidos no quarto assalto ao metrô neste ano. Ela perdeu a vida. Dois policiais ficaram feridos. Pouca coisa, quando se fala do Rio.

À espera no local combinado, a mãe soube da troca de tiros e teve medo. “Descobri que tinham levado os feridos para o hospital e corri para lá. Menos de uma hora depois de nosso último telefonema reconheci o corpo de minha filha”, conta. “Tenho consciência de que eu até exagerava nos cuidados. Era inclusive motivo de brincadeiras por parte das amigas da Gabi. De nada adiantou”. O pai guarda a última imagem da menina: “Meu consolo é que ela morreu feliz por se sentir livre”.

Crimes como esse costumam provocar pânico entre as famílias, até porque, no cálculo afetivo e no mundo dos sentimentos reais, a matemática é o que menos importa. O pensamento imediato é que, em lugar de Gabriela, poderia estar o filho de qualquer um. Numa reação instintiva à vida insegura das grandes cidades, a maioria das famílias cerca os filhos adolescentes de mais cuidados e aumenta a lista de limitações. Colocados diante do dilema, pais e especialistas tentam traçar regras mínimas de sobrevivência. “Sabemos como os pais se sentem inseguros, mas não se pose enclausurar adolescentes em casa, sob pena de criar adultos descolados da realidade, mais vulneráveis ainda à violência das ruas”, alerta Tânia Zagury, mestra em educação. Na cartilha de tentativas teóricas de garantir a segurança de adolescentes que ensaiam seu lugar no mundo, há unanimidades como a de que é melhor mostrar aos filhos como se proteger nas ruas – e ensina-los a evitar locais perigosos, andar em grupo e se manter atento. “Quando o jovem se sente amedrontado por sofrer um assalto, cabe aos pais encoraja-lo, e não estimular o pânico”, diz a psicóloga Rosely Sayão. Gabriela morreu dias depois de ter sido assaltada a caminho da escola. “Levaram a mochila e ela ainda negociou com os pivetes para que deixassem os livros e os óculos escuros”, conta a mãe. Há menos de um mês, Gabriela posou para uma foto com o símbolo da paz. “Ela estava revoltada com a guerra do Iraque”, recorda o pai.

Na sucessão de acasos que terminou na morte de Gabriela está a presença de um policial de Brasília na mesma estação de metrô. Ele viu quando dois assaltantes renderam o bilheteiro e roubaram o caixa. Levaram R\$700 – dos quais R\$180 em dinheiro e o resto em bilhetes. Indignado resolveu intervir. Mas os criminosos perceberem que ele se aproximava, atiraram e fugiram. Enquanto isso, na escadaria, mais uma casualidade: outro policial civil que entrava na estação viu que dois bandidos que davam cobertura aos assaltantes fugiam. Começou ali um tiroteio. No momento em que descia as escadas, Gabriela levou o tiro no peito.

Diante de tantas causas imprevisíveis, a governadora do Rio, Rosinha Matheus, considerou a morte da menina uma fatalidade. “É algo que acontece quando se está à caça de bandidos, minimizou. Trata-se de uma declaração infeliz. O metrô do Rio é considerado seguro. Em pesquisa feita em março, os usuários deram nota 9 à segurança. Roubos e furtos, quando ocorrem, passam despercebidos porque os funcionários são orientados a não reagir. Mas apenas uma cidade tão violenta produz crimes do gênero. Na terça-feira, a polícia prendeu dois assaltantes e descobriu que um terceiro deveria estar preso. O traficante Carlos Eduardo Soares Ramalho, o Nego assassinou a namorada e a mãe dela. Chegou a ser capturado, mas fugiu há dois meses. A morte de Gabriela levanta mais uma polêmica: nenhum dos dois policiais envolvidos estava a serviço. Para o sociólogo Ignácio Cano, os policiais deveriam deixar sua arma no trabalho. “Existe ainda uma cultura equivocada de que quem não reage é covarde”, diz. Uma arma a menos e Gabriela poderia estar viva.

TEXTO 24

Revista Veja
(04/06/03)
Crime

“ERA UMA VEZ UMA FAMÍLIA FELIZ”

Num crime que chocou o Rio de Janeiro, engenheiro mata a tiros sua mulher e as duas filhas e comete suicídio.

Na entrada do apartamento dos Wunder, uma cobertura de 500 metros quadrados, quatro suítes, na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta carioca, há uma mensagem religiosa. É um texto católico em que se pede proteção para os moradores da casa, repleta de porta-retratos que mostram uma família unida e feliz.

Na semana passada, esse ambiente foi palco de um extermínio brutal. Na madrugada de terça-feira, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder, 57 anos, assassinou sua mulher e as duas filhas, enquanto dormiam, Paulette Kahane, 48 anos, Carolina, 22 anos e Mariana, 14 anos, haviam deitado após o jantar em família. Wunder matou-as a tiros, num total de dezoito disparos de pistola, quase todos no rosto ou no pescoço. Atirou cinco vezes contra a mulher e dirigiu-se ao quarto da filha mais nova. Entrou, fechou a porta e disparou seis vezes. Caminhou para o último quarto e desferiu outros sete tiros em sua filha mais velha. Em seguida, andou até um banheiro e se suicidou com um tiro de escopeta, arma de alto poder destrutivo. O barulho acordou os vizinhos. A polícia foi chamada.

A cena que se viu é de arrepiar. A porta de acesso ao corredor dos quartos estava trancada. Os policiais tiveram de arromba-la. O ambiente encontrava-se dominado por um cheiro forte e enjoativo de sangue. Na primeira suíte, usada como escritório, havia um bilhete carinhoso sobre a escrivaninha, escrito por uma das filhas no último Dia dos Pais. Wunder estava caído no banheiro, desfigurado pelo tiro que se deu. Uma parte de seu crânio voou 4 metros, bateu num armário e caiu no chão do escritório. Um dos olhos foi parar na borda do vaso sanitário. Entre os primeiros tiros e o momento em que tombou, Wunder andou pouco mais de 10 metros. A mulher e as duas filhas estavam deitadas em suas camas. Uma das meninas, ainda de lado, com as mãos sob o rosto. Com dezoito anos de experiência na polícia, o inspetor Carlos César de Mattos, da delegacia local, afirma que nunca havia se impressionado tanto quanto desta vez. “Passei o dia inteiro com dor de cabeça, com o estômago embrulhado”, diz. “Não me importo quando vejo um bandido com a cabeça estourada. Mas naquela casa vi gente como a gente, numa cena pavorosa”.

O crime chocou o Rio de Janeiro não apenas por ter sido praticado pelo pai e marido. Causou perplexidade o fato de tratar-se de uma família aparentemente feliz, bem-sucedida e cheia de planos para o futuro. É inevitável a pergunta: por quê? A real motivação do ato é um mistério cuja chave provavelmente foi enterrada junto com a família. Entre os amigos, é corrente a versão de que Wunder vivia um drama particular. Sua situação financeira se deteriorava, mas ele e seus familiares não conseguiam abrir mão de um padrão elevadíssimo de consumo. Além disso, o caso aponta indícios de que o engenheiro passava por uma crise depressiva. É inquietante imaginar que Wunder teria assassinado a família e tirado a própria vida porque não dispunha de condições financeiras para manter o padrão de consumo que tivera um dia. Tentava viver como antes, o que era, além de um descompasso financeiro, uma farsa da qual não conseguiu se libertar. A família circulava com relativa desenvoltura na alta sociedade carioca e continuava comprando roupas de grife como se nada tivesse acontecido. A filha mais nova estudava em um dos melhores colégios da cidade, freqüentado pelos filhos da elite. A mais velha fazia faculdade de odontologia, pela qual ele pagava 1300 reais de mensalidade. No armário, havia praticamente só roupas e bolsas caras. Para morar em um apartamento próximo ao mar, pagava 3000 reais de aluguel. E o dinheiro havia acabado.

O engenheiro Waldo Wunder, nascido em Mato Grosso do Sul, era conhecido por seus vizinhos como um homem tranqüilo e educado. Seus problemas surgiram nos primeiros anos da década de 90, quando sua indústria de tintas começou a naufragar. Em 1995, com a derrocada profissional em pleno curso, Wunder foi seqüestrado. Ficou quinze dias num cativeiro, sofrendo agressões brutais e humilhações. Pagou o resgate de 200 000 dólares, sem interferência da polícia. Não adiantou. Os bandidos queriam mais. Foi solto para que pudesse conseguir uma nova quantia. Endividou-se para garantir a liberdade. E, pior o medo de mais um ataque dos seqüestradores e a necessidade de proteção o levaram ao hábito – que se revelaria fatal – de colecionar armas. Tinha um pequeno arsenal.

Paulette Kahane comentava que seu marido, antes extrovertido e alegre, nunca mais fora o mesmo depois do seqüestro. Fechou-se. Com tudo isso, manteve-se um homem cordial, simpático com os vizinhos e reconhecido pelo carinho que dedicava à família. Na noite do assassinato, fora buscar Mariana na casa de uma amiga. Chamava-a “Maricota”. Carolina era sua “princesinha”. Tentava levar vida normal. Dois anos atrás, havia decidido investir em novo negócio. Vendeu, por 1 milhão de reais, uma cobertura de frente para o mar, também na Barra da Tijuca. Investiu 600 000 reais para abrir uma franquía da grife paulista Spezzato, de moda feminina jovem. Nova decepção. Há seis meses, menos de um ano depois de abrir a loja, teve de desistir. Não conseguiu viabilizar o negócio. Pesavam também vários processos de cobrança de dívidas ainda por causa de sua indústria falida. Juntos, os processos contra Wunder e seu ex-sócio somam 700 000 reais, fora os acréscimos com multas e correção monetária. Wunder, antes dono de indústria, morava agora de aluguel e não conseguia se reerguer. Ultimamente, contava que pretendia abrir um café no Fashion Mall, o shopping carioca dos ricos. Mostrava a eles até um projeto da loja. O shopping, entretanto, nega qualquer negociação.

A execução da família, seguida do suicídio, gerou um rastro de perplexidade tão grande quanto a própria violência usada pelo engenheiro para atingir seu objetivo. “A gente hoje nutre ódio ao Waldo pelo que

fez. Mas esperamos que Deus nos livre desse sentimento”, disse a VEJA Roberto Kahane, irmão de Paulette. A tragédia deixa algumas perguntas sem resposta. Falta saber, por exemplo, por que as filhas não acordaram com os cinco disparos que mataram Paulette. A polícia não tem idéia. Outra dúvida é quanto à violência empregada. O que teria feito o engenheiro descarregar tantos tiros nas pessoas que mais amava? Eis uma explicação plausível: “Cada novo tiro tinha ele próprio como alvo. Estava se punindo por seu ato. Foi sua última punição possível”, afirma o psicanalista Jurandir Freire Costa.

TEXTO 25

Revista Isto É
(29/08/01)
A Semana

BARBÁRIE NA PRAIA DO FUTURO

Seis empresários portugueses são cruelmente assassinados depois de traídos por conterrâneo para negócios em Fortaleza.

Poderia ter sido uma simples viagem de turismo e de negócios. Mas a vinda de seis portugueses para Fortaleza no último dia 12 acabou em tragédia, que ganhou repercussão internacional. Os empresários da construção civil Joaquim Silva Mendes, 52 anos, Joaquim Manuel Pestana da Costa, 49, Joaquim Fernando, 57, Manoel Joaquim Barro, 55, Vítor Manuel Martins, 53, e Antônio Correia Rodrigues, 42, foram barbaramente assassinados na mesma noite em que desembarcaram em Fortaleza e enterrados na barraca de Luiz Miguel Militão Guerreiro, 31 anos, na praia do Futuro. Quem primeiro confessou o crime ao delegado Francisco Sá Cavalcanti, da PF do Ceará, foi o comparsa de Militão, Leonardo Matos, conhecido como Tronco. Militão e Leonardo, com a ajuda de mais quatro já identificados, mataram os portugueses a tiros, facadas, pedradas e pauladas. Os corpos foram encontrados sob uma placa de cimento de 80 centímetros de espessura na sexta-feira 24.

Segundo Matos, a ordem para a execução foi de Militão, que ligava insistentemente para Portugal a fim de atrair o grupo para Fortaleza. “Eles tentaram reagir e ele então mandou matar a todos”, contou friamente, descrevendo o que foi feito com os corpos e revelando os nomes dos que participaram da barbárie. Após saber que os corpos foram encontrados, Militão confessou sua participação na emboscada. A barraca de Militão, Vela Latina, funcionou até o dia 2 de agosto como uma espécie de ponto de encontro para programas sexuais. Ela ficava em frente ao clube dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. O desaparecimento dos portugueses mobilizou as polícias Federal e Civil de três Estados Maranhão, Piauí e Ceará – e contou ainda com a ajuda de Interpol e da Polícia Judiciária portuguesa. Militão, preso no Maranhão quinta-feira 23, mora no Brasil há um ano, após ter cumprido pena em Portugal por furto, em abril de 1996. Ele confessou à polícia ter seqüestrado, com a ajuda da mulher, Maria Leandro Cavalcanti, os conterrâneos e tinha com ele 15 mil em dinheiro. No dia 12, depois de uma escala no Recife, o grupo de portugueses desembarcou em Fortaleza simplesmente sumiu no mapa. Segundo testemunhas, Militão recebeu os conterrâneos no aeroporto, colocou-os em uma van, ligou para uma garota de programa e deu partida para o que seria uma aventura sexual.

Ainda no aeroporto os portugueses dispensaram os serviços de uma empresa, contratada antecipadamente para fazer o transporte para praias, jantares e passeios. No hotel Holliday Inn, na praia de Iracema, onde havia a reserva de dois apartamentos triplos, eles também nunca apareceram.

Compras – Até sexta-feira 24, quando os corpos foram encontrados pela polícia, contabilizaram-se R\$ 53 mil em saques das contas do grupo e em compras feitas com cartões de crédito. Em um único extrato, entre os dias 13 e 16, pelo menos R\$ 20 mil foram gastos. Mesmo com um crédito negativo, no entanto, o cartão continuou sendo utilizado. Luiz Miguel, que era conhecido do grupo e atraiu os conterrâneos para o Brasil, falsificou as assinaturas e utilizou todos os cartões. Militão foi reconhecido nas lojas em que fez compras pelos vendedores. Marisa Costa, filha de Joaquim Manuel Pestana, disse por telefone, antes de saber da morte do pai, que ele “jurou que ligaria quando chegasse ao aeroporto”. Segundo ela, Militão telefonava, insistentemente para o grupo convidando para uma visita a Fortaleza e sempre oferecia sua casa para hospedagem. O amigo de três dos empresários do grupo, advogado Abel Fernandes, em entrevista ao jornal

português Correio da Manhã disse que as famílias estão em estado de choque. “Tratava-se apenas de uma viagem de lazer em que poderiam surgir oportunidades de negócios, mas tornou-se um pesadelo”, desabafou. O anúncio oficial da tragédia causou comoção em Portugal. O desaparecimento do grupo estava nas primeiras páginas dos maiores jornais portugueses. No final da tarde de sexta-feira, o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, lamentou a morte dos empresários em nota oficial. Sampaio acompanhou as investigações através da representação diplomática portuguesa no Brasil, que chegou a interceder junto às autoridades policiais para que entrassem imediatamente no caso.

Militão, apontado por seus parceiros como mandante do crime, tentava prorrogar seu visto de turista e entrou com pedido de residência permanente. Ele passava por dificuldades financeiras e morava no bairro pobre de Santa Terezinha. Marinheiro da Armada,, foi julgado em 1996 por dois crimes de furto e cumpriu pena em presídio militar. Para se livrar da ação da polícia, ligou para os familiares da mulher informando que partiria para o Maranhão porque sua sogra estaria passando por forte processo de depressão.

www.ufpe.br/pgletras